

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**GLEND A NOGUEIRA AZEVEDO**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS TRABALHADORAS DO  
GALPÃO DE ALEGORIAS DO BOI CAPRICHOSO**

**PARINTINS**

**2023**

**GLEND A NOGUEIRA AZEVEDO**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS TRABALHADORAS DO  
GALPÃO DE ALEGORIAS DO BOI CAPRICHOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando

**PARINTINS  
2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A994c Azevedo, Glenda Nogueira  
Condições de trabalho e saúde das trabalhadoras do galpão de  
alegorias do boi Caprichoso / Glenda Nogueira Azevedo . 2023  
124 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Adelson da Costa Fernando  
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Condições de trabalho . 2. Saúde do trabalhador . 3.  
Trabalhadoras do galpão. 4. Território de trabalho . 5. Boi-bumbá  
Caprichoso . I. Fernando, Adelson da Costa. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

## ***DEDICATÓRIA***

*Dedico este trabalho aos meus pais Edson Azevedo e Rosinete Nogueira, aos meus irmãos Glaedson, Edson júnior, Ebersson, aos amigos e a toda comunidade acadêmica.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida! Por ter me amparado nos momentos mais difíceis, por me estender a mão e me fazer chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai Edson Azevedo, por lutar comigo nesse sonho, por me conceder o amparo para que eu estudasse, e mesmo diante de muitas dificuldades financeiras, nunca se ausentou, sempre me ensinou a ser persistente e corajosa!

Agradeço a minha querida mãe Rosinete Nogueira, por ser a minha maior incentivadora, que sempre se dedicou para que nada me faltasse, sempre me proporcionando o carinho, o apoio e o amor diariamente, essa vitória é sua minha rainha!

Agradeço ao meu irmão Glaedson Azevedo, que sempre acreditou na minha capacidade intelectual, por me ensinar a ser ousada e pensar muito além do que meus olhos podem ver, você é minha inspiração de que não existe limites para os nossos sonhos! Ao meu irmão Edson Junior, que é meu grande amigo para todas as horas, que sempre me motivou a olhar o mundo com mais leveza, com mais alegria e entusiasmo! Ao meu irmão Eberson Oliveira, que mesmo distante sempre cuidou de mim, minha infância tem excelentes lembranças do seu cuidado!

As minhas cunhadas Ana Camile e Karol Tavares, que estiveram comigo durante a graduação, me incentivando e apoiando!

Agradeço as minhas amigas de graduação Bruna Leonarda e Laíze Cruz, vocês foram a minha alegria e paz nesse lugar, serão profissionais incríveis!

Ao Programa de Iniciação Científica que foi tão importante para o meu desenvolvimento intelectual.

Ao meu Orientador Professor Dr. Adelson Fernando, pelas orientações, pelas aulas, debates e diálogos, essa pesquisa não teria prosseguido sem suas incríveis contribuições!

Ao curso de Serviço Social, por me dar subsídio intelectual através de excelentes professores e aulas que me edificaram em todos os sentidos!

A Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ) a minha gratidão, por contribuir com minha emancipação e evolução! Esse lugar me trouxe a realização de um grande objetivo!

## RESUMO

O mundo do trabalho e sua dinâmica na sociedade contemporânea tem refletido visivelmente no campo da saúde do trabalhador. Os dilemas emergentes das novas morfologias do trabalho, ocasionadas pelo sistema capitalista, são fatores determinantes das condições de trabalho e saúde, analisados a partir da indissociável relação entre a vida social, política e econômica. É no cenário de avanços e retrocessos que este estudo mostra o protagonismo da mulher trabalhadora, tornando indispensável o debate entre “trabalho-saúde-doença”, reafirmando uma reflexão crítica sobre o tema. O estudo se configurou com o objetivo geral de analisar as relações e implicações das condições de trabalho na saúde das mulheres trabalhadoras do galpão de alegorias do Boi Caprichoso, contemplando as inquietações sobre as alterações, transformações e contradições que a festa do boi-bumbá de Parintins vem perpassando; suas formas organizativas iniciais ganharam novas roupagens, identificadas através das novas padronizações, para o alcance da captação de recursos de maior amplitude. Utilizou-se nesse estudo o método materialismo histórico dialético, assim como a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, contendo como instrumento de coleta as entrevistas de caráter qualitativo. A pesquisa baseou-se numa amostra de 3 mulheres trabalhadoras “contratadas” e 1 pessoal-administrativo; a maioria possui funções definidas como aderecistas e pasteladoras de alegoria, são “trabalhadoras informais assalariadas sem registro”, analisadas através dos seguintes indicadores: informalidade; precariedade; multifuncionalidade; subcontratação; desigualdade de gênero e flexibilização. Desse modo, a pesquisa desvelou que a presença de trabalhadoras nesse território ainda é ínfima; estão inseridas sob condições mínimas de trabalho, de precarização, além disso não se tem a efetivação de políticas públicas, sendo descumpridas nesse território de trabalho, na cidade de Parintins.

**Palavras-chave:** Condições de trabalho; Saúde do trabalhador; Trabalhadoras do Galpão; Território de trabalho; Boi-bumbá Caprichoso.

## ABSTRACT

The world of work and its dynamics in contemporary society has visibly reflected in the field of workers' health. The emerging dilemmas of the new morphologies of work, caused by the capitalist system, are determining factors of working conditions and health, analyzed from the inseparable relationship between social, political and economic life. It is in the context of advances and setbacks that this study shows the protagonism of working women, making the debate between “work-health-disease” indispensable, reaffirming a critical reflection on the subject. The study was configured with the general objective of analyzing the relationships and implications of working conditions on the health of women workers at the allegory shed of Boi Caprichoso, contemplating the concerns about the changes, transformations and contradictions that the boi-bumbá party of Parintins it has been passing by; its initial organizational forms have gained new guises, identified through new standardizations, to achieve greater fundraising. The dialectical historical materialism method was used in this study, as well as bibliographic research and field research, containing qualitative interviews as a collection instrument. The research was based on a sample of 3 female “contracted” workers and 1 administrative staff; most have functions defined as prop makers and allegory pastry makers, they are “informal salaried workers without registration”, analyzed through the following indicators: informality; precariousness; multifunctionality; subcontracting; gender inequality and flexibility. In this way, the research revealed that the presence of female workers in this territory is still negligible; they are inserted under minimum conditions of work, of precariousness, in addition, there is no implementation of public policies, being violated in this work territory, in the city of Parintins.

**Keywords:** Work conditions; Health so worker; Shed workers; Working territory; Boi-bumbá Caprichoso

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACBBC	Associação Cultural Boi-bumbá Caprichoso
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidente
CF	Constituição Federal
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CNST	Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador
NOB	Normas Operacionais Básicas
PNST	Política Nacional de Saúde do Trabalhador
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora
SUS	Sistema Único de Saúde



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I .....	17
<b>METAMORFOSES E DILEMAS DO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>17</b>
1.1 O trabalho e as bases sócio-históricas da ontologia do ser social .....	18
1.2 O mundo do trabalho e suas metamorfoses .....	21
CAPÍTULO II .....	39
<b>SAÚDE DA (O) TRABALHADORA (OR) E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>39</b>
2.1 A questão da saúde e a política de saúde no Brasil .....	39
2.2 Campo saúde do trabalhador e as relações trabalho-saúde .....	47
2.3 Saúde do Trabalhador: contextura e reverses .....	58
CAPITULO III .....	66
<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS TRABALHADORAS NO (DO) GALPÃO DE ALEGORIAS DO BOI CAPRICHOSO .....</b>	<b>66</b>
3.1 Trabalho e saúde no Capitalismo Contemporâneo: desafios e perspectivas .....	66
3.2 A festa do Boi-Bumbá e a cidade de Parintins como <i>lócus</i> da pesquisa .....	74
3.3 ACBBC e o Boi-Bumbá Caprichoso .....	77
3.4 Trabalhadoras “sem registro” no Galpão: “caprichando” nas alegorias .....	81
3.4.1 O galpão central de alegorias, um território de trabalho .....	81
3.4.2 No território de trabalho das trabalhadoras de galpão: relações, vivências e contradições .....	84
3.4.3 Confecção de alegorias no galpão da ACBBC: análise das condições de trabalho .....	89
3.4.4 Trabalho precário e a saúde das trabalhadoras do boi caprichoso .....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	109
APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA 1 .....	121
APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA 2 .....	123
APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA 3 .....	124

## INTRODUÇÃO

A cidade de Parintins é palco de uma das maiores manifestações folclóricas do Brasil, cidade localizada no estado do Amazonas, também conhecida como ilha “Tupinambarana”; é nela que essencialmente existe a disputa dos bois Caprichoso e Garantido, que se apresentam anualmente no último final de semana do mês de junho, em três noites na arena do bumbódromo. Inicialmente, essa manifestação folclórica era realizada apenas como uma forma de satisfação do próprio torcedor, pois se tratava do cumprimento de uma “promessa” feita a São João Batista, tão logo devesse ser cumprida todos os anos; não se tinha interesses lucrativos com a sua realização. Com o passar dos tempos, houve novas formulações, necessitando de maiores recursos, para que houvesse possibilidades de continuar com a existência dos bois Caprichoso e Garantido, pois os “padrinhos”, que eram as pessoas que disponibilizavam algum tipo de financiamento naquela época, já não tinham mais as mesmas condições para mantê-los.

Desse modo, os bois-bumbás de Parintins sofreram alterações, transformando as formas organizativas iniciais em novas padronizações, para que então estivessem aptos a conseguir a captação de recursos de maior amplitude; nesse viés é que houve a construção das “Associações Culturais”, como uma demonstração de capacidade organizativa, podendo ser demonstrada através da construção dos currais, galpões, escritórios, conselhos setoriais, da contratação de trabalhadores e trabalhadoras, das organizações eleitorais de presidente e seus afins; evidenciando uma construção que alcançaria espaços para além do território parintinense.

Essa realidade reflete a complexidade social, política, cultural etc., que a sociedade contemporânea alcançou, através do desenvolvimento histórico do trabalho, visto que o mesmo englobou transformações e ações que diferenciaram cada vez mais o homem dos animais em suas formas organizativas, intelectuais e criativas para a produção de bens necessários à sua existência; essa trajetória resultou como sinalizado por Marx, em uma esfera de sujeição ao capital, como um trabalho constrangido, de privação e mortificação do homem, revelando-se então nas perdas de seus objetos de trabalho e até mesmo da sua própria produção (OLIVEIRA, 2010). E que além disso, no desenvolvimento da sociedade, uma

divisão de trabalho se estabeleceu entre homens e mulheres, que acabou privilegiando o gênero masculino para o setor produtivo, deixando as mulheres limitadas a funções secundárias (STEIN, 2004). Com essa dinamicidade padronizada e desigual, que se instaurou gradualmente, é que se percebeu que a classe trabalhadora estava sendo atingida em seu bem-estar físico, mental e social, ocasionados pelas consequências das condições de trabalho, tratando-se então de uma relação indissociável entre trabalho-saúde-doença.

E não diferente, essa realidade contraditória, instaurada pelas transformações capitalistas no mercado de trabalho contemporâneo, alcançou também as oportunidades de trabalho dentro do galpão de alegorias do Boi Caprichoso, na cidade de Parintins, visto que as mulheres tiveram por muito tempo um lugar pré-definido historicamente nesse ambiente, tendo reclusões de aceitação em algumas funções, além de condições contratuais desiguais, colocando essas trabalhadoras sob uma lógica de permanência nesse ambiente pela necessidade de sobrevivência.

Como conhecedora do espetáculo, grandes lacunas se apresentaram no mundo do trabalho contemporâneo, e, particularmente, no boi-bumbá de Parintins; nesse sentido, caro leitor, especialmente, sobre o papel feminino e suas condições de trabalho e saúde nessa construção folclórica. Esta investigação não tratou esses elementos como fatores isolados, pois são questões que possuem uma dinamicidade e que está em processo, devendo então ser compreendido dialeticamente, considerando as transformações perpassadas sobre o lugar da mulher, assim como as contradições enraizadas na inserção da força de trabalho feminina.

A trajetória dessas trabalhadoras é permeada por um decurso de muitas transformações, e que ainda está em construção, devido as dinâmicas capitalistas que não se mantêm estáticas, criando novos modelos de trabalho, assim como suas condições. A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi constituída por grandes desafios, marcadas historicamente por resistências e lutas, pois eram silenciadas, até um período bem recente, de poder participar efetivamente do mundo do trabalho, da política e de toda dinâmica social (CAVALCANTE, 2014).

Devido a aproximação, durante a graduação de Serviço Social, com algumas disciplinas como a de Trabalho e Contemporaneidade, Estado, Classe e Movimentos Sociais, assim como as questões ligadas às condições trabalho e gênero e pelas

extensas produções e debates que buscam diminuir as desigualdades entre mulheres e homens existentes na sociedade, é que fui incentivada a realizar esse estudo, como forma também de responder tantas inquietações advindas da mulher parintinense e trabalhadora da arte. Fundamento-me ainda nos escritos de Lisboa (2015), o qual enfatiza que discussões como essas são temas essenciais no cotidiano profissional para sinalizar avanços, pois é possível constatar que, apesar dos saltos dados desde a década de 90, relacionados a estudos feministas que incluem o Serviço Social, ainda se tem muitas lacunas que podem ser preenchidas por novas pesquisas, fazendo sempre um diálogo necessário com as demais áreas. Lole e Almeida (2016) reiteram que esse debate de relações de gênero são componentes fundamentais das relações sociais antagônicas, sendo assim é marcada por embates, lutas e resistências, fazendo com que cada vez mais surjam novos elementos a serem desvelados pelas competências do Serviço Social.

É nesse sentido que essa pesquisa se debruçou sobre os desdobramentos da nova dinâmica de trabalho, sobre a vida das trabalhadoras do galpão do boi Caprichoso, que foi escolhido justamente por conta do curto período de pesquisa e também pelas formas mais viáveis de alcançar a proposta deste estudo. O centro de discussão dessa pesquisa foi permeado pela seguinte problematização: Quais as relações e implicações entre as condições de trabalho e saúde das mulheres trabalhadoras no galpão de alegorias da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso - ACBBC? A partir dessa delimitação, construiu-se o processo investigativo utilizado na pesquisa; e como objetivo geral se buscou analisar as relações entre as condições de trabalho e saúde das mulheres trabalhadoras do galpão de alegorias do Boi Caprichoso, direcionando o caminho a ser percorrido.

Atenta a este questionamento, foi traçado alguns objetivos específicos, a saber: a) verificar as transformações ocorridas no mundo do trabalho; b) conhecer as implicações do mundo do trabalho na saúde do (a) trabalhador (a); c) identificar as relações entre as condições de trabalho e a saúde das trabalhadoras no galpão.

A pesquisa foi organizada em três capítulos: o Capítulo I, que tem como título “Metamorfoses e dilemas do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo”, traz as verificações definidas pelo primeiro objetivo específico; sendo assim, trazemos uma discussão sobre a ontologia da categoria trabalho e seus aspectos essenciais, assim como suas metamorfoses vivenciadas conforme cada conjuntura; discute aspectos da evolução biológica do homem, seus estágios, a capacidade específica

do manuseamento de instrumentos e sua teleologia em transformar a natureza em favor da sua subsistência. Além disso, perpassa pelas morfologias do trabalho, mostrando-o nas diferentes sociedades que existiram até chegar no capitalismo contemporâneo. Em decorrência disso, é que se discute a inserção das mulheres como trabalhadoras assalariadas nos novos modelos empregatícios. Trata-se de um longo percurso histórico, mas necessário para compreender a dinamicidade da sociedade que está em constante transformação.

O Capítulo II, denominado “Saúde da (o) trabalhadora (or) e a política de saúde no Brasil contemporâneo”, é um desencadeamento do segundo objetivo específico, e por isso é nele que se apresenta o conhecimento através de uma reflexão sobre os desencadeamentos e desdobramentos do mundo do trabalho sobre a classe trabalhadora e, conseqüentemente, as propostas elaboradas para o cuidado relacionado a saúde das (os) trabalhadoras (es). Evidencia-se nesse estudo um debate dos conhecimentos acerca das propostas iniciais relacionadas à saúde, apresentando-as como ações fragmentadas, atendimento curativo, adesões clientelistas e pontuais, caráter privatista e seletiva, e, em consequência disso, é que se evidencia as primeiras formas organizativas da classe trabalhadora conquistando espaços para a construção de propostas que alcançassem toda a classe, tendo como principais achados o Movimento da Reforma Sanitária, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a homologação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT); salientamos que mesmo com essas grandes conquistas ao longo da história, vive-se sobre uma lógica desafiadora, ocasionada pelos desmontes e impactos do capitalismo contemporâneo.

E o capítulo III, intitulado “Condições de trabalho e saúde das trabalhadoras no (do) galpão de alegorias do Boi Caprichoso”, trata-se do terceiro objetivo específico, que identifica no campo as condições de trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras do galpão central de alegorias, na cidade Parintins, que se constituíram interlocutoras analisadas no presente capítulo. Desse modo, apresenta-se um caminho sobre as novas formas de trabalho, emergentes na sociedade contemporânea, especificamente sob a lógica do capitalismo global que causa impactos tanto na vida social quanto na própria saúde. A pesquisa evidenciou que as trabalhadoras do galpão são trabalhadoras informais assalariadas sem registro e foram analisadas através dos seguintes indicadores, encontrados no

desenvolvimento da própria pesquisa: informalidade, precariedade, multifuncionalidade, subcontratação, desigualdade de gênero e flexibilização, designando em procedimentos imediatistas relacionados aos influxos a sua saúde, além do ambiente não proporcionar as bases constituídas pela PNSTT.

Para que a pesquisa alcançasse os resultados, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, onde foi possível desenvolver através dela interpretações, investigações de valores, crenças, hábitos etc., além disso possibilitou a imersão do pesquisador no universo das condições de trabalho da mulher parintinense dentro do galpão, possibilitando a compreensão da inserção da sua força de trabalho e também das implicações na sua saúde.

Conforme Minayo (2003), pesquisa qualitativa é também a trajetória do pensamento a ser praticado, onde se tem um contato direto com o alvo. De certo, essa pesquisa não teve intenção de quantificar os dados coletados, mas produzir essencialmente a intenção de colher resultados baseados no desempenho entre pesquisador e pesquisado, e trouxe o apreço por todos os acontecimentos analisados. Por isso foi utilizado indispensavelmente a pesquisa de campo, visto que a aproximação com o espaço de trabalho dessas mulheres facilitou as análises diretas, das condições de trabalho vivenciadas por elas, podendo constatar presencialmente a essência dos fatos. Conforme Minayo (1994), o campo possibilita várias experiências, inclusive das possíveis intenções de mudanças no projeto do pesquisador, pois seus pesquisados não devem ser entendidos como seres limitados, mas que apresentam peculiaridades, podendo direcionar a coleta de dados para outros rumos; sendo assim, compreende-se que é de suma importância compreender o objeto central da pesquisa, para registrar de forma correta.

A pesquisa foi realizada e desenvolvida no galpão central de alegorias do Boi-bumbá Caprichoso localizado na Cidade de Parintins – AM, onde as protagonistas da pesquisa *in lócus* foram as mulheres, inseridas nesse processo de trabalho, que atuam diretamente nessa execução. Dentro do universo pesquisado não foi possível quantificar o total de mulheres que trabalham diretamente dentro do galpão central de alegorias, visto que o administrativo foi quem nos explicou o motivo dessa realidade. Sendo assim, trabalhou-se especificadamente com a amostra de 3 mulheres denominadas neste estudo como Sol, Estrela e Lua e 1 administrativo denominado como João, visto que a maioria possui funções definidas conforme as informações recolhidas, de “aderecistas e pasteladoras de alegoria”. Essa pesquisa

de campo nos deu a possibilidade de registrar as condições de trabalho vividas por essas mulheres, pois, conforme Gonçalves (2001), quando realizamos uma pesquisa de campo, temos que visar alcançar os dados diretamente com seu universo pesquisado, determinando que haja um encontro pessoal e mais direto.

O estudo contou também com: 1) levantamento de dados por meio de documentos que, segundo Gil (1999), se trata de um detalhamento através de documentos disponíveis na instituição; sendo assim, a pesquisa teve contato com o escritório da Associação folclórica através do seu administrativo, para conhecer o processo de contratação e demais informações pertinentes ao procedimento realizado por eles; 2) contou com a execução de entrevistas, sendo uma fase que, segundo Triviños (1994), é considerada um recurso básico de coleta, que foi utilizada como um recurso que facilitou a coleta de dados em relação a narrativa dessas mulheres trabalhadoras sobre o seu espaço de trabalho. Tal procedimento foi necessário para afirmar a força que existe na fala afirmativa dessas mulheres, incentivando essa classe à livre expressão. Bleger (1980) enfatiza que podem ser realizadas de maneiras abertas ou fechadas, ficando a critério do pesquisador a utilização das mesmas; neste caso, utilizou-se perguntas abertas e direcionadas aos interesses da pesquisa.

A realização da fase de análise de dados, segundo Ludke e André (1986), trata-se da organização de todos os dados coletados no decorrer da pesquisa, que envolve os relatos das observações, a transcrição de entrevistas, a realização da análise documental e demais materiais ou informações disponíveis; foi um momento que exigiu desta pesquisadora um trabalho minucioso, pois o material acumulado até o final da pesquisa foi de grande qualidade, exigindo então que se criasse condições organizativas dos principais achados, onde a delimitação por categorias foi um ponto forte para não comprometer os dados finais. Desse modo, após a coleta de dados, houve a organização das categorias descritivas, isso significa que a partir da base teórica realizada nos capítulos I e II, foi possível constatar brevemente possíveis categorias ao serem encontradas no campo; assim, permeou-se o estudo através das condições de trabalho e saúde; funções; atividades; desigualdade de gênero; tipos de acidente no galpão de alegorias; informalidade e precarização, sendo base para a sistematização do material coletado nas entrevistas, observações e demais coletas. A partir dessas particularidades, obtive um olhar profundo que possibilitou o desvelamento das contradições existentes no próprio oculto. Conforme

Minayo (1994), o olhar superficial é um equívoco grave, visto que os dados reais não estão definidos nessa primeira visão dos dados, e sim além do que se vê, propondo então que esta pesquisadora realizasse a conexão indispensável entre a teoria e prática.

A interpretação dos dados foi realizada conforme Minayo (1994) e Bardin (2006) como “etapas de análise de conteúdo e técnicas”, para que houvesse a apreciação das informações e análise de forma segura relacionado aos argumentos das trabalhadoras do galpão. Sendo assim, 1) foi realizado a organização do material (entrevistas e análise documental) identificando os dados mais relevantes para o objetivo da pesquisa, como também a aproximação da quantidade de mulheres que trabalham dentro do galpão e suas principais funções definidas em contrato; 2) a codificação, pois nessa fase realizei a identificação de elementos que fazem parte da temática da pesquisa e o próprio contexto em que a fala dessas mulheres estava perpassando, sendo possível descrever o discurso relacionado a própria condição de trabalho dessas mulheres trabalhadoras e as implicações em sua saúde, compreendendo conseqüentemente a sua forma de inserção nesse ambiente, 3) e, posteriormente, a categorização dos dados que foi necessária para a organização das informações e para facilitar o entendimento do leitor. Por fim, essa pesquisa teve sua construção com base no método materialismo histórico dialético, que, segundo Konder (2008), pode ser identificada desde a Grécia antiga como uma “arte do diálogo”, e nos ajudou a compreender e explicar as mudanças do objeto pesquisado, pois, como afirma Gil (2008, p. 22), “[...] “as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução”.

Esse estudo traz uma temática contemporânea do trabalho e suas articulações com o capitalismo neoliberal, exemplificando as condições, contradições e implicações para as mulheres trabalhadoras, que estão inseridas nessas novas dinâmicas da sociedade, em busca de sua sobrevivência e construção de seu protagonismo em territórios que antes eram estritamente limitados a homens. Trata-se de desvelamentos, a partir de uma concepção crítica, que pretendeu fomentar novos debates para as Ciências sociais, interligando fatores tratados historicamente de forma isolada e que, na verdade, são conseqüências das novas padronizações do mercado global.



## CAPÍTULO I

### **METAMORFOSES E DILEMAS DO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Este primeiro capítulo propõe a discussão sobre a ontologia da categoria trabalho e seus aspectos essenciais, assim como suas metamorfoses vivenciadas conforme cada conjuntura, para que possamos chegar na inserção das mulheres como trabalhadoras assalariadas na sociedade contemporânea. Trata-se de um longo percurso histórico, mas necessário para compreender a dinamicidade da sociedade que está em constante transformação.

A partir disso, tivemos que realizar uma discussão teórica dos processos históricos do trabalho: inicialmente, em termos ontológicos, era utilizado pelo homem apenas em favor de sua subsistência, sem fins lucrativos, sendo então uma capacidade teleológica utilizada exclusivamente pelo ser humano, onde essa espécie foi se diferenciando em estágios gradativos em relação aos outros demais animais.

Neste sentido, o trabalho comunal sofreu alterações, tonando-se então “capitalizado”; isso ocorreu por despertar o interesse dos detentores do capital, constituindo-se como um mecanismo de geração de alta lucratividade e hegemonia burguesa, que vigora até os dias atuais. Tais mudanças são analisadas por Marx como uma esfera de sujeição ao capital, como um trabalho constrangido, de privação e mortificação do homem, revelando-se nas perdas de seus objetos de trabalho e até mesmo do não reconhecimento da sua própria produção (OLIVEIRA, 2010).

Nesta trajetória histórica, foram se desinibindo diversas expressões da questão social na sociedade. Assim, a inserção das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho foi desafiadora, podendo ser analisadas pela divisão sexual, estabelecida pelos papéis destinados a elas, além das condições mínimas de trabalho e desigualdade salarial ofertadas.

## 1.1 O trabalho e as bases sócio-históricas da ontologia do ser social

Para compreender as fundamentações da categoria trabalho é necessário mergulhar na construção do homem como ser social, pois, até chegar na sua forma contemporânea, ele atravessa uma história que gradualmente foi estabelecendo as utilidades, incentivando a amplitude através de elementos que implicaram em regras e normas para a sua subsistência.

A evolução humana perpassa singularidades que, conforme Dobzhansky (1956), se apresenta especificamente pela particularidade da capacidade psíquica, ou seja, o ser humano possui propriedades que o permite obter práticas e conhecimentos, proporcionando ao mesmo a possibilidade de assimilar mentalmente os acontecimentos da vida, adaptando-se às conjunturas que se modificam constantemente.

O homem, ao longo da história, diferenciou-se dos demais animais por apresentar um processo de transformações crescentes, evidenciados em modelos de estágios. Deste modo, Marx e Lukács enfatizam a importância da análise da categoria trabalho. Sendo assim:

[...] com vistas a investigar a gênese do ser social, Lukács procura analisar os vínculos e as distinções entre o ser meramente orgânico (animal) e o ser social (homem). Nesse caso, ele esclarece também que se trata da passagem de um nível de ser a outro, ou seja, de um salto ontológico – uma mudança qualitativa e estrutural do ser (apud DUAYER; ESCURRA; SIQUEIRA, 2013, p. 19).

A capacidade de socialização foi dada especificamente ao homem, diferentemente dos animais, como assinalado, tendo então uma racionalidade particular que foi evoluindo na sociedade.

Os andamentos históricos, em especial ao salto gradativo da evolução do homem, podem ser entendidos, conforme Leontiev (1978), primeiramente pela composição do homem no sentido biológico, sendo representados inicialmente pelos designados *Australopitecos*<sup>1</sup>, onde essa espécie possuía uma comunicação muito

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma espécie que pode ser caracterizada como os primeiros homínídeos, sendo também o marco inicial de uma construção de grupos, com aparentes diversidades, possuíam também nesse gênero uma postura ereta, dentição e mandíbula que se aproximavam com mais rapidez ao ser humano. “Em sua evolução os australopitécinos aproximaram-se mais da forma humana em relação ao modo de locomoção do que quanto as mandíbulas e cérebros, [...] em maioria de seus aspectos, deu o primeiro passo importante para a condição humana (Góes, C.G; Aleixo-Silva, R. Aula Evolução Molecular e co-evolução, 2014).

primitiva entre ambos; nesse momento ainda não havia divisões de trabalho, sua postura era caracterizada de forma vertical. Outro momento desse estágio é compreendido como uma importante transformação do homem, apresentando um salto maior, visto que abrange as espécies *Pitecantropo*<sup>2</sup> evidenciado no período do homem de *Neanderthal*<sup>3</sup>, destacando as primeiras configurações de trabalho, onde já confeccionavam, inicialmente, os seus mecanismos instrumentais para executar suas atividades, ainda que de forma rudimentar.

A constituição física desses ancestrais trazem uma forma vantajosa em relação a outras espécies, conforme Silva, Mata e Klein (2010); aparentavam um desenvolvimento cerebral ampliado, podendo também ser evidenciado pelas patas dianteiras, onde são estipuladas como mãos, sendo então habituado ao trabalho. É pertinente salientar que, nessa época, segundo Leontiev (1978), as divisões eram orientadas pela condição da ordem biológica, mas que não se limitavam, ficando estagnadas; possuíam contínuas modificações e assim transmitida para as novas gerações.

Os marcos iniciais apresentam visivelmente a indissociabilidade entre homem e natureza; sendo assim, para Marx (2008) é uma evolução dialética onde a natureza e os seres humanos se integram. A transformação ocorre pela mediação do trabalho, tendo como propósito fazê-la ser utilizável para a sustentação da vida humana.

Barroco (2009) afirma que o alicerce da ontologia do ser social, ou seja, sua forma de humanização, está fundamentada nas características da natureza orgânica e inorgânica, sendo assim modificando-a para alcançar e satisfazer suas necessidades.

Essa relação é observada quando

o homem, ao estabelecer com a natureza uma relação de forma previamente idealizada, a que se denomina teleologia e a partir da qual ele se diferenciará essencialmente dos demais seres tidos como 'inanimados', buscará satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, a partir do

---

<sup>2</sup> Pode ser identificado como um intermediário do primata para a espécie humana, sendo uma evolução muito contributiva. [...] os fósseis até então tratados como *Homo erectus* (que alguns eminentes antropólogos sociais brasileiros ainda chamam de pitecantropo, apesar dessa nomenclatura ter sido enterrada nos anos 1950) foram divididos em duas espécies: *ergaster* e *erectus* (NEVES, 2011).

<sup>3</sup> Demarca um momento fundamental a espécie humana, com grandes traços da evolução do homem no sentido corporal.

trabalho, modificando a natureza e, conseqüentemente, a si mesmo (VIEIRA; FEITOSA, 2018, p. 3).

O trabalho é essencialmente estimulado por essas intenções conscientes, com propósitos de extrair meios para sua sobrevivência, com essas novas habilidades que evoluíam o despertar de novas formas de necessidade que ocorriam continuamente. Conforme Duayer, Escurra e Siqueira (2018), os escritos de Lukács identificam que o trabalho é a categoria substancial do ser social; isso pode ser identificado em três esferas, sendo então: a linguagem, sociabilidade e a divisão do trabalho. Esses três elementos apresentam-se pela forma já instituída do ser social, ou seja, distingue-se nesse cenário a transição de um ser que era exclusivamente biológico para o então ser social.

O homem criou, através do trabalho, um mundo social, de fala, de conhecimento e convívio, compondo então uma nova existência. O desenvolvimento de suas habilidades, segundo Leontiev (1978), acontece por intermédio das transformações da própria composição anatômica do homem, seja do seu cérebro, dos órgãos dos sentidos, de suas mãos e também, sobretudo, dos órgãos da linguagem; em síntese, esse processo aconteceu em virtude do gradativo aperfeiçoamento da produção.

A respeito dessas transformações, habilidades e novas formas de necessidade foram emergindo. Netto (2010), em sua visão, enfatiza que em todas as formas de convivência, ou seja, de grupos, o homem engendra bens de consumo para si e para os demais, sendo evidenciados como valores de troca, caracterizados como um ato consciente, visando suprir suas exigências para a manutenção da vida. Em conformidade, Forti (2006) reforça que o trabalho é um exercício substancial do ser humano, onde Foracchi e Martins (1985) reiteram que o homem possui a capacidade de criar instrumentos conforme suas necessidades e aspirações, dessa forma provocando então a categoria trabalho.

Diante disso, é inadequado pensar que o homem possa viver só, pois sua existência tem por essência estar em sociedade, convivendo e dialogando, não se limitando apenas a um aspecto, ocorrendo então um entrelaçamento dialético entre as relações. Marx (1988) transcreve que para ocorrer a totalidade do trabalho social, apesar de ser visto como uma forma individual de ações, é necessário um intercâmbio dessas criações ou produtos. Sendo assim, é necessário ir além da

heterogeneidade, onde possa ocorrer satisfação das necessidades humanas; essa ultrapassagem é verificada através da “natureza e trabalho, meio e fim, e produzem, pois, dessa maneira, algo em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao fim, o produto do trabalho” (LUKÁCS, 2004, p. 71).

Neto (2010) reafirma nesse mesmo sentido que o trabalho aprovisiona através do pensamento e das habilidades humanas, os meios para a sua existência, sendo possível criar através deles objetos que sirvam tanto para si quanto para outros grupos. Barroco (2009) reitera esse pensamento que essas condições são possíveis pelas intenções conscientes, com o propósito de extrair meios para sua sobrevivência; e por meio dessas habilidades, a evolução colabora constantemente para o cenário de novas formas de necessidade.

Ao observar a evolução do trabalho, é necessário acentuar que as primeiras formas de produções eram vistas apenas entre laços de parentesco, sem interesses econômicos, voltados apenas para a sua subsistência, mas que foram ganhando crescimento social, provocando entre os homens uma divisão dos mais favorecidos e dos não favorecidos. Conforme Pereira (2012), é pertinente enfatizar que só houve a independência ontológica do homem em correspondência à natureza, através da mediação do trabalho.

## **1.2 O mundo do trabalho e suas metamorfoses**

A respeito dessas produções, é pertinente salientar que grandes mudanças ocorreram desde a era primitiva até o capitalismo, que vigora na contemporaneidade. O processo apresentou em cada conjuntura, conforme Tumolo (1997), uma dinamicidade, ao ponto que se criaram vieses de adaptações à sociedade. Marx e Engels (1991) também afirmam que essas diferentes formas da divisão do trabalho são representações de cada particularidade, de acordo com as imposições de cada período e também pelo próprio convívio em sociedade. Em detrimento disso, contribuiu-se para uma produção em larga escala, atribuindo-lhes outros valores às produções dos homens.

As novas formas de agrupamento, que foram sendo constituídas em cada período, apresentam muitas informações; dessa forma, é necessário mencionar sobre esse modo de produção capitalista, partindo inicialmente da sociedade primitiva. Segundo Lessa e Tonet (2012), a sociedade primitiva apresentava-se pelo

caráter comunal, isso significa que a forma como produziam e sobreviviam era de caráter coletivo; nesse momento dispensava-se a possibilidade da individualidade, promovendo então, nesse modelo, a distribuição de atividades, onde era inviável que houvesse um grupo que tomasse a posse para manejar o trabalho grupal.

As fases iniciais contam essencialmente com a reprodução social tribal que, conforme Karam, Pereira e Minasi (2020), são denominadas de *stammeigentum*, pois viviam especialmente sob uma forma de subsistência de maneira grupal. As principais atividades de trabalho consistiam na caça, na pesca e, posteriormente, elevaram às demais criações, sendo inserido a criação de gado e também a inserção do manejo da agricultura. Como mencionado anteriormente, essa distribuição de trabalho pautava-se no parentesco. Marx e Engels (1991) reiteram que o sistema de produção se apresentava de maneira não complexa, ou seja, apenas em torno familiar; nesse sentido não havia preocupações pelo lado econômico e sim pela cooperação.

O trabalho, nessa perspectiva primitiva, não possuía uma ordenança, interesses ou oposições, sendo evidenciado por Karam, Pereira e Minasi (2020) que

nesse processo produtivo, não havia estruturas hierárquicas ou meritocráticas, uma vez que todos desempenhavam funções diversas, porém igualmente relevantes na sociedade. A divisão do trabalho estava organizada de acordo com as condições naturais de produção (KARAM; PEREIRA; MINASI, 2020, p. 9).

Em decorrência das novas inserções, mudanças foram ocorrendo no cenário que antes limitava-se a uma forma de trabalho grupal, chegando ao ponto de a comunidade primitiva sofrer fragmentações; sendo assim, dando espaço ao modelo de organização social escravagista. Neste momento, as forças produtivas ganham um desenvolvimento acentuado, instituindo-se também em decorrência disso a propriedade privada.

Conforme Marx e Engels (1991), já apresenta uma diferença entre o campo e cidade, de forma que as relações de classe se tornaram evidentes, demonstrando que o trabalho poderia se apresentar de forma mais complexa, acentuando que essa nova configuração contribui significativamente para as futuras formas de exploração e alienação.

O trabalho escravo reproduziu formas desumanas na sociedade; é nesse contexto que se tem a divisão dos que possuem as propriedades privadas e dos

meios de produção. O trabalho humano começa a ser um produto nesse universo de compra e venda da força de trabalho; assim apoderando-se desses que possuem a capacidade de exercer algum tipo de trabalho, ou seja, do homem denominado escravo. De acordo com Karam, Pereira e Minasi (2020), nesse determinado período esses escravos eram tratados como mercadorias, deixando de lado a importância da vida como ser humano.

É importante ressaltar que, com esse nível de apropriação do trabalho, por parte dos que dominavam, se reforçou o chamado excedente, fazendo com que produzissem além de suas limitações, suprindo muito além do consumo. Esse início de exploração da força de trabalho não teve sustentação, visto que o contingente de escravos era além do orçamento para garanti-los como suas propriedades, causando então o declínio dessa fase.

Posteriormente, o sistema feudal entra em vigência, que, conforme Silva (2017), o feudalismo obtém particularidades que lhes difere dos demais sistemas econômicos, podendo ser observado através da separação política, da economia advinda do campo, da desolação das cidades, das regras de servidão e etc., mas, vale ressaltar, que não se pode igualar a escravidão com a servidão, pois possuem detalhes que os diferenciam. A decadência desse sistema apresenta diversas faces, mas que podem ser destacados segundo Silva (2017, p. 4): “[...] a falta de mão de obra, devido a fome, as contínuas guerras e a peste negra, a falta de novas terras, mas principalmente o desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal, que fortaleceu a economia”. Com o fim desse modelo de sociedade, surgem novas formas de trabalho, reconstituindo-se em padrões que influenciaram os rumos da sociedade.

De acordo com Silva (2017), a fase inicial do capitalismo surge com o avanço constante de uma determinada individualidade; a forma de viver em sociedade começa a ser remodelada, podendo ser representado nitidamente pelo grande avanço econômico e pelo visível desenvolvimento mínimo do lado social. O chamado capitalismo, para chegar até a sua forma contemporânea e sua grande supremacia nos dias atuais, perpassou por metamorfoses que permitiram vieses que trouxeram a hegemonia desse sistema de maneira total. Sendo assim, começaram a criar estratégias necessárias para um novo momento, podendo ser identificadas como uma propagação da exploração e alienação. Segundo Rodrigues (2018), a partir da compreensão da obra “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx, pode-se observar

que a sociedade burguesa foi se retirando da decaída do sistema feudal, deu continuidade aos seus interesses, sendo que se apoderou da instauração de classes atuais, fazendo com que surgisse novas maneiras tanto de opressão quanto de oposições.

Segundo Dias (2018), esse momento de metamorfose do mundo do trabalho é considerado uma discussão essencial para o Serviço Social, visto que são modificações que fazem parte do debate profissional sobre esse sistema chamado capitalismo, que foi se apoderando da vida em sociedade. As causas iniciais demonstram que o trabalho humano foi intensificado, causando uma dependência total desse modelo que se instaurava e já se tornava predominante. Lessa (2007) reitera que é pertinente refletir sobre a ação humana que, anteriormente, era uma construção muito particularizada, sem interesses excedentes, mas que a construção de uma nova sociedade fez com que sucessivas necessidades ocorressem, propondo, então, através do elo entre a dialética e a teologia, a capacidade e possibilidades de novas idealizações.

O sistema que se instaurava gradativamente, chamado capitalismo, utilizou-se dessas possibilidades, de maneira diferente, formulando alterações a seu próprio benefício, possuindo os meios de trabalho dentro das suas articulações, deixando esse trabalhador que, inicialmente possuía sua autonomia, agora dependente das condições do sistema vigente.

Sendo assim, Lessa (2007) enfatiza que o trabalhador passa a ser um mecanismo do capital, de maneira a desenvolver um sistema de produção em massa, com características que marcam a submissão e a alienação. Dias (2018) demonstra que existe um continuo acirramento dos interesses neoliberais, onde permeiam a seu próprio benefício as contrarreformas que reforçam a desvalorização dos interesses da classe trabalhadora, e, diante desse acirramento, os profissionais de Serviço Social reafirmam seu papel interventivo.

Segundo Rodrigues (2015), o capitalismo tem como base de seu funcionamento a transformação do trabalho em sua mercadoria central, visto que essa circunstância possibilitou o aumento da produção, influenciando a acumulação desse grande capital. Esse sistema foi capaz de atingir um nível em padrão global, expandindo para além de suas versões locais; além disso, é perceptível que seus atributos são estabelecidos na sua capacidade de adaptação e transformação em



níveis muito velozes, pondo-se em todos os ambientes de acordo com cada particularidade.

As acentuações do capitalismo, no sentido de exploração e concentração de riqueza nas mãos de poucos, advêm desde sua gênese, ou seja, com as movimentações advindas da Europa, no período final do século XIX. Mas, tratando-se de sua propagação mais ampla, pode ser evidenciada numa transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Assim, conforme Soares (2021), a razão desse desenvolvimento, designado de monopolização do capital, é precisamente a intenção de se ter a soberania total nessa disputa capitalista. Montaño e Duriguetto (2010) enfatizam que esse modelo intencionava, através da criação desse Estado, uma regularização da economia, sendo que se evidenciava também, em virtude disso, a supremacia norte-americana, onde essa potência vem com uma concepção fordista que, de acordo com Antunes (2011), pode ser identificada como relação homem/uma máquina/verticalização, ou seja, uma produção em grande escala, passando para o modelo toyotista, que é definido como relação homem/várias máquinas/polivalência/horizontalização. O desfecho dessa transição é que tanto a economia quanto a sociedade vivenciaram a dominação por esse modelo.

Silva e Dias (2017) defendem que foram essas modificações, no sentido tecnológico na década de 1980, que marcam intensamente o trabalho e, conseqüentemente, os vínculos que fazem parte desse ambiente, expressivamente na ausência de direitos e na amplificação da exploração. Para Dias (2018), a sociedade capitalista não pode ser compreendida como um modelo que permanece estagnado, mas sim de maneira dinâmica, por isso cria estratégias ardilosas para renovar-se em cada conjuntura.

Conforme Montaño e Duriguetto (2010) a partir dessas transformações, emergem também as fortes lutas de classes entre capitalismo x movimentos sociais. Dias (2018) afirma que ocorrem agudos desenvolvimentos relacionados aos direitos dos trabalhadores; é possível verificar através da história que os modelos de Estado estavam capitalizados em várias instituições, apropriando-se dos meios mais essenciais, sendo assim os direitos sociais não avançavam, retrocediam com muita rapidez, ao ponto que o sistema criava estratégias para a sua soberania.

Montaño e Duriguetto (2010) apontam que o regime de acumulação fordista-keynesiano foi um momento em que o capital tinha por finalidade aprimorar a

acumulação capitalista e legitimar a ordem social vigente, criando essa nova força imperialista hegemônica chamada Estados Unidos, colaborando para a reversão da crise de superprodução e também provocando impactos na luta de classe dos trabalhadores.

Rodrigues (2015) caracterizou o resultado desse momento como um

[...] sindicalismo manipulado e cooptado - resultantes da acumulação flexível, contribuíram para a implantação e expansão das bases do modelo de produção toyotista, que possui seus traços constitutivos na produção conduzida diretamente pela demanda, as exigências mais individualizadas de mercado, e principalmente na “desespecialização e polivalência dos trabalhadores”, tornando esses em multifuncionais (RODRIGUES, 2015, p. 5).

Silva e Dias (2017) trazem uma concepção de que o trabalho, de forma mortificada, tem tomado o espaço do trabalho numa concepção viva, sendo que essa reflexão revela que os maquinários tomaram grande proporção com as metamorfoses do mundo do trabalho.

Montano (2013) reitera sobre essa automação do trabalho, onde é realizada com o viés de exclusão da força de trabalho manual, tornando essa classe trabalhadora desempregada com um elevado índice de pauperização, sendo que através disso a mesma ocasiona então a chamada queda da taxa de lucro. Silva e Dias (2017) evidenciam ainda que esse modelo iniciou uma cobrança por qualificação para que as produções corresse de forma excedente, desconstruindo então aquela produção primária que o homem estava familiarizado. A intelectualização passou a ser um requisito essencial para o sistema capitalista, pois assim consolidaria uma estratégia de promover a esse sistema a solicitação de mão de obra, abaixo do preço justo. Soares (2021) evidencia que as taxas de lucros desse capital era uma forma de criar a ilusão nos trabalhadores, que essa classe também participaria dessa divisão como os chamados “sócios”. De certo, eram estratégias que buscavam firmar alianças com aqueles que iriam executar a construção dos bens, amenizando qualquer forma de revolta dentro do processo de produção pelos trabalhadores.

Nesse viés, a construção de uma sociedade desigual continuava firmando padrões inalcançáveis, tornando a população cada vez mais vulnerável, alienada e explorada em função dessas condições. Em detrimento disso, Yamamoto (2001)

especifica que esses novos moldes históricos provocaram crises e retrocessos em nível global. Dias (2018) reitera, em sua concepção, que nesse modelo capitalista “prevalecem os investimentos especulativos no lugar da produção, causando a redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e do retrocesso das políticas públicas sociais (DIAS, 2018, p. 3).

De forma geral é perceptível que o Estado oferece o mínimo de políticas públicas, sendo inexistente uma base sustentadora; são criações para harmonizar os conflitos do seu próprio modelo de produção, trazendo, como consequência desse acelerado crescimento, o aumento gradativo das questões sociais, que se perduram e se renovam constantemente.

Conforme Antunes (2007), o mundo do trabalho em sua versão mais contemporânea se revela de diversas formas, podendo ser prevista em duas grandes proporções: como a desproletarização do trabalho industrial, fabril, onde é entendido como uma redução do trabalho mais tradicional, propondo um ampliamiento com novos setores e salários; é possível observar nesse momento também uma heterogeneização do trabalho, contando com uma quantidade expressiva de mulheres inseridas no trabalho enquanto operárias. Já o outro momento pode ser identificado como uma subproletarização, que representa o capitalismo de forma mais avançada, causando na classe trabalhadora consequências que podem ser expressas e previstas, por exemplo, nos contratos temporários, na falta de estabilidade, cargas excessivas e exaustivas de trabalho, terceirizações etc., formando então duas vertentes contraditórias do capitalismo avançado que se instaurava.

Essas vertentes contribuíram significativamente para as consequências sociais em todos os sentidos; conforme Antunes (2007), as metamorfoses descritas anteriormente, instauradas no mundo do trabalho, propuseram implementações que driblassem a crise que o próprio sistema ocasionou em sua fase mais severa, sendo que a tentativa de criar essas soluções anunciava uma propagação de uma grande parcela da população sofrendo com o desemprego no cenário atual. Ainda sobre esse cenário, Rodrigues (2015) reforça que

do modelo de produção capitalista que se estabelece nesse cenário, as contradições são inseparáveis, as quais conduzem ao desenvolvimento de relações de invisibilidade e desumanização, regadas por precárias condições de trabalho, exploração contínua da mão de obra nas grandes cidades (RODRIGUES,2015, p. 4).

É pertinente mencionar que as metamorfoses, pelo viés capitalista, foram uma forma de modernizar a categoria trabalho, mas esse modernismo acarretou para a classe trabalhadora grandes impactos, que se intensificaram com o passar do tempo. O sistema fortaleceu a robotização das produções e serviços, propondo esse projeto moderno de maneira a ser um modelo global a ser seguido pelos países. Os trabalhadores foram pulverizados nos seus serviços e conseqüentemente desestabilizados em suas lutas conjuntas, sendo que a exploração ganhou novas proporções, principalmente dessa mão de obra que restou.

Silva e Maciel (2018) enfatizam que o homem nesse processo de metamorfose vivenciou uma das mais expressivas formas de transformação, visto que o trabalho exigiu desse trabalhador a atenção redobrada e a produção acelerada pela exigência de excedentes. Vale ressaltar que, através da tecnologia, se esperava melhores condições de trabalho, mas o que ocorreu foi uma reforma para sustentar os benefícios desse projeto, sendo mais um peso para a classe operária. Sobre esse cenário de determinações do capital na vida do trabalhador, Navarro e Padilha (2007) expressam que

entendemos que o trabalho tem caráter plural e polissêmico e que exige conhecimento multidisciplinar; é também a atividade laboral fonte de experiência psicossocial, sobretudo dada a sua centralidade na vida das pessoas: é indubitável que o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea. Assim, ele não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de auto-estima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade (NAVARRO; PADILHA, 2007 p,14).

Sendo assim, o homem sofreu contradições diante do real sentido do capital, ao implementar novos modos de produção. Conforme Navarro e Padilha (2007), é nesse cenário que se pode analisar as oposições pois, enquanto grande parcela sofre dentro desse sistema, pela exploração e expropriação, outra parcela enfrenta o desemprego. Podendo ser destacado que

além da precarização das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical crescem, em variadas atividades, ainda existiam os problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, relacionados ao trabalho” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 1).

O trabalho, na vertente do capitalismo na contemporaneidade, segundo Silva e Maciel (2018), tornou-se um dos principais motivos para a sobrevivência do ser humano, sendo algo que promove tanto o sustento quanto o consumo. Logo, quem está desempregado sofre uma pressão do sistema, influenciando a sensação de insuficiência, dependência e até mesmo a exclusão social do indivíduo, fazendo com que emergissem contradições dentro dessa da própria classe. Ou seja,

no trabalho alienado, os homens continuam a trabalhar juntos; no entanto, não se reconhecem como seres de uma mesma espécie, se estranham; ao invés de se desenvolver formas de compartilhamento, criam formas de sociabilidade fragmentadas (BARROCO, 2010, p.35).

Esse estranhamento e essa competição são estratégias para manter o capitalismo contemporâneo em constância; é nesse viés que se mantém o controle e a alienação. Marx em seus escritos já mencionava que “alienar-se da sociedade é, a priori, alienar-se de si mesmo” (FORACCHI; MARTINS, 1985, p. 93). Assim, o homem perdeu o controle e a consciência de suas próprias produções; os seus projetos não são mais pensados como inicialmente, são limitados a ser realizados segundo as demandas do sistema vigente, ou seja, em função da lucratividade capitalista. Os trabalhadores passam a ter um incentivo ao individualismo, além disso, fortalecia-se, nesse cenário, a inferiorização dos salários, mas em contradição ocorria a massificação do trabalho de forma superexploradora com constância. Na sociedade capitalista existem características que as definem, e, para Marx, acontece através da“ [...] valorização do mundo das coisas e cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta” (2012, p. 95).

Segundo Yamamoto (2009), o caráter liberal não possui a intenção de fortalecer as lutas sociais, mas sim desestabilizá-las. Para esse sistema, a riqueza está acima das condições mínimas de subsistência do ser humano; é nesse sentido que o trabalho sofreu metamorfoses, sem benefícios para uma classe e enriquecendo a outra. Faquin (2013) complementa que esse debate é parte essencial do Serviço Social, pois é “uma profissão que atua diretamente na reprodução das relações sociais no contexto da sociedade capitalista, não podemos deixar de analisar as transformações vivenciadas por essa sociedade [...] (FAQUIN, 2013, p. 2).

Conforme Silva e Maciel (2018), o fenômeno da globalização são marcas do capital expandido, atingindo todos os ambientes que almeja fazer parte. Esse modelo valoriza principalmente o consumo, o desejo de ter o que não é necessário e a desvalorização da essência do ser humano. Canclini (2003) também enfatiza que esse fenômeno é chamado globalização, e que se trata de algo complexo, ou seja, não se pode conceituá-lo como um processo finalizado. Sua trajetória é marcada pela constância em adaptar-se a qualquer ambiente. O regionalismo é um forte ponto que ela atua, vinculando-se e conseqüentemente introduzindo suas marcas de acordo com cada particularidade. Ao tempo que ela uniformiza as relações, ela também se adequa nas singularidades e originalidades regionais, transformando então as diferenças em rendimento, ou seja, em mercadoria. Essas realidades são alvo da globalização, sendo que não se trata mais apenas de algo fechado e sim de poder influenciar no modo de ser e agir dos indivíduos, com base nos modelos dominantes.

O capitalismo ascendia em cada conjuntura novas habilidades, para assim introduzir no mundo do trabalho, onde desconsiderava as conseqüências no mundo social que se alastrariam por longas décadas, causando desconforto, medo e dúvidas para a classe trabalhadora, pois o sistema apenas cogitava assegurar mais riquezas em suas relações.

De acordo com Silva e Maciel (2018), é necessário evidenciar que as metamorfoses, realizadas no mundo do trabalho, colocaram o trabalhador em uma condição mais vulnerável; embora direitos tenham sido alcançados, o sistema cria novas maneiras de se apropriar, condicionando um aumento nas desigualdades e opressões. Dessa forma, as metamorfoses não chegam como melhorias para todos, pois perdeu-se o domínio do seu ritmo de trabalho e o tempo destinado a esse sistema. “Todas essas incertezas refletem na vida do trabalhador, na manutenção de um trabalho extenuante e alienante, ou no receio de ficar desempregado” (SILVA; MACIEL, 2018, p.24).

Sendo assim, Yamamoto (2009) reitera que o processo, ao longo da história, são repetições que se repõe com novos elementos “cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 14). Dessa forma, são metamorfoses muito bem articuladas, com o intuito de modificar toda uma estrutura social entre homem e natureza e o

próprio pertencimento e reconhecimento como parte do que se tem construído na sociedade.

### **1.3 A mulher no mundo do trabalho e a lógica do capital**

Retratar as mulheres no mundo do trabalho é analisar e percorrer uma evolução histórica, que foi marcada por grandes tensões, diante de ambiguidades, incertezas, limitações e seus enfrentamentos, para que chegasse até o seu protagonismo contemporâneo. Entende-se que o contemporâneo é “ [...] colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história” (AGAMBEN, 2009, p. 72). A percepção da sociedade em relação a inserção da mulher, dentro do mundo do trabalho, sempre apresentou complexidades, principalmente pela sua aceitação em ambientes historicamente ocupados por homens.

Para entender a conquista social das mulheres, sua visibilidade e sua relevância nos dias atuais, segundo Torres (2014, p. 17), é necessário “ [...] olharmos sob o retrovisor da história para percebermos que o campo da produção do saber esteve sob domínio dos homens desde os primórdios”. Sendo assim, o papel da mulher na sociedade sempre foi definido por homens que tomaram para si a ordenança, empunhando condições e conceituações patriarcais; esses traços iniciais apontam para uma trajetória que exigiria uma desconstrução contínua de atribuições e estereótipos que foram constituídos para o papel da mulher, e com a sociedade capitalista em vigências, outras formas da prática do patriarcado foram se instaurando. Neste sentido, especificamente da mulher enquanto trabalhadora, pois assim seriam aceitas com mais facilidade em seus convívios.

A sociedade em sua complexidade desenvolveu transformações necessárias e de acordo com cada período a categoria trabalho foi essencial, pois, conforme Rocha (2020), trata-se da principal forma do homem sobreviver e criar relações sociais com os demais, sendo assim construía, elaborava e realizava atividades que trouxessem formas de manter a sua existência.

No decorrer desse desenvolvimento, ocorreram modificações econômicas, sociais e políticas. Segundo o Caderno e Formação (2020), desde a década de 70, observa-se no país um sistema que expressava crises cíclicas e para solucioná-las o sistema instigava desmontes tanto na economia quanto no social, através de uma

sistematização flexibilizada. Antunes (2014) reitera que o desenvolvimento do capitalismo era pautado no processo de superexploração da classe trabalhadora como um todo; nesse sentido o trabalhador enfrentava consequências impostas pelo sistema, vivenciando uma profunda “extração tanto da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa” (Antunes, 2014, p. 40).

É pertinente demonstrar que o país perpassava pelo cerne de um “reformismo conservador” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). Era visível que as estratégias do sistema cresciam com o viés conservador, propondo a classe trabalhadora negociações que causariam mais falta de emprego, ou seja, eram continuas tendências que percorriam essa classe para atingi-la e conseqüentemente desmobilizá-las, influenciando menos questionamentos aos seus direitos. Conforme Antunes (2014), a classe trabalhadora, em sua forma geral, engloba uma forma composta de assalariados, de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em função de sua sobrevivência, sendo assegurado pelo salário.

Essas condições, de maneira mais precarizadas, e que se intensificaram sofrendo ampliações são, segundo Antunes (2014), frutos da morfologia do trabalho, visto que a classe trabalhadora, mesmo com suas diferentes funções e cargos

são partes constitutivas das forças sociais do trabalho que participam, direta ou indiretamente, da geração de mais-valia e da valorização do capital. Oscilando entre a grande heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade etc.) e a impulsão tendencial para uma forte homogeneização que resulta da condição precarizada presente em distintas modalidades de trabalho que se ampliam em várias partes do mundo e também no Brasil, eles se convertem cada vez mais em partícipes ativos no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais que vêm se ampliando em escala global (ANTUNES, 2014, p. 51),

Conforme Pereira et al (2005), o nível de mulheres inseridas no mercado, desde as décadas de 60 e 80, influenciaram consideravelmente essa modificação de cenário até o cenário contemporâneo, ou seja, a inserção feminina, em diversos setores do mundo do trabalho, e as contratações, foram influenciadas não apenas por um fator, mas por toda uma conscientização, pelas lutas, pela consistência da mulher nos estudos e, posteriormente, nas mudanças de padronizações e atribuições criadas pelo sistema capitalista.

Essa composição da força de trabalho, de forma geral, era precarizada, via-se a economia em sua forma mais expansiva, a urbanização ganhando novas proporções, as indústrias alimentando as fábricas com uma massa de trabalhadores,



já incluindo a força de trabalho do sexo feminino na construção desse novo cenário que se instaurava. Segundo o Caderno e Formação (2020), pesquisas apontam que o aparecimento da mulher e sua forma mais frequente acontecem com mais visibilidade a partir dos anos 1970; sendo assim, afirma-se que mesmo sendo épocas que marcavam as morfologias do trabalho e as crises cíclicas, criadas pelo grande capital, que, conseqüentemente, atingiam os direitos da classe trabalhadora, foi também um período que se revelou com a inserção dessas primeiras mulheres no mundo do trabalho.

Em particular, conforme Leone et al (2017), as mulheres, na sociedade, nas épocas anteriores, eram vistas apenas como “aquela que reproduz”, essa era a sua principal função, sendo aceita pela condição de ser mãe e poder contribuir através dessa condição. Sendo assim, da década de sessenta já se observava no Brasil quedas na faixa demográfica, podendo ser analisado que essas mulheres começaram a reproduzir menos, em vista de sua emancipação, principalmente para adentrar no mercado de trabalho e conseguir conciliar o seu papel nesse universo, ou seja, “o nível de fecundidade das mulheres brasileiras que em 1970 era de 5,8 filhos, por mulher, chegou a 1,8 filhos por mulher em 2010.2” (LEONE et al, 2017, p.15).

As novas formas do papel da mulher na sociedade inicialmente foram acometidas pela desigualdade salarial, informalidade, funções que se aproximassem da versão dona de casa e visíveis formas de exploração dentro desses ambientes empregatícios. Conforme o Caderno e Formação (2020), são fortes características que marcaram a mulher como um ser de valor apenas reprodutivo, não tendo capacidade física tão quanto intelectual de estar em um universo de trabalho produtivo. Esta é ainda um fato que reverbera na visão que se tem da mulher trabalhadora no galpão do boi caprichoso, quando se percebe que nenhuma mulher ainda foi considerada “artista de ponta” Leone et al (2017) enfatiza que a presença feminina nesse cenário começou a ser constante nesse marco de reestruturação do capital nos anos 90; sendo assim, os níveis de emprego ainda eram muito baixos, pois a intenção era construir um exército industrial de reserva que rompesse com as barreiras de estar em um só país e ganhar um sentido mais amplo, criando estratégias que perdurassem para uma contemporaneidade com um contingente ainda maior de pessoas desempregadas. Fortes (2018, p.18) reitera que “podemos

então dizer que o exército industrial de reserva não se limita mais às fronteiras de um país, mas tem a dimensão da oferta mundial de mão-de-obra”.

As mulheres nesse cenário, segundo Leone et al (2017), eram direcionadas expressivamente para o trabalho doméstico, sendo o maior vínculo empregatício daquele período para o sexo feminino. Hirata (2011) complementa que os empregos se apresentavam de forma muito precária, sem condições mínimas, sem proteção social, e direitos violados, além disso o salário era um valor injusto pela força de trabalho.

Dessa forma, essas evoluções da inserção da mulher dentro do mercado, demonstradas ao longo da história, são referentes, conforme Pereira et al (2005), ao nível de escolaridade que aumentou gradativamente no decorrer da história, e principalmente, naquele período que era uma atribuição aos homens, aumentando então o seu valor social; também está ligado ao fato da mulher começar a compreender o seu próprio corpo, entendendo seu valor muito além da reprodução, ou seja, passam a ter maiores acesso sobre a fecundidade, podendo então impor-se sobre ter ou não filhos; tal fato, segundo Bruschini; Lombard (1996), contribuiu para maiores inserções das mesmas nas atividades econômicas da sociedade.

Pereira et al (2005) enfatizam que a mulher no mercado de trabalho perpassou por várias ocupações, sendo que as mesmas vivenciaram mudanças que eram tomadas pela aceitação dentro desses ambientes, pois era constante a predominância das ocupações nos espaços pelos homens, ou seja, eram atividades que eram ordenadas a eles. Embora houvesse um quantitativo expressivo de mulheres no mercado de trabalho, seus cargos ou funções, as qualidades desses espaços eram baixas.

Baylão e Schettino (2014) contribui dizendo que os marcos iniciais do século XXI demonstram grandes invenções tecnológicas, sendo que esse momento era de caráter globalizado; também eram evidenciados uma maior especialização por parte das mulheres, ou seja, essa condição começa a ser aguçada para adentrar o mundo do trabalho intelectualizado. Leone (2017) complementa que essa década traz uma economia ativada, promovendo uma população mais ativa nesse sentido; complementa também dizendo que esse início do século XXI foi um dinamismo econômico, onde se teve expressivas formas de composições da população na economia e faixa etária de idade. Sendo assim, percebe-se que as mulheres

começam a ter maior espaço dentro dos ambientes que não eram inseridas, mas ainda com grandes diferenças salariais.

O questionamento por parte das mulheres por melhores condições de trabalho e inserção das mesmas, nesse universo produtivo, são advindas desde o processo de industrialização. A sua presença já era notabilizada de várias formas de reivindicação, por uma sociedade mais justa. Nas primeiras indústrias observava-se que a força de trabalho feminina era mais adquirida, especialmente nos ambientes de produção têxtil e confecções, onde já se pensava em suas experiências entendidas como “naturais”, sendo então que “elas traziam para o ambiente fabril sua experiência de oficinas, da indústria doméstica e do artesanato urbano” (LEONE ET AL, 2017. P 68).

Conforme Eley (2005), a participação da mulher dentro dessas fábricas, preconizava seus afazeres e papel doméstico entendido como sua principal função, gerando conflitos de aceitação; ainda assim tinham que estar sempre em concorrência com os homens para a garantia de emprego, ou seja, provando que eram também capazes de realizar atividades que antes era somente de cunho masculino. Podendo ser analisado como uma estratégia do capital em manter a ordem de seu sistema, de viés patriarcal, fazendo com que essa mulher entendesse que seu lugar era apenas dentro dos ambientes familiares, sendo que seus maridos poderiam trabalhar.

A sociedade foi extremamente marcada pelo sistema patriarcal; esses andamentos históricos revelam que a mulher era entendida apenas pelo destino de procriar, o próprio sistema encarregava-se de criar estratégias que as fragilizassem dentro dos vínculos empregatícios, pois não era intenção desse grande capital que essa classe se fortalecesse e ganhasse grandes proporções, como chegou na forma contemporânea. O surgimento de novos vínculos na modernidade, ocorridos pelas grandes transformações do capital e mobilizações da classe trabalhadora, consolidou transformações no papel da família, havendo novas organizações de funções, inserções, e novas práticas sociais.

Conforme Baylão e Schettino (2014), pode ser analisado que a modernidade trouxe essas transformações, que

[...] cada dia mais nas lideranças de grandes empresas e em profissões técnicas as mulheres estão ganhando espaços. É necessário que a própria mulher entenda a necessidade de separar casa e o trabalho ou até mesmo

vida pública e privada, valorizando então sua participação constante no complemento da renda salarial familiar, inclusive, em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda que sua família tem mensalmente partindo do princípio de se analisar os grandes índices de abandono do lar por parte dos maridos e da falta de ensino e participação dos filhos em um mercado de trabalho, cada vez mais complexo para jovens que não tem experiência profissional (BAYLÃO E SCHETTINO, 2014, p. 5).

Segundo Bruschini e Lombardi (1999), o trabalho feminino em suas novas proporções pode ser caracterizado pela divisão de dois polos, sendo que no primeiro revela-se um percentual de 40% de mulheres trabalhando por baixos salários, de forma ainda muito precarizada, cumprindo cargas excessivas de trabalho, sem condições adequadas dentro desses ambientes. No segundo polo, destaca-se uma formalização, onde essas mulheres já possuem melhores condições de trabalho, tendo seus direitos respeitados, com níveis de precariedade mais baixos e sendo melhor amparada.

Conforme Leone et al (2017), apesar dos grandes avanços da mulher no processo de inserção no mercado de trabalho, existem ainda aspectos que fazem com que ocorram limitações, ou mesmo traços do patriarcal dentro dos ambientes em que estão trabalhando. As diferenças salariais, as grandes demandas dentro da família, tendo que se dedicar em várias funções para provar sua capacidade tanto física quando intelectual, são aspectos que permanecem fortemente. As transformações tecnológicas trouxeram novas formas de ocupações profissionais, mas os atributos passados de ordenança se alastram de forma muito visível nos vínculos empregatícios existentes na contemporaneidade.

Em detrimento disso

os avanços verificados ao longo do tempo não alteraram de maneira significativa o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho. Apesar de sua maior participação no trabalho remunerado e de sua escolaridade superior à do sexo masculino, persistem condições de trabalho e diferenças nos rendimentos médios desfavoráveis as mulheres, o que evidencia o viés de gênero na forma como se distribuem os sexos nas diversas ocupações e setores econômicos. A inserção das mulheres na estrutura ocupacional, nessas últimas décadas, apresentou poucas alterações. Elas estão concentradas em atividades ligadas a educação, saúde, serviços sociais e trabalho doméstico remunerado, reafirmando a divisão sexual do trabalho e os papéis associados ao gênero como elementos estruturantes de um modelo de sociedade patriarcal e capitalista (LEONE ET AL, 201, p.68).

Bruschini e Lombardi (1999) reiteram que empregos que se caracterizam pelo papel da mulher, criados pelo sistema capitalista patriarcal, são aqueles que tem proximidade com o fazer doméstico, sendo então “guetos” femininos, onde se tem maior familiaridade nos afazeres, pois nesses trabalhos de caráter doméstico são incorporados e ocupados por 1/5 da força de trabalho da mulher. Melo (2011) enfatiza que essas ocupações são consequências das más distribuições de renda, havendo grandes desigualdades na sociedade nos cargos, pois mesmo com grandes avanços históricos, algumas obrigações não se desligaram da mulher, sendo afirmado como um papel que cabe a elas.

Nesse cenário contemporâneo do mundo do trabalho, Nogueira (2010) enfatiza a presença do desmerecimento da sociedade capitalista em muitos ambientes que a mulher poderia estar atuando com muita capacidade. Essas questões acontecem por conta que “[...] a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio sexual do trabalho” (NOGUEIRA, 2010, p. 59). O grande capital encarrega-se de criar formas de fomentar inúmeras desigualdades. Sendo assim, Pena (2010) reitera que se trata de um processo histórico, onde a conexão de capital/trabalho sempre teve a intenção de também impor diferenças de gênero, propondo posições, classes, estruturas de acordo com suas intenções, em prol ao acirramento e disputa entre a própria classe trabalhadora.

Conforme Nogueira (2010), essa estratégia de acirramento e competição é uma forma de moderar com os contratos, fazendo entoar cortes de gastos, reduzir salários no sentido geral; assim, de forma pontual, as mulheres vivenciam essas retrações de forma mais intensiva, pois está desvalorizada por esse sistema de essência patriarcal e pelo conjunto de atribuições e domínios instaurados no sistema, fazendo com que essas mulheres fiquem postas no exército industrial de reserva, com altos níveis de precarização.

Este cenário de inserção da mulher, no mercado de trabalho, pode ser considerado recente, em vista de suas grandes lutas para alcançar os resultados que almejam, ou seja, a valorização profissional. As formas de buscar a aceitação não foram sanadas, pois suas responsabilidades profissionais foram inseridas e além disso enfrentam o discurso da sociedade que as mesmas “têm o dever de atingir um desempenho satisfatório em relação às atividades ligadas ao ambiente

doméstico, à educação dos filhos, e mesmo em seu papel como esposa” (SILVA; ALMEIDA, 2017, p. 313).

Segundo Fonseca ( 2005), o mercado de trabalho foi um viés capitalista de exploração e desvalorização de uma mão de obra, apenas pelo fato de ser mulher; destaca-se aqui fortemente o agudo processo de não colocá-la como uma força de trabalho necessária em determinados cargos, que potencializavam os homens, fazendo com que profissões e locais de melhor estrutura e visibilidade ficassem a disposição dos homens, direcionando as mulheres para lugares com falta de estrutura, baixos salários e diminuir cada vez mais seu prestígio social, deixando com que as mesmas desconhecem seu protagonismo enquanto mulher trabalhadora.

Sendo assim, delineou-se um longo percurso que evidencia as transformações ocorridas no mundo do trabalho, além de evidenciar que as novas morfologias do trabalho não trouxeram benefícios aos (às) trabalhadores (ras), fazendo com que emergissem a construção de vários movimentos sociais em busca de melhores condições de subsistência; além disso, a mulher trabalhadora tem entraves causados pela construção patriarcal e pelas sequelas do capitalismo contemporâneo, que tem estrangido constantemente a classe que vive do trabalho.

Em seguida, essa nossa discussão mostrará que trabalho e saúde são elementos indispensáveis para o debate contemporâneo, visto que a visibilidade de uma (um) trabalhadora (or) saudável, em tempos de retrocessos de direitos sociais básicos, é desafiador.

## CAPÍTULO II

### SAÚDE DA (O) TRABALHADORA (OR) E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre os desencadeamentos e desdobramentos do mundo do trabalho sobre a classe trabalhadora e, conseqüentemente, as propostas elaboradas para o cuidado relacionado a saúde das (os) trabalhadoras (es). Vale ressaltar que as condições desumanas, vividas especialmente nas primeiras fases capitalistas, levaram um grande contingente de trabalhadores (as) a serem acometidos por acidentes fatais e conseqüências irreversíveis.

Ao longo da história houve um momento de extrema necessidade em cobrar propostas governamentais relacionados a saúde; vale ressaltar que isso ocorreu através de movimentos sociais, conferências e debates para impulsionar a efetivação de políticas públicas que atendessem a todos, sem disparidades.

Desse modo, o pressuposto que damos aqui tonicidade é que a saúde do trabalhador é uma política pública, além de ser um direito constitucionalmente assegurado e viabilizado pela criação do SUS, sendo então uma proposta fundamental para romper com os atendimentos imediatistas e tão pouco profissionalizados, que eram viabilizados inicialmente; desse modo, o caráter “universal e democrático” defendido por esse sistema, proporcionou a Lei Orgânica de Saúde e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em sua forma mais contemporânea.

Evidencia-se que o campo saúde do trabalhador, mesmo com as grandes conquistas, vive sobre uma lógica desafiadora, pelos desmontes e impactos do capitalismo em sua forma severa e pelo seu interesse em privatizar serviços públicos; além disso, o trabalhador tem seus direitos sucateados diariamente e, para sobreviver em meio a sociedade moderna capitalista, se sujeita à informalidade, estando sua própria saúde sob riscos e malefícios.

#### **2.1 A questão da saúde e a política de saúde no Brasil**

A saúde, enquanto um direito universal, foi alcançada pela estruturação de movimentos sociais e reivindicações advindas especialmente da classe

trabalhadora. Apesar de ter alcançado avanços constitucionais, que concedem à saúde como um direito de todos, possui também em seu bojo contradições que reforçam as marcas de sua construção histórica, delineadas de ações fragmentadas, voltadas ao atendimento curativo, com adesões clientelistas e pontuais. Esse cenário foi a tão pouco tempo o caráter da Política de Saúde Pública no Brasil, onde prevalecia as medidas exercidas “[...] na assistência médico-previdenciária, prestadas pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP’s), criadas em 1923 e depois pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP’s) criados em 1933” (SALVADOR et al, 2015, p. 03), determinando então a importância de tecer reflexões sobre sua estrutura sócio histórica, assim como os reflexos evidenciados nos avanços e retrocessos.

A fragmentação da saúde, instaurada nas primeiras bases de atendimento, eram as principais bases de um projeto de sociedade privatista, que é antagônico ao projeto de saúde pública, evidenciando que esse campo foi composto por uma disputa de interesses até alcançar sua versão determinada pela Constituição Federal de 1988, que designou então a criação de um Sistema Único de Saúde, o (SUS).

O campo da saúde, antes de sua instituição atual pela CF de 88 e suas bases especificadas pelo SUS, era baseada, no entendimento de Salvador et al (2015), na centralização do médico como principal ator da funcionalidade da “saúde” de todos. Sendo assim, possuía serviços muito isolados, com altos níveis de fragmentação, ou seja, não se pensava o acesso da população como totalidade, delineando um distanciamento da universalidade.

As condições de saúde, proposta naquela conjuntura dos anos de 1880 a 1930 no Brasil, funcionava, conforme enfatiza Sarreta (2009), através de seu caráter bacteriológico e parasitológico que se relacionavam pela forma em que se encontrava a estrutura social naquele momento; sendo assim, a análise era essencialmente pelas questões ligadas a bactérias e parasitas; isso confirma a preocupação em reparar as doenças na sociedade através desses diagnósticos de controle, mantendo a preocupação em apenas reconhecer as “doenças”, ao invés de realizar investigações acerca das questões sociais emergentes naquela conjuntura.

Esse período demarca no Brasil uma organização de possíveis ofertas de serviços relacionados ao poder estatal, tendo uma estrutura que pudesse impor condições a serem seguidas, por essas imposições autoritárias estabelecidas; sendo



assim, construía-se órgãos de predominância privatista e seletiva, além disso evidenciava-se uma separação de classes sociais, segregando aqueles que poderiam ter acesso a essas instituições (LOURENÇO, 2004).

No Brasil, a partir da economia que estava em vigência naquela época, conhecida como República Velha, preocupou-se então com melhorias à saúde para que houvesse um bom funcionamento econômico, sem prejudicar as exportações. Bittencourt et al (2011) evidencia que houve mudanças especialmente nas questões sanitárias das cidades, e, posteriormente, pelo incentivo à pesquisa. Eram emergências de saúde que se associavam as grandes necessidades de trabalhadores assalariados, onde sucedeu-se na criação de subsídios direcionados àqueles que poderiam ser contribuintes para o funcionamento e o acesso a essa política.

Esse cenário apontava estratégias de uma política contributiva, logo a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) funcionavam como um “seguro” de acesso a uma saúde de qualidade. Sarreta (2009) ainda reitera que as CAPs passaram a ser extintas devido se ter um interesse maior de acumulação do que propor a oferta de serviços. Vale ressaltar que o Brasil perpassava pelo “modelo getulista” (1930-1945), de proteção social, que se definia como “fragmentado em categorias, limitado e desigual na implementação dos benefícios, como estratégia de controle das classes trabalhadoras” (SARRETA, 2009, p. 135).

A expansão do processo de industrialização no Brasil foi o ápice para o surgimento de políticas nacionais, sendo impulsionada pelas expressões da questão social que emergiam com o aceleração da urbanização, que tão logo demandavam intervenção estatal pela falta de moradia digna, higiene e a emergência da saúde de forma precarizada. O Estado tem sua intervenção iniciada na década de 30, onde proporcionou-se a criação, conforme Sarreta (2009), do Ministério da Educação e Saúde, e, posteriormente, como aponta Salvador et al (2015), a política de saúde foi manuseada “em dois subsetores: o de saúde pública, predominante até os anos 1960, centralizado na criação mínima de condições sanitárias para a população urbana e, restritamente para a do campo; e o segundo sendo o da medicina previdenciária que passa a predominar a partir de 1966”. A saúde pública era evidenciada pelas ações sanitárias que estavam sob a coordenação do Departamento Nacional de Saúde, mas que, contraditoriamente,

surge também a saúde na versão privatista, de caráter filantrópico, voltada a um atendimento excludente e seletivo.

Behring e Boschetti (2006) evidenciam que essa conjuntura reafirma o interesse estatal de fragmentar as políticas sociais, desestabilizando a sociedade civil ao acesso dessas políticas; esse modelo predominou fortemente até 1964. Sarreta (2009) enfatiza que esses apontamentos históricos determinaram muitas ações desempenhadas pela saúde nos dias atuais, onde observa-se que a essência dos recursos da previdência social delineava um destino certo, ou seja, proporcionava fortemente a manutenção da produtividade do país; de certo, todas as suas práticas em relação a saúde podem ser compreendidas efetivamente por ter

[...] claramente, de um lado, a saúde pública de caráter preventivo e coletivo, conduzida por meio de campanhas, voltada para a luta contra as epidemias e desenvolvida com uma preocupação mais social; e de outro, a assistência médica de caráter curativo e individual, conduzida aos trabalhadores contribuintes por meio da ação da previdência social. (SARRETA, 2009, p. 135).

O campo da saúde estava se desenvolvendo nessa lógica da industrialização aguçada, as expressões da questão social tomavam grandes proporções, e o Estado assume um papel mediador. Sendo assim, as bases das políticas sociais foram uma estratégia de aparelho estatal criados para evitar supostos conflitos e manter a produção e a reprodução dos interesses capitalistas. No Brasil, a construção de políticas foi orientada pelo conservadorismo elitizado, sem propor participação de toda a sociedade, ou seja, havia

“[...] ausência de uma cultura de bem-estar social, além da concentração de renda, de propriedade e de recursos do poder, sem interesse que houvesse a universalização dos direitos políticos e sociais da cidadania, sem um *Welfare State* democrático” (SARRETA, 2009, p. 136).

Salvador et al (2011) aponta que embora o Estado, nessa primeira conjuntura, tenha proporcionado avanços enquanto “saúde pública”, as bases privatizadoras tinham grande valor nessa lógica capitalista, pois se pensava instituições de atendimento através de condições de acesso e delimitadas especificamente na relação médico-paciente, sendo evidenciada fortemente a partir de 1950, ganhando corporificação nos anos de 1964, com o regime militar. Sendo assim,

o governo privilegiava o setor privado e a medicalização da saúde. Foi um período marcado por reivindicações e pressões populares e, além da repressão, as classes dominantes usaram a política social para tentar conter essas manifestações. O cenário era de uma política de saúde excludente e ineficaz ao mesmo tempo em que agravavam as condições de saúde da população (SALVADOR ET AL, 2011, p. 04).

A seletividade sempre esteve como base nas políticas estatais, sendo evidenciada pela retirada de responsabilidade, sucateamentos, falta de financiamento suficiente e etc. A estruturação das políticas sociais que, estavam em vigência devido ao desenvolvimento do mercado na década de 70, conforme Potyara Pereira (2000), demonstravam um país que vivenciaria as mais variadas formas da expressão da questão social; logo, essas propostas de políticas estavam interligadas aos interesses em conter a classe trabalhadora, que perpassava por desemprego, censuras, estratificações, pobreza extrema e demais expressões. Era um cenário de incertezas e de evidências da desproteção. Observa-se com essa trajetória que apesar da criação do Ministério da Saúde em 1953,

[...] a organização da assistência à saúde ainda era permeada por forte clientelismo, troca de votos por prestação de serviços, sem uma reformulação eficiente da organização do setor saúde. O setor privado da saúde cresce vertiginosamente através de doações e empréstimos a juros baixos pelo governo, com o intuito de reverter esses recursos no atendimento aos trabalhadores ligados aos IAP. (BITTENCOURT ET AL, 2011, p. 134).

O que pode ser analisado é que o Estado sempre utilizou formas repressivas para conter a população, isso evidentemente por um longo período foi funcional, mas com o passar do tempo a massa da classe trabalhadora cresceu, e assim suas necessidades estimularam suas reações contra essas imposições capitalistas. Em vista disso, a sociedade vivenciou o crescimento das exigências por melhorias, logo as organizações de várias esferas da sociedade, no final dos anos 70, presenciaram o aparecimento de novos projetos, agora de caráter democrático, pois a conjuntura ditatorial estava em derrocada.

A saúde passa a ganhar novas formulações a partir desse novo momento que se instaurava, atravessando para um novo pensamento, agora de novas maneiras, como, por exemplo, a atenção para as suas reformulações de acesso e também suas redefinições por intermédio de políticas coniventes às demandas existentes. Além disso, Salvador et al (2011) reitera que houve a inserção de novos indivíduos

da sociedade civil, onde passam a ser elementos essenciais para o debate da construção de uma saúde de caráter democrático e universalizada, onde reuniu as forças políticas, os pesquisadores, os profissionais de saúde, líderes de organizações e demais participantes, com o objetivo de propor uma saúde de qualidade a todos, sendo que a partir disso originou-se o Movimento da Reforma Sanitária.

Visto que havia uma necessidade em comum para “alcançar melhorias”, constatou-se então que

o movimento da reforma sanitária cresceu e formou uma aliança com parlamentares progressistas, gestores da saúde municipal e outros movimentos sociais. De 1979 em diante foram realizadas reuniões de técnicos e gestores municipais, e em 1980, constituiu-se o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

Em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde aprovou o conceito da saúde como um direito do cidadão e delineou os fundamentos do SUS, com base no desenvolvimento de várias estratégias que permitiram a coordenação, a integração e a transferência de recursos entre as instituições de saúde federais, estaduais e municipais. Essas mudanças administrativas estabeleceram os alicerces para a construção do SUS (PAIM ET AL, 2011, p. 1).

Conforme Dominguez (2006), essas Conferências de Saúde foram ambientes propícios para germinar a construção e debates em favor da saúde, no seu caráter universal, ou seja, uma construção de um Sistema Único de Saúde fortalecido e ampliado. A saúde passa a estar interligada a fatores existentes na sociedade, envolvendo as condições sociais, culturais, biológicas e econômicas. A reforma sanitária também foi marco de propostas como “[...] a concepção de saúde enquanto um direito social universal e dever do Estado; a criação de um Sistema Único de Saúde; o Controle Social e a descentralização do processo decisório para esferas estaduais e municipais (SALVADOR ET AL, 2011, p.04).

Nos marcos dos anos 80, salienta-se que havia um agravamento da questão social, mas que em contrapartida havia o desdobramento e avanço dos movimentos sociais que consolidaram a construção de uma nova Constituição em 1988, sendo a partir dela que mudanças começam a ganhar espaço. Conforme Sarreta (2009), desde a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Constituição Federal de 1988, a questão do trabalho e da formação tem sido realçada como fundamental, e é a que vem sofrendo o maior processo de desregulamentação dentro da política de reforma do Estado no País.

O movimento da Reforma Sanitária foi então um grande marco para a saúde pública, visto que trouxe propostas ligadas a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), afirmando que a saúde deveria ser pensada prioritariamente de forma que alcançasse a todos, sem distinções, tornando-a um direito universal com qualidade nos serviços oferecidos.

Conforme Bittencourt et al (2011), a 8º CNS resultou na ampliação e implantação do SUS, visto que descentralizou serviços que eram retraídos da população. Com a Lei 8080/90 foi possível aprimorar determinados serviços legais, pois mesmo com a legalização do SUS, notava-se ainda a falta de efetivação dessas diretrizes e princípios. Em função disso, foi instaurado a NOB - Norma Operacional de 01/93 para efetivá-las nos municípios e posteriormente a NOB-96 que “[...] instituiu duas formas de habilitação para os municípios: gestão plena da atenção básica e gestão plena do sistema municipal (BITTENCOURT et al, 2011, p. 135).

Ainda que muitas ações estatais tenham sofrido modificações, em especial na política de saúde no Brasil, observa-se grandes desafios em sua democratização, pois factualmente seguiu-se um modelo neoliberal, capaz de movimentar toda a estrutura dessas políticas, onde apenas os grandes movimentos sociais organizados foram capazes de trazer modificações sistemáticas no decorrer histórico, visto que esses sistemas neoliberais agem através da

“[...]focalização, privatização, estímulo aos seguros privados, atendimento básico à população que não pode pagar, dentre outros. Ou seja, uma concepção individualista e fragmentada da saúde em contraposição a concepção coletiva e universal do Projeto da Reforma Sanitária. (SALVADOR ET AL, 2015, p. 06).

Inclusive, na própria Assembleia de 88, que tratava sobre o campo da saúde, foi evidenciado uma disputa entre projetos de caráter privado (mercado e indústria farmacêutica) contra as propostas da Reforma Sanitária. Sarreta (2009) afirma que nos anos de 1990 as expressões da questão social, relacionadas a precarização do trabalho, faziam parte do modelo ideológico do Estado, onde o mesmo confrontava o movimento de Reforma Sanitária, que visava reduzir o seu papel, enquanto Estado, aos direitos de saúde, evidenciando contradições pertinentes de estar apenas presente nas constituições de forma documental, mas deixando de realizar na

prática esses objetivos para atender a todos. O incentivo ao modelo de saúde privada pelo neoliberalismo, fez com que ocorresse várias restrições, onde a vulnerabilidade da universalização tomasse grandes proporções, além da dúvida em relação a qualidade ofertada pelos serviços de caráter público (SARRETA, 2009).

Embora a saúde tenha sido definida, conforme Salvador et al (2015), como um “direito universal de responsabilidade do Estado”, o acesso dessa política a todos ainda aponta contradições, onde contém avanços na sua característica preventiva, mas também se verifica os paradoxos entre saúde pública ou privada. Sarreta (2009) aponta que os ideários neoliberais fazem com que os usuários dos serviços de saúde tenham dúvidas, pois apresentam planos de saúde privada que vislumbram um atendimento de qualidade, enquanto que o SUS é alvo de cortes e falta de financiamento. Desse modo

o desafio mais persistente para a implementação do SUS passa a ser a integralidade, como forma de evitar que o sistema de saúde pública constitua-se de programas focais voltados aos menos favorecidos. Cabe reavaliar que a proposta oficial avançou com a estratégia Saúde da Família, contudo, a própria organização desse programa de saúde, para funcionar, necessitava da contratação de profissionais cujas categorias nem eram regulamentadas ainda [...] essa situação foi agravada pelo processo de admissão desses trabalhadores, que seguiu o viés da precarização e da terceirização, não viabilizando a qualidade e humanização dos serviços de saúde a serem prestados (SARRETA, 2009, p. 159).

Behring & Boschetti (2006) reiteram que as políticas sociais podem ser compreendidas como avanços na sociedade, especialmente a política de saúde no Brasil, tratando-se de uma conquista por intermédio de movimentos, lutas sociais, organização e participação da sociedade civil em conferências etc., para a construção de uma sociedade com menos desigualdade. Mas apesar de sua fundamentação ter sido pautada em promover ações de garantia dos direitos a todos, ainda não é uma forma de sobrepor as grandes estratégias revolucionárias do capital, que se apropria da força de trabalho, através da massificação da exploração da classe trabalhadora para o seu avanço. É necessário enfatizar que

a falta de integração das políticas públicas, apesar do excessivo debate nas Conferências, mostra, por um lado, a incapacidade da sociedade atual de integrar pessoas, interesses coletivos e respeitar culturas e diversidades com iniciativas pontuais, fragmentadas e sobrepostas. Por outro, demonstra que o intenso exercício de democracia, historicamente vivenciado pelos atores sociais na saúde, resulta em conquistas e realizações e evidencia

que o projeto da Reforma Sanitária está em movimento e resiste ao projeto neoliberal (SARRETA, 2009, p.168).

Sendo assim, o cenário contemporâneo demonstra que muitas dessas ações são realizadas sem aperfeiçoamentos, ou seja, apresentam um retrocesso que relembra a conjuntura anterior a CF de 88 e a implantação do SUS, visto que a proposta neoliberal é que muitos serviços deixem de ser públicos para serem privatizados; isso ocorre pela falta de comprometimento de órgãos necessários para esse funcionamento. Por isso é necessário fortalecer os organismos executivos de nível Federal, Estadual e Municipal, onde através destes será possível exercer permanentemente os serviços de forma gratuita e com profissionalismo.

## **2.2 Campo saúde do trabalhador e as relações trabalho-saúde**

Diante de processos sociais e históricos, é possível analisar as grandes implicações das transformações no mundo do trabalho, na saúde do trabalhador; a indissociação desses fenômenos causados no ambiente de trabalho, pelas imposições capitalistas, e que, como consequência, são despejadas na vida dos trabalhadores de forma geral. Os marcos históricos revelam que essas questões em sua gênese eram pensadas e tratadas como fatores isolados e de forma culpabilizadora do indivíduo e que ganharam novas proporções conforme cada conjuntura.

Vale ressaltar que nas primeiras organizações de trabalho, a preocupação com a saúde do trabalhador era um fator inexistente, pois, na era da servidão, os escravos solucionavam as doenças que antes eram desconhecidas, ou mesmo que eram consequências da forma que realizavam o trabalho naquele período; através de punições e castigos fatais, essas sociedades não compreendiam a gravidade de qualquer sintoma, cansaço, ou mesmo infecções adquiridas pelo ambiente que desenvolviam suas produções. Sendo assim, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) evidenciam que a solução era sempre as maneiras naturais de lidar com doença, sendo então entendidos como “pertencentes a terra” e logo o seu lugar e fim fosse saber lidar com a morte, pois o tratamento era ainda uma forma desconhecida nessa sociedade.

Silva (2018) enfatiza que é necessário compreender o campo saúde do trabalhador através de uma perspectiva histórico-dialética, onde as metamorfoses da produção do capital acompanhavam as particularidades e a dinâmica de cada época, englobando as condições econômicas, sociais e políticas dessas determinadas conjunturas; sendo assim, Sousa et al (2013) diz que o entendimento dialético facilita a compreensão no que se refere aos contextos que perpassam o mundo do trabalho e contribuíram tanto para o agravamento de doenças adquiridas no ambiente de trabalho quanto para os direitos politicamente assegurados, pelos vieses de lutas e resistências dentro das grandes fábricas, que trouxeram viabilizações de melhores condições de trabalho.

Evidencia-se que a classe trabalhadora era pensada e tratada apenas como uma mão de obra, sem considerar as implicações causadas pelas más condições impostas por esse desumano sistema. Sendo assim, Silva (2018) enfatiza que esses padrões criados pelo capitalismo, de forma negligenciadora para a classe trabalhadora, advém fortemente da revolução industrial, sendo pertinente salientar que esse momento traz uma visão mais ampla entre o mundo do trabalho e a saúde dos trabalhadores. Entende-se que historicamente “o trabalho fabril expunha os sujeitos a ambientes insalubres e a longas jornadas de trabalho, além de impor a manipulação de maquinário perigoso” (SOUSA et al, 2013, p.3).

Essas condições que se desenvolviam certamente já se demonstravam com altos risco ao trabalhador. Sendo assim,

as jornadas extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, às quais se submetiam também mulheres e crianças, eram frequentemente incompatíveis com a vida. A aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infectocontagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilações e mortes (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 22).

Apesar das grandes modernizações que ganharam novas proporções rapidamente, as consequências também acometeram a classe trabalhadora com novas implicações em sua saúde, em virtude de padronizações capitalistas. Esse cenário pode também ser observado através do modelo de Estado de Bem-Estar Social, o (*Welfare State*), onde propiciou-se um modelo global de produção, com uma perspectiva de produção acelerada para atingir altas taxas de lucro, fazendo



com que esse trabalho não atingisse o trabalhador apenas com doenças em sua condição física, mas também pelas implicações psíquicas. Sendo assim, ao ponto que o capitalismo avançava, emergiam-se novas demandas ao trabalhador que vendia sua força de trabalho, envolvendo agora um cansaço físico e mental.

Conforme Sousa et al (2013), as primeiras bases ligadas ao cuidado com a saúde da classe trabalhadora eram focalizadas e de caráter empresarial, ou seja, agiam em função do grande capital, desconsiderando a exploração desse grande sistema que se apropriava da força de trabalho, sem oferecer condições mínimas de cuidado a saúde/doença desses trabalhadores; assim, esse cenário inicial já apontava para os grandes agravamentos que atingiriam a saúde da classe trabalhadora na contemporaneidade.

Observa-se que o adoecimento do trabalhador tornou-se também uma estratégia capitalista, que possuía um grande contingente de trabalhadores na espera por um emprego, fator esse que ainda vigora diante da conjuntura em que vivemos, por isso construía-se fortemente um exército industrial de reservas para servir ao seu favor, retirando de si a responsabilidade em criar e oferecer melhores qualidades no ambiente de trabalho, sendo mais viável e prático substituir o trabalhador que sofresse algum acidente em *lócus*, pois a prioridade era manter uma mão de obra ativa e funcional ao grande capital.

A conjuntura proporcionava, nesse momento, uma medicina do trabalho que, conforme Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), o médico era a principal ferramenta a favor das grandes indústrias, ou seja, em favor do capital, visto que esses profissionais solucionavam os casos emergentes em termos de saúde do trabalhador através da imediaticidade, sem conhecer essencialmente as causas das doenças adquiridas nesses ambientes, tornando-se um fator agravante para a saúde diante dos diagnósticos que não procediam corretamente.

É possível sinalizar que as estratégias criadas pelo capitalismo são pela manutenção da mão de obra, consolidando até na contemporaneidade seleções de trabalhadores saudáveis, evitando a responsabilidade em promover o bem-estar desses indivíduos; sendo assim, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) enfatizam que a convocação de trabalhadores que já possuíam algum quadro de saúde comprometido é simplesmente descartado pelo sistema, logo isso reflete que “estas medidas acabavam por culpabilizar os trabalhadores, tomando-os como negligentes

ou ignorantes diante das iniciativas necessárias para evitar acidentes e adoecimentos” ( SOUSA, 2013, p. 53).

A partir disso, compreende-se que o caminhar histórico no campo saúde do trabalhador evidencia grandes exclusões de serviços à saúde que deveriam ser ofertados aos trabalhadores. E quando se trata da realidade brasileira e também das demandas que são consideradas periféricas, Silva (2018) enfatiza que o capitalismo se desenvolveu a partir do infiltramento nas particularidades de cada país, considerando a formação dos mesmos, promovendo então sua ascensão no mundo do trabalho pelo modelo criado nos países centrais.

Sousa (2013) reitera que a medicina do trabalho não foi capaz de lidar com grandes demandas que emergiam ininterruptamente. Mendes e Dias (1991) defendem que a partir dessas novas demandas emergentes, após a Segunda Guerra Mundial, é que surge a Saúde Ocupacional, onde a mesma descentraliza a medicina individual que predominava, e agora também proporciona a atenção tanto ao ambiente quanto também aos meios utilizados na produção. Certamente, essa conjuntura trouxe a inserção de demais profissionais para atuar diante do novo contexto que se instaurava como os “engenheiros e ergonomistas” (SOUSA, 2013, p. 53). Essa nova medicina, que surgia, significou avanços necessários para descentralizar uma atuação pautada na causalidade, logo

a Saúde Ocupacional avança numa proposta interdisciplinar, com base na Higiene Industrial, relacionando ambiente de trabalho-corpo do trabalhador. Incorpora a teoria da multicausalidade, na qual um conjunto de fatores de risco é considerado na produção da doença, avaliada através da clínica médica e de indicadores ambientais e biológicos de exposição e efeito (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23).

Apesar dessa mudança, os tratamentos ainda se mantinham num discurso de naturalização de algumas doenças que tinham na realidade outro diagnóstico. As consultas eram sempre direcionadas pelo pré-conhecimento de doenças já existentes, ou seja, em ambas, condutas da medicina do trabalho e saúde ocupacional, não eram realizadas investigações do quadro de saúde do trabalhador; isso demonstra que os donos do capital não se preocupavam em oferecer melhorias dentro dos ambientes de trabalho, através de recursos ou investimentos, mas sim criar estratégias de atenção à saúde superficial, para amenizar futuros conflitos dentro do sistema pela classe que sempre foi maioria.

Diante disso, uma nova abordagem surge nesse contexto histórico, em relação a saúde-trabalho, sendo denominada como saúde do trabalhador, que, para Scodro e Fonseca (2021), ela foi uma exigência requisitada pela classe trabalhadora, tratando-se agora de uma repercussão pela consciência dos riscos causados pelo ambiente de trabalho à sua própria saúde; isso demonstra a importância da criação de articulações e movimentos liderados pelos trabalhadores, visto que se arriscavam constantemente sem uma contrapartida do capital de forma monetária. Sendo assim, é possível observar que, conforme o CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2008) -, esse campo tem seu fortalecimento histórico pela década de 70, onde os movimentos sociais estão em vigor, ou seja, retornam de forma potencializada, deliberando uma contra proposta para as grandes indústrias, sendo então configurado como um desdobramento das primeiras bases instauradas sobre a saúde do trabalhador e, de forma mais particular, “no Brasil, a saúde do trabalhador avançou durante o início da década de 1980, acompanhando o cenário político e social vivenciado no período de transição democrática pós ditadura civil-militar (1964-1985)” (SCODRO e FONSECA, 2021, p. 4-5).

Esse cenário é marcado pelas grandes contradições existentes no sistema, logo se exigia, diante disso, como a saúde do trabalhador teria que ser prioridade dentro dos planos de governo, assim como ser responsabilidade das grandes empresas capitalistas oferecer a saúde como um direito. Compreende-se que é uma etapa que desmistifica a culpabilização individual e começa a ser pensada como consequência de atividades de riscos, dentro do seu ambiente de trabalho; por isso Gomes (2011) afirma que a relação do ser humano com o trabalho era uma condicionante, assim como para acidentes, mas também para doenças que precisavam de investigação, fora do diagnóstico pautado na superficialidade. Gomes (2011) ainda enfatiza que houve uma revelação desses trabalhadores como “sujeitos políticos coletivos”, ou seja, como conhecedores de sua realidade e de suas experiências como coletivo.

Esse novo momento no Brasil, segundo Mendes e Dias (1991), foi incentivado por marcos de luta, aproximando-os então cada vez mais das formas legais, ganhando proporções dentro da sociedade diante do novo momento que se instaurava, principalmente pela conscientização da classe trabalhadora em favor de sua saúde. Ou seja, através do desempenho dessa classe, houve o incentivo a uma

medicina de forma preventiva, que pensasse estrategicamente formas de combate a acidentes dentro do ambiente de trabalho, assim como seu lado social pela saúde pública, também pela reforma sanitária, pelo movimento dos trabalhadores em sua versão mais fortalecida, com a atuação sindical, pelas grandes reivindicações e resistências pela criação de comissões que prestassem serviços dentro da própria empresa, ou seja, a criação das CIPA's, programas que atendessem especificamente a saúde do trabalhador e também eventos que trouxessem novas demandas e estratégias para a classe trabalhadora, a partir das Conferências Nacionais de Saúde dos Trabalhadores. Essas primeiras fases, que marcam a pauta sobre a saúde do trabalhador, foram extremamente necessárias para compreendermos a importância de se pensar políticas públicas e efetivação das mesmas, dentro de um país marcado pela desigualdade social, especialmente quando se trata do acesso a uma saúde de qualidade para todos. Sendo assim,

a Saúde do Trabalhador não se define por limites disciplinares, mas por metas e eixos de ação, dentre os quais temos a luta pela saúde, produzida nas transformações dos processos, na eliminação dos riscos e na superação das condições precárias de trabalho. Um outro eixo está na valorização das demandas e dos conhecimentos advindos da experiência, considerando-se a participação dos trabalhadores como fecunda e indispensável (SILVA, 2005, p.1).

Dessa forma, é pertinente enfatizar que essas retomadas de movimentos, liderados pelos trabalhadores, nesse cenário público, fez com que emergissem definições de políticas públicas específicas para esse campo saúde-trabalho, deliberando essas políticas a partir da Constituição Federal de 1988 e consecutivamente pela lei do Sistema Único de Saúde - SUS. De forma que reafirmasse que o trabalhador se caracteriza por definições que vão além da sua capacidade produtiva, realizada através de sua força de trabalho, sendo um paradigma ultrapassado de entendimento na sociedade contemporânea, pois trata-se agora de um trabalhador que necessita de articulações intersetoriais, pois, como afirma Dejourns (2004), trata-se de um momento que vai além da remuneração.

Conforme o CREPOP (2008), esses trabalhadores possuem em si uma (re) produção social, exigindo uma articulação entre saúde, previdência social, educação, trabalho, emprego, meio ambiente, lazer etc., sendo verificado por uma amplitude que são necessidades básicas e diretamente ligadas a um trabalhador

saudável. Logo, é pertinente enfatizar que a saúde do trabalhador, dentro de qualquer ambiente, deve ser pensada de forma prioritária, seja uma grande indústria em grandes capitais ou mesmo em uma cidade pequena como Parintins, pois a mesma tem, em suas dependências, um grande contingente de trabalhadores que se movimentam com mais frequência durante o mês de junho, pois é onde se tem a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para serviços prestados dentro das Associações folclóricas de Garantido e Caprichoso, e que, em sua conjuntura contemporânea, realizam atividades que vão além do “trabalhador apaixonado por sua agremiação”, mas, também por sua sobrevivência, sustento e qualidade de vida. Dessa forma, salienta-se a importância da compreensão das implicações das condições de trabalho dada a esses trabalhadores, especialmente na vida e na saúde de mulheres que estão inseridas nesse ambiente.

Essas inquietações remetem-se a grandes mudanças ocorridas na sociedade capitalista, onde a qualidade da saúde, no ambiente de trabalho, tornou-se cada vez mais uma demanda por parte da classe trabalhadora, onde a crítica ao antigo tratamento, desses trabalhadores, superou uma medicina que atentasse apenas para manter a funcionalidade do capital, e até mesmo a questão do ambiente de trabalho como prioridade e o indivíduo de forma isolada; com isso, houve o fortalecimento de um conjunto de necessidades básicas desse trabalhador a serem atendidas, ocorrendo através de políticas de acesso e organizações direcionadas ao atendimento mais rápido a eles.

Sendo assim, a “Saúde do Trabalhador, portanto, propõe uma nova forma de compreensão das relações entre trabalho e saúde e novas práticas de atenção à saúde dos trabalhadores e de intervenção nos ambientes de trabalho” (CREPOP, 2008, p. 18). Além disso, Scodro e Fonseca (2021) reiteram que através da Portaria n. 1.823, publicada pelo Ministério da Saúde, com a instituição da Política Nacional de Saúde dos (as) trabalhadores (as), foi possível compreender que ela possui a finalidade de definição de princípios, diretrizes e estratégias para o Sistema Único de Saúde no que concerne à saúde do trabalhador, abrangendo a pluralidade de categorias, a despeito de gênero, localização, forma de inserção no mercado e vínculo (SCODRO; FONSECA, 2021, p. 2).

A efetivação e a manutenção do campo da saúde do trabalhador, em qualquer ambiente de trabalho, é essencial, como afirma a Cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS: a saúde do trabalhador é

determinada pela grande qualidade que deve ser oferecida em todos os serviços, para que todos os trabalhadores e trabalhadoras sejam alcançados e direcionados ao acesso de uma moradia digna, alimentação saudável, participação no direito a uma educação de qualidade, lazer, transporte e outros fatores que façam com que esse trabalhador (a) tenha uma vida melhor, causando o afastamento destes de ambientes que causem adoecimento ou até mesmo a morte.

Além disso, a Cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS enfatiza que esse sistema está orientado a realizar seus atendimentos de forma universal, logo, trata-se de um princípio que jamais deve ser excludente, seja para qualquer pessoa que necessitar utilizar os serviços, sempre atuando de forma profissional, com qualidade, compreendendo as particularidades de cada público. Sendo assim, abrange dentro dele a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e o Plano Nacional de Segurança e Saúde (PNSST), onde conta também com a articulação destes com o Ministério do Trabalho, Emprego e da Previdência Social.

É pertinente enfatizar que em 88 a Constituição assegurou, através do seu art. 200, que no SUS houvesse execuções em prol da Saúde do Trabalhador, assim como ser efetivamente um sistema colaborador para a sua proteção. Sendo assim, a saúde do trabalhador é constitucionalmente incluída no âmbito do direito à saúde, sendo então um dever do Estado oferecê-lo por meio do Sistema Único de Saúde.

Essa dimensão pública alcançada pela saúde do trabalhador foi impulsionada por grandes movimentos e conferências, que trouxeram transformações necessárias para serem consolidadas. A I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, conforme Scodro e Fonseca (2021), foi realizada em 1986, contando com a participação de representações políticas, trabalhistas, de Universidades e de demais membros que se fizeram presentes, contando então com 700 pessoas participantes; nesse primeiro momento, dialogando com o direito do trabalhador, através de novas alternativas direcionadas a segurança e melhores condições de trabalho. Após isso, houve as demais CNST sendo a segunda no ano em 1994, onde se debateu e se preocupou pela construção de um modelo direcionado às ações e implementações relacionadas à saúde do trabalhador, para que a efetivação não sofresse danos; a terceira foi em 2005, na qual teve um debate voltado para modificações nas relações de trabalho, sendo que, nesse momento, segundo Scodro e Fonseca (2021), contemplou-se a temática, que se pautou na máxima “Trabalhar, sim! Adoecer, não! colocando em evidência que as consequências causadas pela produção acelerada

deveriam ser combatidas dentro desses ambientes. A quarta CNST foi realizada em dezembro de 2014, tendo um estimado público participante de 1.400 pessoas, tendo como centralidade do debate o tema sobre a “Saúde do trabalhador e da trabalhadora, direito de todos e todas e dever do Estado”, objetivando através desse tema a implementação da PNST.

Essas Conferências tinham propostas que trouxessem contribuições relativas para um melhoramento da saúde do trabalhador, tendo base sempre nas conquistas da Conferência anterior, ou seja, construíram para o país uma política de saúde de acordo com as necessidades desses (as) trabalhadores (as). Segundo Brasil (1994), a cada CNST, o número de participantes aumentava, isso influenciava as dimensões críticas das propostas, pois eram demandas reais da sociedade advindas da classe trabalhadora.

Em vista disso, a Lei Orgânica de Saúde (N.º 8.080, de 19 de setembro de 1990) determina que esses princípios sejam efetivados em qualquer lugar, constituindo que a saúde é um fator condicionante da vida do trabalhador, podendo ser observados a partir dos seus Objetivos e Atribuições, descritos no Art. 6º, inciso I (letra b) que está em abrangência do SUS a “execução de ações a) de vigilância sanitária; b) de vigilância epidemiológica; c) de saúde do trabalhador; e d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica” (BRASIL, 1990). Além disso, em seu § 3º está descrito que

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e

do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais;

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores. (BRASIL, 1990).

Verificou-se que, apesar da lei nº 8.080/90, art.6, §3.º, apresentar como deve ser colocada em prática a “saúde do trabalhador”, muitas empresas, indústrias etc., realizam procedimentos que não são orientados pela lei, isso faz com que continue crescendo casos de inadimplências e descumprimentos de direitos constitucionalmente assegurados. Em vista que o trabalhador necessita estar empregado para a sua sobrevivência, em um mundo de hegemonia capitalista, se submetem então a formas de desrespeito com sua própria vida. A Cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS reitera que o trabalho sempre ocupou um lugar essencial na vida do ser humano, desde o início em sua fase pré-histórica, logo sempre esteve relacionado com a saúde física e mental.

Historicamente o homem utilizava o trabalho em favor de sua existência, mantendo sob o seu controle suas ferramentas e suas produções; a introdução de maquinários e novas tecnologias chegaram para substituir muitas formas de produção. Na chamada sociedade capitalista, a precarização se exacerbou e manipulou através do aparente a maneira organizativa do sistema; dessa forma, Pimenta et al (2018) reitera que

o termo precarização pode variar desde a ausência de direitos de proteção social, nas relações de trabalho decorrentes de instabilidade do vínculo, como estar associado também às condições de trabalho em determinados setores da economia que geram vulnerabilidades aos trabalhadores. O que os diferentes conceitos ou entendimentos guardam em comum é a vulnerabilidade, quer do ponto de vista da garantia do direito à proteção social, quer no sentido da segurança e da estabilidade no trabalho (PIMENTA et al, 2018, p. 759).



As novas roupagens, impostas pelo neoliberalismo, asseguram estrategicamente que o trabalhador tenha suas produções barateadas, com “[...] contratos de trabalhos não regulamentados, com redução dos direitos e garantias sociais [...], redução dos salários e baixos investimentos nas condições laborais (PIMENTA ET AL, 2018, p. 759).

Nesse sentido, as múltiplas formas de expressão das questões sociais proporcionaram que essa pesquisa se debruçasse sobre a textura do Festival de Parintins, a ACBBC, olhando para as relações de trabalho e saúde no Boi Caprichoso, indo além de sua espetacularização e performance realizada na arena do bumbódromo, reconhecendo, então, especialmente, as condições de trabalho delineadas nesse território, onde as mulheres trabalhadoras atuam fortemente, pois as grandes transformações chegaram não só para as grandes capitais, mas também para os denominados “interiores” e as pequenas cidades amazônicas.

Com isso, compreende-se que o capitalismo deixou grandes marcas que se alargaram para a contemporaneidade, na vida da classe trabalhadora, pois o contexto afirma que vidas foram perdidas em formas de acidentes fatais, diagnósticos superficiais e falta de investimentos em seu bem-estar, dentro de seu ambiente de trabalho. Essa trajetória incentivou fortemente o adoecimento de profissionais na conjuntura contemporânea; mesmo que grandes conquistas tenham sido alcançadas, a modernidade é marcada também pelo retrocesso, advindas das estratégias neoliberais. Mendes et al (2015) afirma que o campo saúde do trabalhador se apresenta com muitas falhas dentro dos interesses capitalistas, pois há contradições que são essenciais para o seu funcionamento, deixando esse trabalhador sem alternativas para manter-se vivo.

O século XXI tem levantado um quantitativo muito alto de adoecimento psíquico e transtornos adquiridos dentro do ambiente de trabalho, exigindo uma atenção especializada e direcionada às novas demandas emergentes da geração tecnológica. Conforme Mendes et al (2015), a proteção social é fundamental diante desse cenário, pois ela garante o acesso desses trabalhadores aos seus direitos, e que historicamente tornaram-se mecanismos de defesa de sua vida social e material, em função dessa relação entre saúde e trabalho.

Podemos observar que grandes desmontes tem alcançado a classe trabalhadora, pois são entendidas como “gastos” e não como formas de políticas públicas necessárias dentro de capitais e interiores; sendo assim, de acordo com

Silva (2018. p. 12), esses direitos “[...] são duramente ameaçados [...]”; logo, “é fundamental a defesa intransigente de suas prerrogativas e a resistência frente aos impactos provados pela precarização social do trabalho”.

### **2.3 Saúde do Trabalhador: contextura e reveses**

A saúde do trabalhador perpassou por transformações históricas como mencionadas acima, fazendo então com que esse campo se tornasse um dos debates mais importantes da sociedade, devido a relação entre trabalho-saúde. Sendo assim, através da Portaria n. 1.823, foi possível constituir uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), de maneira que assegurasse a essa classe o direito do acesso a uma saúde de qualidade. Embora essa política tenha expressado tamanha conquista, é pertinente salientar que se trata ainda de uma construção em andamento, visto que o capital não estagnou e está em constante transformação, modificando as suas formas de trabalho, fazendo então com que a classe trabalhadora seja impactada não somente pela sua perversidade financeira, mas também pelos influxos em sua saúde.

A construção da política direcionada especificadamente à saúde do trabalhador foi um mecanismo de defesa a essa classe, que, conforme Vasconcelos e Aguiar (2017), teve como essência a orientação e articulação de movimentos que já estavam sendo realizados para viabilizar esse direito, tornando-se então uma forma de assegurar essas proposições que estavam sendo reforçadas pelas elaborações e iniciativas de pesquisas científicas. Até ser consolidada, a PNSTT e o próprio campo saúde do trabalhador foi possível observar historicamente que houve uma preocupação em articular propostas em favor dessa classe, que vende sua força de trabalho, visto que muitas demandas ganharam proporções na área da saúde, por não haver uma regulamentação constitucional desse direito. Compreende-se que o caminhar, para essa efetivação, foi influenciado pela forma que a sociedade passava a compreender as dimensões que a saúde poderia alcançar, ou seja, criava-se um debate mais amplo, muito além de fatores isolados, sendo um campo complexo, abrangendo demandas expressivas dos trabalhadores e trabalhadoras, relacionados ao trabalho-saúde-doença. Pichek-Santos et al (2019) salienta que

no Brasil, a ST resulta de um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com bases nos movimentos da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência operária italiana. Com os avanços da Medicina Preventiva e Social e da Saúde Pública, durante as décadas de 1960 e 1970, ampliou-se o quadro interpretativo do processo saúde-doença, dando ênfase em relação ao trabalho. (PICHEK-SANTOS et al, 2019, p. 02).

O salto alcançado na década de 60 e 70 proporcionaram uma discussão que enfatizasse a relação entre trabalho e saúde na sociedade, pois a manipulação do trabalho, como uma condicionante de saúde-doença, emerge nessa década com a potencialidade dos escritos de Marx, em “O capital”, por exemplo (MARX, 1978), sendo que anteriormente era tratada isoladamente e com caráter culpabilizador do indivíduo, para justamente garantir o funcionamento da mão de obra para o capital.

Conforme Rafagnin e Rafagnin (2020), a realidade brasileira teve marcos essenciais que trouxeram a viabilização e a ampliação de ações voltadas ao atendimento de qualidade, para esse trabalhador e trabalhadora, no campo da saúde, onde as articulações pelos movimentos sociais, conferências, debates e produções científicas impulsionaram a sua forma constitucional nos dias atuais. Assim,

[...] o movimento da Saúde do Trabalhador, no Brasil, toma forma no final dos anos 70, tendo como eixos: a defesa do direito ao trabalho digno e saudável; a participação dos trabalhadores nas decisões sobre a organização e gestão dos processos produtivos e a busca da garantia de atenção integral à saúde. A VIII Conferência Nacional de Saúde, em março de 1986, contribuiu para reafirmar à sociedade brasileira a saúde como direito de cidadania e dever do Estado provê-la. Em dezembro do mesmo ano, foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador que marcou politicamente o movimento da instituição desse campo (DIAS, HOEFEL, 2005, p. 819).

Pichek-Santos et al (2019) reiteram que quando houve o fortalecimento desses movimentos, o mundo do trabalho passa a não ser apenas visto como um cenário de produção de materiais, mas também como um dos principais produtores de doença na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Sendo assim, a emergência desses influxos foram alvo da Reforma Sanitária, que foi um marco na conquista do direito a uma saúde de qualidade no seu sentido público e gratuito, fomentando também as necessidades específicas da classe trabalhadora, pelas condições em seu ambiente de trabalho. Tais pressupostos anteriores foram de grande relevância

para a saúde pública, pois a intenção era ir contra o projeto privatizador que ganhava novas proporções pelas articulações do grande capital.

Esse cenário aponta ainda, conforme Rafagnin e Rafagnin (2020), que, desde 1991, o Ministério da Saúde movimentava-se para propor articulações que trouxessem não só os resultados mas também a possibilidade do alcance de toda a classe trabalhadora, pois, como diz Lourenço e Lacaz (2013), cada espaço de produção possui determinadas condições de trabalho que podem ou não ser agravantes que atingem a saúde; sendo assim, as estratégias tinham como objetivo maior o avanço emancipador nesse campo, mas também estavam sobre a possibilidade de não sobrepor as transformações do mundo do trabalho impostas pelo sistema capitalista. O campo da saúde foi se desenvolvendo entre propostas emancipadoras e um projeto antagonista que almejava a regressão de direitos. Sendo que

[...] desde o início, a compartimentalização das estruturas vem dificultando a implementação de uma atenção integral e integrada aos trabalhadores. Ao longo desses 15 anos, a Saúde do Trabalhador tem sido colocada ora no âmbito da estrutura da Vigilância, ora na Assistência ou em outras instâncias administrativas do SUS, dependendo do formato institucional vigente (DIAS e HOEFEL, 2005, p. 819).

Percebe-se que o processo foi e continua sendo historicamente desafiante, onde a falta de segurança em relação a essa política, nas estruturas do sistema vigente, é explícita, pondo-a de forma migratória, sem responsabilização institucional efetiva. Ainda assim, as organizações populares, mobilizações em defesa da saúde do trabalhador, impulsionaram propostas que precederam a PNSTT de 2012, onde fizeram com que houvesse a inserção de procedimentos no Sistema Único de Saúde relacionados a saúde do trabalhador. Dessa forma, evidencia-se que as políticas de saúde orientaram a criação da PNSTT, desde a medicina do trabalho até a sua forma regulamentada pela Constituição Federal de 88, “com artigos que se referem especificamente à Saúde do Trabalhador, e, também em 1990, pelo Congresso Nacional, que decretou a Lei Nº 8.080 [...]” (PICHEK-SANTOS et al, 2019, p. 05). Do mesmo modo,

essas leis serviram como incentivo para a formulação de políticas em Saúde do Trabalhador pelo MS, que objetivam garantir condições e ambientes de trabalho propícios para desenvolver atividades que viabilizem melhoria da

qualidade de vida, assim como a realização pessoal e social dos trabalhadores, sem prejuízos à saúde e com integridade física e mental. (PICHEK-SANTOS et al, 2019, p. 05-06).

A partir desse panorama, ainda em 1991, evidencia-se que foi realizado a proposta inaugural de um Plano de saúde específico ao trabalhador, apresentado então pelo Ministério da Saúde (MS, 1991), onde foram criadas organizações que viabilizassem melhoras no financiamento, ou seja, no repasse de verbas que seriam destinados a capacitação de profissionais e até mesmo para o acesso da sociedade, visto que eram escassos os recursos designados a essa política; sendo assim, a estratégia foi possível através dos Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CRST). Posterior a isso, conforme Dias e Hoefel (2005), foi realizada a II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, onde a mesma foi fundamental no sentido mais específico, profissional e político, pois estavam diante de uma perspectiva desafiadora, tanto pelo lugar de atuação do Ministério do Trabalho quanto da própria saúde.

Pode-se dizer que a década de 90 foi fomentação de novas formulações para a saúde, sendo que houve uma possibilidade de capacitar os profissionais através da área técnica de Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde (COSAT), além de amplia-las nas ações de vigilância e até mesmo da Atenção Básica; foi também uma conjuntura de elaboração das normas regulamentadoras, protocolos específicos, e diretrizes a serem seguidas como, por exemplo, a Norma Operacional de Saúde do Trabalhador (NOST); houve também em 2001 a construção de uma lista de doenças relativas ao processo de trabalho, assim como um Manual de procedimentos que tinha o intuito de guiar as práticas particulares da Saúde do Trabalhador. O RIPS - Rede Interagencial de Informações para a Saúde foi também um desenvolvimento essencial para atender os indicadores de saúde e, posteriormente, a isso houve a elaboração de uma proposta específica de Política Nacional de Saúde do Trabalhador, colocando-a então em observação e consulta no ano de 2001 (DIAS; HOEFEL, 2005).

Os referidos marcos históricos promoveram qualificação e melhores propostas para a saúde do trabalhador, sendo que em consequência disso,

no final do ano de 2002, uma oportunidade política, surgida no âmbito da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, permitiu a criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

(RENAST), pela portaria 1.679 de 19 de setembro de 2002. Apesar das críticas e dos desencontros institucionais observados no processo de elaboração desse instrumento, em particular à ênfase nas ações assistenciais, a portaria foi apoiada pelos profissionais e técnicos dos CRST e setores do movimento dos trabalhadores, que reconheceram na iniciativa uma oportunidade de institucionalização e fortalecimento da Saúde do Trabalhador, no SUS. Pela primeira vez, seria possível contar com um financiamento extrateto das ações, vinculado à operacionalização de um Plano de Trabalho de Saúde do Trabalhador, em nível estadual e municipal. (DIAS, HOEFEL, 2005, p. 821).

Elaborou-se em 2004, de acordo com Pichek-Santos et al (2019), a PNST - Política Nacional de Saúde do Trabalhador, objetivada a promover e proteger a saúde dos trabalhadores, sendo então realizada por intermédio de procedimentos avançados, vigilância e também através da Assistência. Pode-se dizer que foi uma elaboração assertiva, pois tinha uma proporção ligada a assuntos específicos do campo saúde do trabalhador; além disso, conforme Minayo-Gomez et al (2018), a RENAST, em sua forma institucional, através da portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009, tinha o dever de compor a rede de serviços de ofertas pelo SUS, através dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest). Rafagnin e Rafagnin (2020) reiteram que foi necessário fomentar a realização de uma articulação mais regulamentar, visando o fortalecimento da classe de profissionais que estavam compromissados, além da possibilidade de alcançar melhores oportunidades para a saúde e trabalho na sociedade.

Estes precedentes contribuíram para o surgimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), em concordância com a Política de Saúde do Trabalhador e a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída por meio do Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, que teve como objetivos e princípios:

- I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;
- II - A PNSST tem por princípios: a) universalidade; b) prevenção; c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; d) diálogo social; e) integralidade;
- III - Para o alcance de seu objetivo a PNSST deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores (BRASIL, 2011).

Essa institucionalização proporcionou melhores condições aos trabalhadores, mas houve desafios dentro da sociedade, visto que o sistema vigente é o capitalismo, que busca incansavelmente desestimular essa classe a buscar por esses direitos, onde o afastamento, desses trabalhadores, do conhecimento dessas Políticas proporciona o avanço e sua ascensão. É um cenário antagônico, onde a efetivação e promoção desses serviços se tornaram escassos pela precarização do trabalho, fazendo com que esses trabalhadores apenas sobrevivam sem direitos essenciais a uma vida de qualidade.

A PNSTT de 2012, homologada pela Portaria Nº 1.823, é, conforme Gómes (2013), uma política que se integrou ao SUS e suas ações, ou seja, trata-se de uma transversalidade relacionada à saúde e trabalho que são vistas como fatores determinantes para o entendimento de saúde e doença. É pertinente salientar que, em seu Art. 2º, se apresenta que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (BRASIL, 2012). Sua construção está organizada em VI capítulos, onde o capítulo I trata dos princípios e das diretrizes, o capítulo II dos objetivos, o capítulo III das estratégias, capítulo IV das responsabilidades, o capítulo V da avaliação e do monitoramento e o capítulo VI do financiamento.

Sendo assim, evidencia-se a constituição de estratégias relacionadas na saúde do trabalhador e trabalhadora, mas que devemos compreender, conforme Souza et al (2013), os desafios que estiveram e ainda estão impregnados no meio ideológico, cultural e político, pois Costa et al (2013) enfatizam que é desafiante efetivar e consolidar aos usuários, dessa política, esses direitos constitucionalmente assegurados, visto que o Estado tem um posicionamento limitado, onde seu interesse maior é engendrar as forças produtivas, preocupando-se então em regulamentar as estratégias entre capital-trabalho, deixando evidências de pouco interesse para a efetividade de ações relacionadas à Saúde do Trabalhador.

Nesses vieses, é pertinente questionar: “até que ponto o Estado pode atuar para efetividade dessa política, para a garantia do direito fundamental à saúde do

trabalhador?” (Rafagnin; Rafagnin, 2020, p. 06), tendo em vista que se tem presenciado um sistema excludente e seletivo, que desrespeita muitas ações que estão asseguradas, principalmente tratando-se da inserção dessa política no SUS, que tem um caráter universal. Tosi (2005) faz uma crítica complementar, que é evidente, na qual o direito do trabalhador é violado, pois estão adiante de um sistema que fomenta uma disputa de classes, podendo ser evidenciado pelas relações de exclusivo/incluso, dominante/dominado e liberais/explorados.

Pichek-Santos et al (2019) enfatizam que a política é fundamental para evitar a desproteção dos trabalhadores, visto que o ambiente de trabalho e suas condições implicam, na maioria dos casos, em acidentes e doenças; logo, trata-se de um amparo legal a toda essa classe, sendo que a saúde do trabalhador é fundamental dentro da sociedade, e seus espaços ocupacionais devem ser ambientes adequados, promovendo um desenvolvimento saudável, sem riscos eminentes ao seu corpo físico, emocional e mental. Essas condições estão estabelecidas no Art. 3º da PNSTT onde

todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política. (BRASIL, 2012).

Observa-se que, apesar de estar assegurado que todos (as) da classe trabalhadora devem ter acesso a essa política, muitos casos têm evidenciado negligências na hora de viabilizar esses direitos, onde os trabalhadores e trabalhadoras têm dificuldades no seu próprio reconhecimento, além de passar por vários procedimentos que dificultam e até mesmo fazem com que estes desistam do atendimento. Além disso, muitos procedimentos são desenvolvidos por uma lógica de manuseamento do passado, com base clientelista. Assim, Mendes et al (2015) enfatizam que os atendimentos reforçam o não entendimento de que fatores sociais também interferem na qualidade de vida do trabalhador, visto que causam um atendimento fragmentado, desconsiderando o caráter emancipador estabelecido na política; acaba ocorrendo um atendimento fragmentado, ou seja, que seleciona perfis que se encaixem nas ações verticais promovidas em muitos lugares do país.



Vieira (2014) propõe que é comum que esses perfis sejam de homens que desenvolvem o trabalho pesado, como se apenas esses serviços se encaixassem na política de atendimento, onde as mulheres pouco são atendidas e direcionadas ao acesso humanizado. É evidente que ainda é uma sociedade com traços patriarcais, que se entrelaçam em todas as esferas da sociedade, apesar de que muitos avanços tenham ocorrido. Rafagnin e Rafagnin (2020) reitera que a predominância desses elementos generalistas têm sido alvo de atenção na área da Saúde do trabalhador, visto que devem ser superados em todos os sentidos, pois os índices de mortes, adoecimentos e outras questões de saúde, no trabalho, tem sido menos discutida do que esses fatores, sendo principalmente expostos através da exclusão visível do trabalho feminino, imigrantes, negros, trabalhadores informais, etc.

Sendo assim, compreende-se que muitos aspectos influenciaram grandemente na qualidade de vida do trabalhador, onde a Constituição Federal e o SUS foram ferramentas essenciais para a criação específica da PNSTT, promovendo uma proposta emancipadora dessa classe; embora essas ações tenham sido criadas, ainda existe um árduo caminho pela frente, desafiante, e até mesmo desconhecido, visto que as articulações capitalistas se desenvolvem rapidamente, causando retrocessos muitas vezes irreparáveis para a classe trabalhadora (PICHEK-SANTOS et al, 2019).

Dessa forma, esse capítulo demonstra uma trajetória que é permeada sobre avanços e retrocessos, devido a mesma está sobre uma lógica lucrativa e perversa do capitalismo. Assim, de acordo Rafagnin e Rafagnin (2020), a exploração do trabalhador é essencial para o funcionamento das empresas, e quando se demanda a viabilização de acesso a direitos, relacionados a sua saúde, são excluídos de suas funções, ou seja, além da precarização do ambiente, também são descartados caso sejam acometidos por alguma doença, e logo substituídos pelo grande exército industrial de reservas existente nessa construção histórica.

### **CAPITULO III**

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS TRABALHADORAS NO (DO) GALPÃO DE ALEGORIAS DO BOI CAPRICHOSO**

O caminho percorrido, nos capítulos anteriores, foram bases essenciais para caracterizarmos as condições de trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras do galpão central de alegorias, na cidade Parintins, as quais foram analisadas no presente capítulo. Assim, partimos da construção histórica da categoria trabalho até chegarmos na base fundamental para as novas formas de trabalho emergentes, na sociedade contemporânea, especificamente sob a lógica do capitalismo global.

Considerando o objetivo geral da presente pesquisa, pretendeu-se, então, analisar a relação entre as condições de trabalho e a saúde das (os) trabalhadoras (es) no (do) galpão central de alegorias da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso (ACBBC), abordando-o como um território de trabalho, construído pelos processos sociais e humanos que lhes deram feitura.

### **3.1 Trabalho e saúde no Capitalismo Contemporâneo: desafios e perspectivas**

As transformações vivenciadas pela classe trabalhadora, especificamente no que diz respeito às condições de trabalho e saúde das (os) trabalhadoras (es), experimentadas no sistema capitalista vigente, descritas anteriormente, culminaram propositalmente em “novos” modelos de trabalho na sociedade contemporânea, onde suas estratégias atingiram todas as formas de vida em sociedade, as políticas essenciais na vida da classe trabalhadora, e os visíveis desmontes na saúde pública, em particular no Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, de que forma as (os) trabalhadoras (es) estão inseridas (os) em um modelo precário e informal de trabalho, que historicamente se estabeleceu na sociedade, além de não terem, assim, um suporte necessário de saúde básica? Este questionamento é um reflexo da realidade globalizada, instaurada e infiltrada nas particularidades regionais, notabilizando o desafiador cenário que se está posto nos dias atuais.

É necessário frisar que o trabalho em sua essência é uma atividade indispensável na vida do ser humano, pois através dele se realiza as formas de sobrevivência humana. Em função disso, o sistema de reprodução e ampliação do capital se tornou grande potência de dominação na sociedade, ou seja, os seus

detentores tomaram para si o controle dessas relações, produções e da vida social, como uma forma de construir constantemente sua ascensão. De acordo com Tavares (2015), até os anos 80, o entendimento de uma atividade informal era muito distante do que se tem nos dias atuais, sendo que até meados daquela década as pessoas que desenvolviam o trabalho, de forma independente, por suas próprias articulações, não tinham um viés acumulativo; era baseada apenas na sua sobrevivência, diferentemente do grande capital que usou a estratégia da informalidade para o viés acumulativo.

Tal articulação, de retirada de uma forma de sobrevivência de produtores para a informalidade de forma precária, foi, conforme Silva e Cavaignac (2018), um meio do capitalismo contemporâneo reorganizar suas formas de acumulação, conhecido como reestruturação produtiva, o que, na verdade, resultou em um grande retrocesso para a classe trabalhadora, pois,

as contradições do sistema capitalista, todavia, não cessam; pelo contrário, aprofundam-se cada vez mais com a crescente substituição de trabalho vivo por trabalho morto em busca de mais-valia, gerando, ao mesmo tempo, superprodução, desemprego e precarização do trabalho (SILVA; CAVAIGNAC, 2018, p. 02).

As transformações supramencionadas podem ser compreendidas sinteticamente pelas crises cíclicas do grande capital, que sucedeu, conforme Silva e Cavaignac (2018), no esgotamento de modelos que estavam em vigência como, por exemplo, o fordismo e o keynesianismo, sendo que este segundo articulava as políticas sociais da classe trabalhadora, apresentando objetivos contraditórios aos interesses reais desses trabalhadores, pois ao mesmo tempo que incentivavam a sociedade a ter determinada renda, redobravam a intenção de levar os trabalhadores ao consumo de mercadorias para além de suas necessidades; é perceptível que historicamente o trabalhador sofreu alterações acentuadas na execução do seu trabalho, demonstradas na passagem do processo manual para o maquinário; sendo assim, tornou-se uma produção mais repetitiva com novas ferramentas, que aceleravam as produções e intensificavam as formas de manuseá-las.

O cenário de mudanças, conforme Santos (2021), foram propositais ao que se presencia na categoria trabalho na contemporaneidade, onde a grande indústria

substitui um modelo pelo outro, perpetuando impactos drásticos para a classe trabalhadora, importando-se apenas em executar seus modelos acumulativos, sendo então que este tem como finalidade essencial “[...] baratear o valor das mercadorias, encurtar parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para sua subsistência, via extração de mais-valia relativa, aumentando a produtividade e a produção de mercadorias” (SANTOS, 2021, p. 21). Sobre as referidas transformações, que constituem as principais estratégias capitalistas, Antunes (2011) denomina de “modalidades de trabalho”, ou seja, são configurações distintas, porém tem como finalidade “expandir”, com condições precarizadas e visibilizadas, através do novo modelo de informalidade, que se modernizou através dos velhos mecanismos utilizados no decorrer histórico. O moderno modelo, criado pelo sistema capitalista, trata-se de uma proposta geradora de valor, que evidentemente retiram suas obrigações com a sociedade através da implantação da informalidade, e fixando-as como um padrão ilusório de ascensão da classe trabalhadora.

Cacciamali (2000) reitera que esse processo reordenou todas as modalidades de trabalho, pois trata-se de uma forma globalizada de organizar as indústrias e todos os meios empregatícios, onde o sistema observou muitos benefícios para si próprio com esse novo panorama, onde tinham elementos essenciais em seu domínio, como por exemplo “[...] a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que desmontam a legislação trabalhistas e o crescimento das ocupações informais” (SILVA; CAVIGNAC, 2018, p. 02).

É pertinente que esses aspectos iniciais sejam compreendidos em virtude de terem designado o lugar do trabalhador na contemporaneidade, afinal a contradição capitalista é muito bem articulada, tentando manter o controle de todas as reações possíveis aos seus projetos de sociedade. Nesse contexto, Tavares (2002) complementa que, hoje em dia, a classe trabalhadora foi manipulada no sentido de passaram a pensar sua vida econômica longe do emprego informal, isso porque mistificaram o desmonte nas políticas sociais, principalmente da proteção social, como algo “bom”, fazendo com que esse discurso se tornasse aceito; logo, o contingente de trabalhadores migraria com mais intensidade para a informalidade sem causar dilemas conflituosos entre os detentores do capital e aqueles que vendem sua força de trabalho. Sendo assim, “trabalhar por conta própria” e a “autonomia” foram discursos levantados e defendidos pelo sistema capitalista,

perpetuando então através dessa proposta de informalidade o aumento de seu movimento, ganhando força em todas as esferas.

Na mesma direção, demonstra-se as formas encontradas na sociedade contemporânea da visível substituição do trabalho formal e assalariamento, podendo ser observada através da

[...]configuração de salário por peça ou por produção, em outros, bolsistas, estagiários, aprendizes etc. Estão a executar o trabalho que antes era executado por assalariados formais. Mas, em todas essas formas o mercado é o senhor absoluto do tempo dos trabalhadores, assim como da sua remuneração e dos seus planos de vida. Trabalhos manuais e intelectuais quando não são executados mediante relações informais, guardam a marca da precarização, sem por isso serem representativos de um “setor” atrasado. Ao contrário, mantêm viva a dinâmica da acumulação, demonstrando que não foi suprimido o trabalho coletivo, pelo qual se evidencia a coordenação, como método capitalista. Convém observar que graças à coordenação capitalista, diferentes jornadas de trabalho, realizadas na esfera da mais-valia absoluta e executadas em diferentes lugares, são combinadas às que são realizadas na esfera da mais-valia relativa, o que põe em dúvida a autonomia dos trabalhadores[...] (TAVARES, 2015, p. 46).

De certo, confirma-se que é um discurso fetichizado, onde propõe formas de autonomia ao trabalhador, mas em contradição continuam sendo manuseados pelos interesses do ardiloso capitalismo. É a classe que vivencia constantes impactos em sua sobrevivência. Tavares (2002) explica que essa estrutura atinge a organização desses trabalhadores, visto que a terceirização desarticula propositalmente os movimentos por melhores condições, deixando-os fragilizados economicamente, influencia em seu desempenho dentro desses espaços, tornando-se um contingente de trabalhadores com altas cargas de trabalho, cansaço e com falta de qualidade mínima de saúde para um bom funcionamento. Essa realidade permanece, pois é uma condição do capital para sua manutenção, onde utilizam os trabalhadores para manusear os seus meios de produção, sendo confirmado então que

[...]o capital não pode valorizar-se, isto é, gerar mais valor, sem realizar alguma forma de interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, ele busca incessantemente o aumento da produtividade, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor, por meio da ampliação do *trabalho morto* corporificado no maquinário tecno-científico-informacional (ANTUNES, 2011, p. 408).

É importante mencionar, de acordo com Tavares (2002), que o trabalhador além de sofrer exploração dentro desses vínculos empregatícios, pelos detentores do capital, com seus direitos violados, o Estado também está em concordância e comprometido fortemente com o funcionamento econômico, ou seja, as políticas de acesso a uma vida de qualidade, de forma geral, são sucateadas, e em muitas localidades até extintas, e quando ainda permanecem sofrem uma forma de “deslocamento”, ou seja, são transferidas para as organizações não governamentais (ONGs), onde os investimentos são mínimos e são, na maioria das vezes, em formas filantrópicas e voluntárias de atendimento. Sendo assim, o trabalhador está inserido em uma lógica de desproteção social.

Esta dinamicidade está posta em todos as dimensões da sociedade, onde as particularidades regionais, em suas mais diversas manifestações e ofertas de emprego, estão sob a lógica da precarização e da informalidade. Esta realidade pode ser observada dentro do contexto da cidade de Parintins, que se vislumbra através da manifestação folclórica do boi-bumbá, a qual ganhou proporções nacional e internacional, tendo como base, para a realização desse cenário espetacularizado, a apropriação e uso das mãos de trabalhadores e trabalhadoras que são contratados de maneira temporária para realização desse espetáculo.

Tudo isso evidencia traços dessa modalidade capitalista de conduzir o trabalho, ou seja, esses trabalhadores e trabalhadoras transformam as idealizações postas no projeto de arena<sup>4</sup>, criado pelo Conselho de Artes do Boi Caprichoso<sup>5</sup>, em elementos indispensáveis para a realização do festival folclórico, pois através dessa concreticidade do espetáculo é que o mesmo se torna uma mercadoria, e o capital, a partir disso, realiza sua rotatividade e circulação no município. Mas o que temos identificado é que ocorre a predominância de condições mínimas de trabalho, onde as (os) trabalhadoras (es) ficam à mercê de muitas fragilidades estruturais dentro do seu ambiente de trabalho. Além de questões econômicas, existem problemas de saúde relacionados às condições de trabalho, tendo em vista que as (os) trabalhadoras (es) estão inseridas (os) em um ambiente vulnerável e propício que, conseqüentemente, causam determinados influxos em sua qualidade de vida e bem-estar.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada no boi Caprichoso para denominar a proposta a ser apresentada nas três noites de festival, construído conforme o regulamento estabelecido para as apresentações.

<sup>5</sup> O Boi Caprichoso enquanto associação tem uma equipe chamada Conselho de Arte que é uma de suas instalações contemporâneas para elaborar a proposta a ser apresentada na arena do bumbódromo como o tema, toadas, alegorias e dinâmica das três noites de espetáculo. (BENTES, 2018).

A estrutura do grande capital foi pensada para alcançar todos os âmbitos que ofereçam emprego, independente do modelo de organização ou localidade. De certo modo, existem traços evidentes nesses espaços que denotam a influência do modelo neoliberal, seja em contratação ou assalariamento, onde se propõe aos trabalhadores um discurso ilusório de modernização e autonomia. Na verdade, observa-se a exclusão desses trabalhadores e trabalhadoras de serviços públicos que deveriam ser viabilizados através do seu ambiente de trabalho. Dessa forma, evidencia-se que o grande objetivo da transformação do trabalho formal para o informal é essa, pois

na medida em que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho contribuem para a disponibilidade crescente da força de trabalho à procura de emprego e para fragilizar as negociações coletivas, o trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido tende a ser uma categoria do passado (TAVARES, 2002, p. 51).

A acentuação dessa modalidade fortalece as forças produtivas, pois o trabalhador se vê sem alternativas de manter-se vivo na sociedade, afinal o trabalho é a principal maneira de obter bens necessários à sua existência. Jordão e Stamp (2015) enfatizam que a informalidade é uma demonstração das ardilosas intenções capitalistas, visto que é sobre esse viés que se apresentam outras ramificações e “possibilidades” aos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, tende a ampliar constantemente suas possibilidades de trabalho, acentuando cada vez mais contratações temporárias, que não possuem estabilidade, assim como o não registro em carteira, seja dentro do seu ambiente de trabalho ou de outras maneiras, que se baseiam em atividades formais ou informais, além de estimular altos índices de desemprego. Ou seja, são modalidades existentes dentro da informalidade, e que são praticadas na sociedade brasileira.

Antunes (2011) denomina estes como “*modos de ser*” da informalidade, podendo ser observada através de três modalidades. A primeira está descrita como “**trabalhadores informais tradicionais**”, significando que realizam atividades baseadas em uma renda para a sua sobrevivência individual e familiar, sem intenções acumulativas em si; dentro dessa característica há também os informais “menos instáveis” que são aqueles que não possuem tanto conhecimento profissional, e os mais “instáveis” que são aqueles chamados para trabalhar por

produção temporária, pois exige na maioria das vezes a força física na realização desses serviços.

Em continuação a essa primeira modalidade, o autor enfatiza também a presença de trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, sendo uma parcela que está desempregada, mas que se insere em serviços temporários informais de sua aproximação e que pretendem alcançar um assalariamento mais formal. A segunda modalidade é remetente aos **“trabalhadores informais assalariados sem registro”**, onde realizam serviços sem ter carteira assinada, excluindo-os de direitos trabalhistas constitucionalmente assegurados para a sua categoria. E a última modalidade é descrita através dos **“trabalhadores informais por conta própria”** que realizam atividades com produtos simples, podendo ser através da sua mão de obra ou de seus familiares, podendo até realizar a subcontratação de força de trabalho para os serviços (ANTUNES, 2011).

Podemos observar que esses *“modos de ser”* da informalidade, descritos por Antunes (2011), expressas por modalidades, estão presentes na morfologia de trabalho da ACBBC, podendo ser analisada através dos níveis de contratações, onde possuem um contrato de 6 ou 3 meses para uma parcela de artistas, mas também tem as “subcontratações” onde a maioria das mulheres estão inseridas, para a realização de serviços temporários, além de outras atividades que exigem força física e recorrem aqueles que não possuem qualificação profissional e podem aceitar determinados valores, principalmente nas três noites de festival onde temos a figura dos Paikicés<sup>6</sup>, que tem a função de locomover alegorias e montá-las dentro e fora da arena do bumbódromo. Existem também aqueles que utilizam essas atividades como uma forma extra de ganho, e em contradição existem aqueles que vivem anualmente na prática de “bicos” pela falta de emprego.

A informalidade não é uma forma isolada dentro da sociedade capitalista, ela acompanha as transformações e evoluções dos anseios da classe trabalhadora; ela também está interligada com a precariedade do trabalho, podendo então se dizer que

---

<sup>6</sup> Os Paikicés são os quase 200 trabalhadores que realizam o traslado das alegorias do galpão central de alegorias para a concentração do bumbódromo, essa denominação advém dos indígenas Mundurucus significando “cortadores de cabeça”  
<https://www.acritica.com/parintins/caprichoso-200-paikices-transportam-alegorias-para-area-de-concentrac-o-do-bumbodromo-1.273490>



o termo precariedade tem sido utilizado para designar perdas nos direitos trabalhistas ocorridas no contexto das transformações do “mundo do trabalho” e de retorno aos ideais liberais de defesa do Estado mínimo. Em termos gerais, refere-se a um conjunto amplo e variado de mudanças em relação ao “mundo do trabalho”, condições de trabalho, qualificação dos trabalhadores e direitos trabalhistas. Refere-se, portanto, à redução de salário e proteção social, ou seja, à piora nas condições gerais de trabalho e desmobilização, o que, conseqüentemente, aumenta o risco de acidentes de trabalho e de problemas de saúde, de forma geral (JORDÃO E STAMP, 2015, p. 03).

Logo, essa realidade trata-se de um retrocesso nos direitos sociais da classe trabalhadora, que agora é influenciada a abrir mão de determinados dispositivos legais para o seu bem-estar, através do seu ambiente de trabalho; essa dimensão da precariedade está presente em múltiplas questões na sociedade, atingindo dentro e fora das esferas do trabalho, “[...] ocasionando perdas quanto aos direitos, à saúde, e à própria vida” (JORDÃO E STAMP, 2015, p. 04). Ou seja, perpassa do viés econômico para a vida social desse trabalhador, que vivencia a precariedade do direito de acesso a políticas, tendo um processo muito dificultoso no alcance dessas articulações. Ou seja, se o ambiente de trabalho é informal, sem bases que fortalecem o acesso desse trabalhador em políticas básicas, como a de saúde, como podemos dimensionar os desafios na execução e no alcance de todos esses serviços que são de direito? De certo, é uma dimensão complexa, de contínuas transformações.

Menciona-se também como fator importante que a não procura por esses serviços, pelas dificuldades impostas pelo sistema, acaba por ser uma estratégia poderosa no desmonte dessas políticas, retirando da classe trabalhadora, aos poucos, esses direitos. Evidencia-se que quando essas políticas são ofertadas, são propostas de forma fragmentada, onde

“[...] na nossa realidade nacional brasileira, é possível constatar a precariedade das instituições que prestam serviços de saúde e de educação, e que grande parte da população não tem alternativa que não a de utilizá-las” (JORDÃO; STAMP, 2015, p. 05).

Sendo assim, Santos (2021) reitera que os trabalhadores não são os beneficiados nesse cenário de flexibilização do trabalho, que vem sob uma lógica informal e precária, onde os mesmos não conseguem nem ao menos usufruir de conquistas coletivas históricas, e além disso, a longo prazo, a exploração tende a se acentuar, através desses novos modelos. Em consequência disso, Franco et al

(2010) enfatiza que o resultado dessas transformações é o adoecimento precoce e, a longo prazo, atinge grande parcela dos trabalhadores, visto que vivem sob uma lógica desumana que movimenta o sistema, onde esse cenário impõe uma situação de saúde pública que não se trata apenas de uma pessoa de forma isolada, mas sim de uma questão coletiva, que cresce em grande escala.

É perceptível que essas condições, construídas historicamente pelo capitalismo, impactou fortemente as políticas de acesso desses trabalhadores e trabalhadoras, onde o acesso à saúde principalmente foi alvo de fragmentações. Pois, visivelmente o sistema não apresenta condições básicas para essa classe, seja pela função, contratação ou salário. Aqui se encontra a dimensão dos desafios enfrentados ao tentar viabilizar os direitos a uma saúde de qualidade, dentro dessas instituições empregatícias. Evidencia-se o quanto tem se tornado escasso e seletivo a oferta de serviços voltados à saúde do trabalhador; essa questão de promover a qualidade de vida desses trabalhadores não faz parte da preocupação do capital, apesar de existir uma Constituição que rege a sociedade, um Sistema Único de Saúde de caráter Universal e Democrático, e especificamente uma Política Nacional de Saúde ao Trabalhador e Trabalhadora.

Dito isto, quando olhamos todas as expressões do trabalho no mundo da festa do boi-bumbá percebemos em meio a estética da festa, na construção criativa das alegorias e no vai e vem do *modus operandi* do festival folclórico, constatamos que a classe que vive do trabalho está envolvida a processos precários no desempenho de suas funções. É o caso das trabalhadoras do galpão central de alegorias da Associação Boi-Bumbá Caprichoso, na cidade de Parintins, segmento este que se constituiu foco dessa investigação, no que diz respeito a relação de suas condições de trabalho, processos de adoecimento e qualidade de vida. É o que veremos a seguir.

### **3.2 A festa do Boi-Bumbá e a cidade de Parintins como *lócus* da pesquisa**

*Na ilha Tupinambarana, nasceu Parintins, que eu vou decantar Parintins dos Parintintins, nome da tribo desse lugar. (Chico da Silva)*

A cidade de Parintins fica localizada no estado do Amazonas e conta com uma população estimada conforme o IBGE (2021) de 116.439 habitantes; ela ficou

conhecida também como “Ilha Tupinambarana”, sendo um nome idealizado, conforme Saunier (1989) por João Felipe Bettendorf nos anos de 1969, sendo assim, nela ocorre manifestações culturais que ganharam grandes proporções, como as Pastorinhas, os Bois em Miniatura, Quadrilhas, Boi Mirim e o Festival Folclórico dos bois Garantido e Caprichoso, sendo este último a principal manifestação que trouxe o seu reconhecimento de forma regional, nacional e internacional.

A realização do Festival em Parintins acontece todos os anos no último final de semana do mês de junho, em três grandiosas noites de espetáculo, no local chamado Bumbódromo, identificado como uma arena a céu aberto que se tornou palco oficial da disputa entre os dois bois.

Ressalta-se que a cidade é um local populoso de grande autenticidade pela sua expressão folclórica, a mesma também atende muitos interiores e cidades vizinhas em muitos serviços. Grande parcela da população parintinense vive do artesanato, música, dança, pesca, e setores informais que estão em constante inserção na cidade; também se evidencia que a cidade obteve, na atualidade, a introdução de grandes empresas e comércios, devido a sua indiscutível importância alcançada em mais de 50 anos de Festival Folclórico. De fato, a cidade é um lugar que apresenta os mais diversos tipos de trabalho, engendrado especialmente pela capacidade criativa do parintinense, apesar das grandes formas de exploração e expropriação que chegaram com a versão mercantilizada, agudizando então muitas expressões da questão social.

A cidade de Parintins/AM possui uma identificação visual e social produzida pelos bois Garantido e Caprichoso, sendo o bumbá vermelho, o de “coração na testa”, e o bumbá azul, o que tem a “estrela na testa”, onde essa dualidade provocou uma demarcação territorial histórica, que repercute em mais de 100 anos de existência dos bois. Conforme Silva (2009), desde 1910 se constata que a construção do festival em Parintins vem se intensificando, pois ele se desdobrou de uma cultura chamada de bumba-meu-boi que foi a base precursora para a construção do boi-bumbá e, posteriormente a isso, tem ganhado muitas implementações em virtude da sua visibilidade. Um exemplo disso foi a grande construção de uma obra emblemática na cidade denominada como o “mural Vitória da Cultura Popular”, sendo um trabalho da atualidade que trouxe inúmeros visitantes de todo o mundo.



Figura 1 – O mural Vitoria da Cultura Popular. Foto de Divulgação. Disponível em: <https://www.acritica.com/parintins>. Acesso em: 03 Fev. 2023.

É pertinente evidenciar que o território parintinense faz parte da imensidão amazônica. Dessa forma, Biriba (2005) descreve que é um lugar de diversidade e que traz as riquezas do Médio Amazonas, onde conta com a passagem de rios essenciais como o rio Madeira e Tapajós. Cavalcante (2000) reitera ainda que é um lugar que está em constante transformações, pois o Festival dos bois conduziu a cidade para além da região, ou seja, mundo a fora.

A sua localização está demarcada na direita do caudaloso Rio Amazonas, onde conta as embarcações e vias aéreas para acessá-la. Conforme Braga (2002), essa logística de acesso tem um fluxo maior na temporada do Festival, fazendo com que muitos locais, além do porto e aeroporto, sejam utilizados para abarcar os visitantes e torcedores que se dirigem à cidade.

O aperfeiçoamento de uma “brincadeira” que ocorria nos terreiros e quintais na cidade, impulsionou evidentemente o olhar mercantilizado, que só cresceu no decorrer dos anos. Pode-se evidenciar que

[...] os bumbás alcançaram rapidamente reconhecimento e prestígio junto à comunidade local e, em seguida, nacional; grandes empresas tornaram-se financiadoras dos projetos de seus produtores; o interesse dos meios de comunicação de massa foi estimulado; entre outras. Todos esses fatores contribuíram sobremaneira para que o caráter comunal da festa fosse diluído no interior da organização mercantil do lazer turístico (SILVA, 2009, p. 17).

O caráter comunal de anos atrás, que tinha como viés “o amor ao boi”, foi substituído por várias novas expressões que foram se constituindo. Dessa forma, a construção da festa, na cidade de Parintins, realizada por muitas mãos, de forma voluntária, teve alterações, fazendo com que na contemporaneidade houvesse exigências, por parte dos trabalhadores das Associações, quanto às formas contratuais, mais justas e igualitárias, devido as grandes transformações, impulsionadas pelos interesses internos e externos advindas do seu crescimento econômico. Essa dinâmica pode ser evidenciada, mais precisamente, em dois grandes momentos:

Na primeira, os trabalhadores/brincantes produziam e fruía da brincadeira, ou seja, trabalhavam e consumiam o produto de seu trabalho, coletivamente. Já na segunda, quando é retirada a brincadeira dos trabalhadores e transformada em mercadoria, o processo de apropriação privada do produto desse trabalho é iniciado e vai se aprofundando, uma vez que ele ainda é realizado pelos trabalhadores, mas não mais consumido por eles e sim por espectadores. (SILVA, 2020, p. 367).

Sendo assim, o Festival Folclórico de Parintins ganhou proporção mundial, que, segundo Braga (2002), é identificado como “um dos maiores espetáculos da terra”; sua importância traz reflexos não somente do boi-bumbá, mas de toda a Amazônia. Sua existência ainda é muito debatida entre os seus apreciadores, não possuindo precisão nos registros existentes. Mas Braga (2002) evidencia que pode ter sido estabelecida a partir do século XX. Para os parintinenses, o Festival tornou-se um patrimônio de grande relevância, e, conforme Valentin (2005), é uma forma autêntica do saber local, seja da preparação à apresentação na arena, e que constituiu historicamente um contingente grandioso de trabalhadores e trabalhadoras que ganharam protagonismo com o passar dos anos.

### **3.3 ACBBC e o Boi-Bumbá Caprichoso**

Nesta pesquisa, o universo investigado foi o boi-bumbá Caprichoso e a ACBBC (Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso), sua forma mais contemporânea organizativa. Vale ressaltar, inicialmente os bois não tinham todas essas propostas mais elaboradas que são apresentadas na atualidade, sendo assim, evidencia-se que foi um longo decurso enfrentado, contornado então de

mudanças significativas nessa dinâmica organizativa, fazendo com que houvesse a retirada da responsabilidade do que se denominou de “padrinho do boi” para as mãos de grandes investidores e multinacionais. Sendo assim,

uma explicação completa das primeiras décadas de existência de Garantido e Caprichoso deve incluir a constante substituição dos responsáveis pela idealização e financiamento dos cortejos. Essa mobilidade se fez necessária, na medida em que os grupos passaram a reunir um número cada vez maior de participantes, tornando-se, conseqüentemente, mais dispendiosos. A elevação nos custos, muitas vezes, divergia das condições dos responsáveis em exercício, sendo imprescindível que pessoas com maior poder aquisitivo fossem convidadas a participar da brincadeira. Essa verdadeira contaminação da administração da festa pelo fator econômico acabou tornando os “donos”, a princípio, designados para a organização das apresentações de rua, tão participativos na supressão das despesas quanto os “padrinhos”, sendo capazes, inclusive, de transformar os ensaios dos cortejos em verdadeiras comemorações juninas, com todos os seus excessos e esbanjamento.

É necessário tomar nota das transformações profundas que a instituição da disputa entre os bumbás induziu na vida da comunidade local, em particular daquelas pessoas que os acompanhavam desde a fase das apresentações de rua (SILVA, 2009, p. 34).

Esse panorama que marca a gênese dos bumbás reflete a dinâmica que predominava e conduzia a brincadeira de boi-bumbá em Parintins, onde não havia interesses maiores a não ser a relação do homem com sua própria cultura; os brincantes debruçavam-se pelas curtas cantigas e versos elaborados pelos repentistas da época. Além disso,

os bois saíam pelas ruas da cidade dançando ao redor das fogueiras postas em frente às casas das famílias mais abastadas da época. Ou seja, daqueles que tinham condições financeiras de —comprar a língua do boi. A encenação embalada por versos de desafio e chacotas ao boi adversário repetia-se várias vezes durante uma mesma noite (SILVA 2017, p.29).

Eram brincantes que utilizavam lamparinas e lanças produzidas manualmente, com a intenção de sua satisfação enquanto torcedor. Mas novas padronizações foram se infiltrando a partir dessa relação inicial, fazendo com que aquela realidade econômica vigente não fosse mais suficiente para manter a brincadeira e as tradições. “Assim como o Garantido, a história do boi Caprichoso está atrelada a famílias e também tem relação com o pagamento de promessa a São João Batista” (SILVA, 2017, p. 29). Desse modo, para manter a tradição do boi-bumbá em Parintins, ocorreu novas formulações que trouxeram a possibilidade da inserção de elementos mais tecnológicos e modernos, que despertariam maiores

interesses e levariam então o Festival ao seu nível de mercadoria, que se encontra na contemporaneidade.

Diante de tais reflexões, constitui-se uma forma organizativa mais atualizada do boi-bumbá. Para que esses novos financiamentos e visibilidade ocorressem seria necessário se firmar-se como uma Associação. Sendo assim,

nos anos 80 os Bois-Bumbás de Parintins se organizaram profissionalmente, com o objetivo de conseguir conquistar mais recurso com a criação das Associações Folclóricas Boi-Bumbá Caprichoso e Boi-Bumbá Garantido. Criaram diretorias, eleitas pelos sócios de cada entidade, nas quais o presidente e seu vice possuem uma gestão de três anos e nomeiam cargos para as devidas atribuições durante este período (BENTES, 2018, p. 47).

A ACBBC foi então um desdobramento desse novo modelo de padronização do festival folclórico. Destaca-se que a partir dessa associação criaram-se diretorias, administrativos, coordenadores, presidentes e seus afins. Ou seja, é nesse momento que a construção histórica de um contingente de trabalhadores, para a construção espetacularizada do festival, começa a emergir de forma numerosa; além disso, Lemos (2005) reitera que essa organização seria capaz de supervisionar o funcionamento de todos os setores do boi. A referida Associação se constituiu numa estrutura com vários espaços específicos e estratégicos, como o curral do boi (mais conhecido como Zeca Xibelão), utilizados para a realização de ensaios, festas e entretenimento, possuindo palco e grandes estruturas para maior visibilidade; dentro desse espaço já foram produzidos CDs e DVDs para a comercialização. Tal estrutura conta também com o galpão central de alegorias, sendo o lugar que materializa as megas estruturas alegóricas, abrangendo equipes extensas de trabalhadores (as) em muitas funções.

O boi-bumbá caprichoso, no decorrer dos tempos tem experimentado “[...] maiores desenvolvimentos técnicos e acesso a diversidade em materiais, na confecção de indumentárias, [...] cenografia, música, dança e nas construções de alegorias” (AZEVEDO, 2017, p. 23). Os espaços criados pela associação, devido a demanda variada de mãos de obra, tiveram a intencionalidade de alcançar grandes produções, pois separadamente o resultado final seria com mais qualidade. Visto que, segundo Catalão e Nogueira (2013), a partir da década de 90, a produtividade teria que ser apresentada com qualidade, daí a Associação teria que estar apta a contratar profissionais que estivessem capacitados a oferecer o melhor “produto”, ou

seja, a espetacularização; essa foi uma exigência do novo padrão do festival, tendo então a responsabilidade de alcançar, conforme o neoliberalismo, os modelos exigentes do mercado.

Ainda sobre a estrutura da Associação, temos o galpãozinho, denominação essa utilizada para separar a produtividade de alegorias das indumentárias. Sendo assim, o lugar foi designado diferentemente do Galpão central, sendo então apenas para as costuras de vestidos, roupas temáticas, construção de vaqueirada e demais acessórios a serem utilizados pelo “boi de arena” (projeto este que é construído pelos artistas, que deve ser realizado nas três noites de festival). Bentes (2018) reitera que a ACBBC tem sua funcionalidade administrativa em outro setor, onde “[...]essas instalações contemplam setores como: presidência, secretaria geral, diretoria financeira e outros” (BENTES, 2018, p. 47).

Em mais de 100 anos de existência do boi-bumbá Caprichoso foi possível constatar mudanças significativas, o “bumbá da estrela na testa”, que tem a cor azul como característica de seu simbolismo, já realizou diversas transformações marcantes, como a substituição de improvisos e repentes pelas toadas mais elaboradas, o manuseamento manual pelos grandiosos guindastes modernos, e etc.; sendo assim, é uma trajetória que marca a tradição e a modernidade como elementos essenciais do boi-bumbá na atualidade. As condições impostas, para que o festival tivesse prosseguimento, tiveram suas contribuições, mas também conflitos, que estavam pautados na divisão sexual do trabalho, expropriações e impactos, afinal a estratégia global do capitalismo consegue alcançar aos poucos a regionalidade e a cultura local, por intermédio de suas articulações e implicações na vida social daqueles que constroem o espetáculo da festa folclórica.

A ACBBC é uma organização contemporânea do boi-bumbá, visto que ela sempre vai estar sobre o comando de um presidente e seus afins, para realizar a organização da festa, da elaboração, da contratação e da materialização do que vai ser apresentado na disputa entre os dois bois na arena do bumbódromo, em Parintins.



### **3.4 Trabalhadoras “sem registro” no Galpão: “caprichando” nas alegorias**

#### **3.4.1 O galpão central de alegorias, um território de trabalho**

Diante do crescimento do Festival Folclórico de Parintins e suas formas autênticas do saber local, que ganharam grandes proporções mundo a fora, evidenciou-se que o galpão, onde se fabrica as alegorias do boi Caprichoso, está muito além de ser apenas um ambiente construído historicamente pela ACBBC como um lugar para se “guardar os mistérios alegóricos”, mas ele é abordado aqui, por nós, como um “ território de trabalho”- termo utilizado por Fernando e Catalão (2015), o qual evidencia a ocorrência nele de segmentos e uma dinamicidade nos trabalhos desenvolvidos, uma funcionalidade de papéis e também a construção de diversas relações sociais, pois conta com a presença de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem uma diversidade de tipos de serviços. Desta forma, reitera-se que a construção folclórica foi retratada aqui a partir das condições oferecidas no Galpão Central de Alegorias.

Nessa direção, o galpão, como território de trabalho, é delineado, conforme os apontamentos de Pereira (2009), como uma territorialidade que ganha sua especificidade através de ações coletivas, a partir da organização cultural do homem; sendo assim, ao mesmo tempo que ocorre a delimitação de determinado espaço, cria-se também formas identitárias e coletivas dentro do mesmo território, sendo então o momento em que os trabalhadores transferem seus conhecimentos para as ações produtivas estipuladas nesse lugar.

O galpão central de alegorias pode ser caracterizado por uma “territorialização específica” que, conforme Almeida (2007), trata-se da identificação de uma realidade desenvolvida através de uma expressividade coletiva de uma categoria, onde se agrupam e se sentem parte desse lugar, no qual desenvolvem relações de trabalho idealizadas nele. Ressaltamos que o galpão tem sua especificidade territorial em função da organização contemporânea dos bumbás, pois a mesma necessitava de um “espaço” para os módulos alegóricos que são confeccionados todos os anos para serem apresentados nas 3 noites de festival; sendo assim é um ambiente de grande abrangência.

Para situar essa estrutura de forma mais ampla, evidenciou-se a explicação do Centro Brasileiro da Construção em Aço - CBCA (2010), onde o mesmo denomina que os galpões são edifícios que apresentam um pavimento único; nele a

dimensão é ampla, toda coberta, sendo uma área destinada às várias funções, dependendo da instituição. Em Parintins, os galpões foram aderidos pelas associações para serem utilizados na confecção de toda a produção, que vai ser apresentada na arena do Bumbódromo; sendo assim, é dentro desse ambiente, chamado galpão, que as idealizações, aspirações e a força de trabalho se materializam. Catalão (2014) reitera ainda que o galpão, na cidade de Parintins, tem particularidades. Neste caso, na ACBBC o galpão tem aproximadamente 15 metros de altura, sendo uma estratégia utilizada para os módulos alegóricos serem montados com mais facilidade.

Inicialmente esse espaço era observado e denominado como um “lugar misterioso”. Bentes (2018) afirma que nele só podiam adentrar pessoas autorizadas pela Associação, ou seja, era um lugar que se delimitava apenas pelo caráter artístico. Mas, com o passar dos tempos, o lugar foi ganhando novos olhares, além dos questionamentos que iam emergindo, afinal se tratava de um espaço que funcionava através de muitas mãos de obra, e, conseqüentemente, ali dentro a classe trabalhadora se movia.

Sendo assim, existe uma dinamicidade em cada ambiente de trabalho. Neste caso, o galpão central de alegorias, em Parintins, tem suas particularidades estabelecidas de acordo com sua construção cultural, advindas desde a época em que era apenas uma “brincadeira de boi-bumbá”; posterior a isso, a sustentação dessa festividade foi sendo transformada, sendo então inseridas novas técnicas de trabalho, criando novas relações com o ambiente.

Evidencia-se, conforme Cavalcanti (2011), que no Galpão foram sendo construídas divisões que são tratadas como essenciais, onde cada líder, ou seja, cada “artista de ponta” tem seu espaço para produzir com sua equipe, podendo ser retratado com as condições específicas desse território, pois divide-se os trabalhos que serão realizados em cada alegoria; além disso, dispõe-se de almoxarifados para o material que será utilizado na elaboração das estruturas alegóricas, pois se exige nos 3 meses (março, abril e maio), que antecedem a disputa, uma intensificação dos trabalhos. Esse ambiente tem uma dimensão muito grande, contando com um espaço que dispõe de cobertura para a construção alegórica e um espaço descoberto para a montagem desses módulos alegóricos já construídos, podendo ser identificado como um espaço mais arejado.

Evidencia-se que as relações, dentro desse território, foram sendo construídas pela contratação de artistas, e, posteriormente, por seus ajudantes, pois são eles que materializam as ideias planejadas no Conselho de arte do bumbá. Sendo assim, constata-se que a ACBBC dispõe de diversos serviços dentro do galpão, sendo basicamente os soldadores de grandes estruturas de ferro, serralheiros, escultores de isopor, marceneiros para a construção dos grandes tablados, que são base dos módulos, os artistas plásticos que realizam a pintura, os (as) aderecistas (trabalham com a elaboração de materiais como o recorte de papelão, fitas, e acessórios para contornar as alegorias) e também os (as) pasteladores (as) (tratando-se de uma equipe que trabalha com os revestimentos de bases como o isopor, utilizando a mistura de cola branca ou goma de tapioca, até preencher totalmente a base); ressaltamos que, em particular, essas duas últimas funções são predominantemente ocupadas por mulheres.

Tais papéis, que foram definidos como base de mão de obra, são exemplos de especificidades do território, existindo uma movimentação, nessas funções que produzem e reproduzem ações que dão vida nesse lugar, através de suas ações de colar, pintar, adereçar, se comunicar, etc., e também através de seus objetos de uso como o pincel, a tesoura, resistência elétrica (arame de alta tensão para cortes de peças), sendo então utilidades próprias desse território.

O trabalho no galpão pode ser caracterizado como um trabalho de fases: inicialmente é denominado como o “básico” (preparação do ambiente) e depois passa a ser denominado como “intenso” (construção e finalização dos módulos alegóricos); dentro dessa dinâmica, o território de trabalho constrói divisões de atividades baseadas na construção histórica do trabalhador, ou seja, ocorre a escolha de trabalhadores que tem a praticidade de desenvolver as tarefas definidas no território, além de pôr em prática também a multifuncionalidade da classe trabalhadora. Antunes (2011) denomina esse tipo de trabalho, na contemporaneidade, como “trabalhos parciais”, ou seja, uns colam, outros pintam, uma parcela realiza a pastelagem e outra faz a finalização com adereços, mas no final essas trabalhadoras do galpão têm que estar preparadas para realizar uma dessas atividades, ou todas.

Portanto, é possível afirmar que o território do galpão do boi Caprichoso é dinâmico e dialético, não deve ser compreendido como estático, visto que ele é determinado conforme cada espaço. Santos (2002) reitera que o território se define

conforme a comunidade ou a sociedade no qual ele está posto; logo, trata-se de uma dinamicidade empreendida por ações humanas. Evidencia-se que o galpão central de alegorias, como um território de trabalho, dispõe de contradições que são afirmadas pelas protagonistas dessa pesquisa, discussão que foi registrada no item 3.4.2; estas contradições se manifestam em fatores determinantes das condições de trabalho, vividas no seu cotidiano, e nos processos de saúde/adoecimento dessas trabalhadoras.

### **3.4.2 No território de trabalho das trabalhadoras de galpão: relações, vivências e contradições**

A inserção da mulher no mundo do trabalho, conforme os andamentos históricos, esteve orientada por condições pré-definidas, especialmente pela lógica patriarcal e conservadora. É pertinente salientar, conforme Cisne (2004), que a constituição do lugar da mulher e sua atuação esteve ligada fortemente a tudo que estivesse próximo de sua “vida doméstica/familiar”, como evidenciado no Capítulo I desta pesquisa. Inclusive fazemos um nexos com a história do Serviço Social, pois teve também em seu bojo traços marcantes que, por muito tempo, determinaram que a profissão foi destinada às mulheres em virtude da “habilidade”, do “cuidar” e do “ajudar” a sociedade. Yamamoto e Carvalho (1982) reiteram que o “papel” masculino, de caráter dominador, sempre foi defendido na sociedade, onde nesse viés a mulher teria que ser o oposto, ou seja, como aquela que tem personalidade compreensiva e colaborativa. Esse cenário demonstra que traços da história ganharam novas roupagens na contemporaneidade, demonstrando que a sociedade, mesmo com suas revoluções, ainda se apresenta em muitas áreas, tomadas pelo domínio masculino e pelo caráter conservador.

Neste sentido, especificadamente na cidade de Parintins, em particular no Galpão Central de alegorias da ACBBC, a pesquisa preocupou-se em demonstrar a realidade das mulheres trabalhadoras desse ambiente, evidenciando a importância do protagonismo das mesmas. Observou-se que umas são mais antigas, podendo ser caracterizadas então como predecessoras das novas trabalhadoras, onde as mesmas vivenciaram grandes desafios de estar nesse ambiente, onde as condições de trabalho destinadas a elas eram mais difíceis, como também as implicações resultantes das relações desse território de trabalho com a saúde delas. De acordo

com Antunes (2011), as trabalhadoras do galpão do Caprichoso podem ser classificadas como “trabalhadoras informais assalariadas sem registro” (um dos tipos de modalidades/modos de ser da informalidade), tendo em vista que podem ser caracterizadas como aquelas que realizam serviços sem ter carteira assinada, excluindo-as de acesso a direitos trabalhistas constitucionalmente assegurados para a categoria.

Sendo assim, através das falas dessas trabalhadoras foi possível expressar a realidade do mundo do trabalho vivenciadas por elas, no galpão de alegorias do boi Caprichoso; tal cenário foi de suma importância para essa pesquisa. Além disso, o tempo de trabalho e as funções dessas mulheres diz muito sobre a oportunidade dada a elas que ocupavam antigamente apenas o papel de costureira, na confecção de indumentárias, vestidos e acessórios para os brincantes, mas com o passar dos tempos a inserção da mulher trabalhadora foi ganhando novos espaços, fazendo parte agora da construção dos módulos alegóricos. Deste modo, apesar das contradições demonstradas pelas formas contratuais que essas trabalhadoras estão vinculadas e dos desafios para a permanência delas nesse território, comprovou-se que as contribuições de seus trabalhos e seus novos espaços de atuação geraram protagonismo na produção da festa folclórica e abriu possibilidades no mundo do trabalho na cidade de Parintins.

Comecei a trabalhar no Boi-bumbá, [...] num galpãozinho, no tempo do artista Vando, no tempo da presidente Márcia Baranda. Comecei nas tribos, fazendo costeira, essas coisas. [...] hoje já tem uns três anos trabalhando dentro do Galpão Central de Alegorias. (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

“A minha profissão, é envolvida com esse lado, [...] Da cultura, da arte. [...] já fazem uns [...] quinze anos na verdade. (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Trabalhei por 8 anos no Galpão, em três gestões de presidentes eu fui contratada para fazer trabalhos de serviços gerais, eu não tinha vergonha não”. (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

Estrela, que é autônoma, tem estado inserida constantemente nos trabalhos do boi-bumbá Caprichoso, por intermédio da contratação de artistas que solicitam o trabalho da mesma. A Sol tem, como profissão de vida, o artesanato; ela desenvolve trabalhos locais e regionais, e, particularmente, essa trabalhadora desenvolve trabalhos com seu esposo, onde a mesma afirma que “[...] tudo que ele faz, eu sou o

braço direito dele [...], todo tempo eu estou envolvida nos trabalhos, faço parte do processo”. Já a Lua, que se considera autônoma, é uma trabalhadora antiga da Associação, ainda não está aposentada e sempre trabalhou prestando serviços gerais no galpão; constata-se, então, que a mesma teve muitas experiências de gestões presidenciais que já perpassaram pela ACBBC, sendo também a única dentre as entrevistadas que teve a sua carteira assinada para exercer sua função no galpão.

Diante disso, foi possível compreender o perfil predominante das mulheres trabalhadoras do galpão, que além de serem artesãs e autônomas, todas elas evidenciaram que são mães, conciliando então arduamente sua profissão com a vida social e familiar. Assim, no dizer de Silva e Almeida (2017), mesmo com a presença do preconceito na sociedade, que ainda está enraizado, na atualidade, é visível que as mulheres “[...] se dividem em duplas jornadas de trabalho em favor da manutenção do equilíbrio entre os diferentes papéis que precisa exercer, quer seja o de mãe, de esposa ou de trabalhadora[...]” (SILVA; ALMEIDA, 2017, p. 316).

As referidas mulheres trabalhadoras do galpão trouxeram para a pesquisa uma representatividade desse território de trabalho, visto que são de idades distintas, casadas, solteiras, chefe de família ou complemento de renda, além disso trazem sua percepção de “amor ao boi”, entendida então como um simbolismo da cultura parintinense, que já atravessa há mais de 100 anos.

Diante do cenário territorial do galpão, foi possível perceber que as funções exercidas por essas mulheres, na atualidade, são bem parecidas, podendo ser constatadas pelos relatos das mesmas a seguir:

Dentro do galpão eu colo, eu risco, sou aderecista e faço essas coisas. Sempre fui aderecista mesmo, sempre foquei só nisso por enquanto; trabalhei dois anos com Ney Meireles e no ano passado trabalhei com o Algles, de aderecista também; eu colo, eu desenho, faço as coisas pequenas das alegorias. Hoje eu sei fazer muita coisa, pastelar, eu sei cortar papelão, eu sei colar, faço revestimento da alegoria com papelão, com tecido. A nossa alegoria, no primeiro ano que eu trabalhei com Ney, foi da mãe ancestral, que foi a cunhã que veio na nossa alegoria na primeira noite, e no ano passado que eu trabalhei com o Algles, a nossa alegoria foi a friagem né a friagem quem veio foi o pajé (Estrela, 29 anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

A fala da Estrela vislumbra a sua forma de contratação que foi realizada por dois artistas de ponta, não tendo um contrato especificado; foi apenas solicitada

para realizar serviços que a alegoria necessitou, ou seja, confeccionar os adereços e colocá-los nos módulos alegóricos especificados pelo artista de ponta, que comanda a equipe. Evidenciou-se que a contratação já tem uma irregularidade aparente, onde essa trabalhadora não tem uma formalidade contratual em mãos para iniciar a execução de seus trabalhos, colocando-a sobre riscos futuros relacionados a sua proteção enquanto classe trabalhadora; sendo assim, seus serviços sofrem um barateamento pela lógica contratual instaurada nesse território. Vale ressaltar, conforme Stehling (2019), que essa realidade propõe as essas trabalhadoras uma fragilização de direitos, ou seja, retira silenciosamente uma estrutura organizativa dentro desse território, criando então “[...] um ambiente propício para a exploração do mesmo” (STEHLING, 2019, p. 12).

Além disso, o mercado de trabalho tem retrocedido gravemente, podendo relembrar traços do modernismo conservador proposto pelo grande capital, que, conforme Teixeira e Braz (2009), traz em sua dinâmica apenas os interesses neoliberais, tendo como base o sucateamento dos direitos sociais, a provocação da privatização, especialmente do Estado, além de trazer uma padronização internacional para economias nacionais, causando exacerbados níveis de desemprego, desproteção e também da fragilização de serviços ofertados à população, por conta dessa potencialidade “macro” que se instaurou nos cenários regionais, que desconsidera as diferentes realidades sociais brasileiras.

Percebeu-se que dentro do galpão a inserção de mulheres nas atividades ocorre pelas “habilidades” em desenvolver determinado serviço, sendo então constatado como uma “ordem prioritária” de inserir quem já sabe realizar determinada atividade solicitada; além disso, nota-se, apesar de ser um trabalho fragmentado, a trabalhadora Estrela demonstra que tem a percepção final do produto que está confeccionando, se reconhecendo então como parte do processo.

Dito isto, as falas, a seguir, demonstram um pouco mais dos tipos de trabalhos desenvolvidos no galpão:

Geralmente eu trabalho muito adereçando, fazendo de tudo um pouco. Eu me envolvo mesmo é nos adereços né? Que tem mais facilidade no caso. Lá dentro do galpão trabalhei todos os anos. A atividade que eu mais fazia no caso é de adereço de alegoria, você vai adereçar, você vai finalizar (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Eu enchia garrafa, varria, fazia meu serviço direitinho. Uma vez tentaram que eu fizesse coisas a mais que não tava no meu contrato, mas eu não fiz.

As vezes um queria mandar mais que o outro. Eu gostava de me impor, tentaram que até carregasse ferro lá dentro do galpão, mas eu não tava recebendo pra esse serviço, aí eu chamei o coordenador e falei pra ele. Nosso serviço ali era pesado (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

Essas duas falas expressam que as atividades que essas trabalhadoras exercem não são exclusivas e únicas, isto porque em determinados momentos percebeu-se que a dinâmica era outra, ou seja, eram forçadas a exercer outras funções que não estavam estipuladas na formalidade do contrato; isso demonstra uma expropriação da força de trabalho dessas mulheres, relações estas naturalizadas e invisibilizadas nesse ambiente. Na contemporaneidade isso acontece devido a reconfiguração dos territórios de trabalho; sendo assim, Santos (2021) exemplifica que, em consequência disso, o trabalhador deve ser “[...] mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior realização no espaço do trabalho” (SANTOS, 2021, p. 48).

Mesmo que a inserção da mulher já tenha ocorrido nesse território, exercendo todas as atividades mencionadas acima, evidenciou-se também que a ocupação da mulher nesse espaço está em processo, pois nem sempre foi assim, visto que anteriormente a mulher ocupava predominantemente o lugar de “costureira”, sua principal função dentro do galpão. Esta realidade está em movimentação, pois em mais de 100 anos de existência dos bumbás não se teve a presença de mulheres em algumas funções, que podem surgir futuramente, como podemos ler a seguir:

Em relação a mulher, o boi contrata dez ou doze costureiras. Essas mulheres elas trabalham lá no galpãozinho. Então lá que elas fazem esse trabalho da costura, da construção da roupa. Ainda não apareceu mulher soldadora. Porque as mulheres são contratadas pra dar, tipo assim o acabamento, colocar adereço, colar, fazer a pastelagem, que é pra cobrir a alegoria em si; tu ainda não vai ver uma mulher soldadora, não sei esse ano. O boi não tem no momento mulheres nessa função. Ainda não existe uma mulher também que é artista de ponta. Existe secretária, existe faxineira, existe recepcionista, existe diretora, mas artista de ponta e soldadora ainda não, [...] falta alguém se destacar pra que essa pessoa, no caso uma mulher, se torne uma artista de ponta. Por que que contrata a mulher? É pela forma de acabamento, uma forma mais delicada, essas funções aí, essas coisas, de acabamento, mas artista de ponta, soldadora ainda não tem. O artista de ponta contrata elas pra dar o acabamento em si [...]; resumindo, pra dar aquele aplique final na alegoria, colocar tipo assim a decoração delas (Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).



Os papéis supramencionados como “artista de ponta” e “soldador” são exemplos essenciais, dentro do galpão, da predominância masculina, sendo que essa expressão de “artista de ponta” é utilizada dentro das Associações para os artistas contratados como linhas de frente da construção alegórica, ou seja, são eles que “comandam” todo o trabalho, e é a partir dessa categoria que esses artistas subcontratam outros artistas; é nessa dinâmica que as mulheres são inseridas nos trabalhos dentro do galpão.

Dentro do galpão existe uma predefinição do lugar da mulher, uma estrutura estruturada de acordo com a ideologia dominante, que é a ideologia da classe que se apropria do trabalho (BOURDIEU, 1989), tendo em vista que as funções que elas exercem não necessariamente são as que desejam, mas as que esse mundo do trabalho e do folclore propõe e impõe. Em nenhum momento ouviu-se referências se alguma mulher teve uma oportunidade de demonstrar a sua criatividade teleológica, para ser uma artista de ponta, mas se ouviu, muitas das vezes, o discurso aparente e patriarcal de que “nunca ouve mulheres em determinadas funções”, pois sabe-se, que mesmo que tenham muitas mulheres dentro desse mundo de criação folclórica, com capacidades de percepções criativas, do mesmo nível que os homens que, historicamente, ocupam o papel de artista de ponta, é perceptível a disparidade, a desigualdade e a desvalorização de oportunidades para elas. Obviamente, vivemos em uma sociedade fundamentada numa estrutura patriarcal, em que estas relações e processos estão enraizados na estrutura de confecção de alegorias no galpão.

### **3.4.3 Confecção de alegorias no galpão da ACBBC: análise das condições de trabalho**

Neste tópico, vamos conhecer as condições de trabalho vivenciadas no galpão do boi-bumbá Caprichoso para podermos relacioná-las com os processos de saúde em que as trabalhadoras, contratadas para a confecção de alegorias, estão submetidas. Entendemos que uma “condição de trabalho”, nesse sentido, não se resume em estruturas físicas, mas envolve também as formas de contratações, os direitos, a integridade pessoal, a segurança, e as relações construídas, nesse ambiente, por essas mulheres.

A primeira condição de trabalho encontrada no campo da referida confecção foi a “informalidade”, uma vez que “o trabalho informal é, sem dúvida, uma das

formas pelas quais o capitalismo se move contemporaneamente” (TAVARES, 2015, p.44). Esta afirmação revelou-se no campo da pesquisa e percebeu-se que o grande capital cria constantemente formas de propor uma “autonomia fetichizada” aos (às) trabalhadores (as). Tavares (2002) ainda afirma que se trata de uma flexibilização a curto prazo, onde, neste caso, as mulheres trabalhadoras do galpão são gravemente atingidas, em sua vida profissional, pelas injustas formas de subcontratações.

Essas mulheres realizam formas intensivas de trabalho, no âmbito do galpão, principalmente quando se aproximam da data de finalização das confecções alegóricas, ou seja, é “perto do festival que eu já vou pegando no pesado mesmo. Já vou lá por cima colando, cortando, fazendo as coisas que eles deixam tudo pela metade (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023). Demonstra-se, nessa fala, que a magnitude folclórica da festa do boi-bumbá percorre por condições arriscadas, que fazem essas trabalhadoras realizarem suas atividades de forma mais acelerada, no mês de junho. Outro fator é que

no galpão, chega um momento ali que fica horrível. Eu falo assim, que no início a coisa vai até funcionando, mas quando chega pro final que vai finalizando os trabalhos, meu Deus do céu! o povo fica assim, eles largam o povo, entendeu? No galpão deixam o povo, sabe, a mercê, entendeu? Deixa o povo sem água, deixa o povo sem alimento. Eu acho isso tão desumano, sabe? Porque são pessoas que precisam né! Saem de casa, às vezes nem são bem pagos, né? Na verdade, quase todas as vezes eles tiram o artista que recebe um pouco mais; imagine os trabalhadores que recebem, vamos dizer assim, uma quantidade menor de dinheiro como ficam, eu fico penalizada te juro, a questão salarial ali dentro é muito precária (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Percebe-se que o trabalho precário aparece explicitamente na fala dessa mulher trabalhadora, a Sol, que evidencia sua condição de classe dentro desse território, a qual despertou inquietações, reflexões e este estudo desenvolvido aqui. A informalidade, como desdobramento da precarização do trabalho, é uma outra preocupação que aparece em nosso campo de observação, quando nos damos conta que tais processos deixam as trabalhadoras do galpão, interlocutoras desta pesquisa, sem seus direitos essenciais assegurados, sem condições mínimas para a execução dessas atividades, além de o salário não está de acordo com as reais necessidades desses lugares que elas ocupam. Proni e Krein (2010) entende isto como uma ampliação do desprovimento da legislação trabalhista, que, ao invés de proteger a classe trabalhadora, a deixa sob a lógica de subordinação e dependência.

Desta forma, Sol reitera que

se pros artistas de ponta já é difícil, imagine pra aqueles que já são contratados deles; eu vejo o sofrimento, vejo a questão de abandono mesmo, abandono total muitas vezes. Tem pessoas que vão nas suas casas né? Não almoçam e retornam, Entendeu? E é isso que você fica triste. Às vezes o trabalhador está ali dentro, né? Trabalhando e pensando o que ele vai levar pra casa, né? Como é que ele vai comprar o alimento. É extrema necessidade. Deixaram de contratar mais, e eles foram diminuindo, diminuindo, desvalorizando. Até chegar a um ponto que você necessita, você está ali já quase nos últimos suspiros [...] deixando a pessoa assim sem integridade nenhuma (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

É indiscutível que os impactos dos processos informais e das relações precárias de trabalho têm alcançado as mulheres trabalhadoras, sujeitas desta pesquisa. Outrossim, também notamos fenômenos complexos, nas falas delas, de descaso e abandono como uma das ardilosas articulações capitalistas; isto tem provocado nas referidas trabalhadoras uma desmobilização em suas forças no sentido de reivindicar seus direitos, e priorizar apenas a busca de sua sobrevivência e da família; estas são formas desumanas impostas a essas trabalhadoras, mascaradas pelo discurso de que a “construção do festival é feita por amor à cidade e à festa” (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023); tais imposições quer resultar que essas trabalhadoras se mantenham sempre dispostas a realizar trabalhos por um valor mínimo, além de não questionar as condições *sui generis* que enfrentam nas suas relações de trabalho. Antunes (2011) já nos afirmava que essa questão está ligada às formas falsas de cooperatividade, ou seja, é um instrumental indispensável da informalidade em manter os níveis de exploração acelerados, sem despertar a revolta da classe trabalhadora. Como podemos evidenciar abaixo:

devido a grandiosidade do festival ninguém nem imagina que isso aconteça. Você vai perdendo aquela vontade né. Eu costumo dizer assim que eu e meu esposo nunca colocamos o boi na justiça por uma questão de carinho e respeito ao festival; apesar de tudo somos gratos pela nossa arte. É uma questão de gratidão. Eu já estive várias vezes com meu esposo esmorecidos, sabe, de ir pra lá, de não querer mais, entendeu? De não fazer mais parte, se eu tivesse outra coisa agora, eu não ia mais estar inserida nesse ambiente entendeu? Mesmo gostando tanto (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

De todas as formas, a informalidade e a precarização estão presentes nos relatos descritos e analisados neste trabalho, mas que, para Antunes (2011), representa uma articulação capitalista, a qual retira do trabalhador o tempo maior de trabalho, e intensifica a produção em tempos recordes, cada vez menores, ou seja, conseguem extrair, em pouco tempo, muitos serviços necessários para o produto

final. Ainda sobre esse cenário, evidenciou-se que na sociedade moderna, com o avanço capitalista, a população tem se tornado cada vez mais pobre, fazendo com que aqueles que possuem um vínculo empregatício se sujeitem a situações desumanas. Neste viés, Jordão e Stampa (2015) reiteram que há uma extrema escassez de empregos, deixando um grande contingente de trabalhadores a mercê de múltiplas vulnerabilidades, envolvendo tanto os seus direitos que são violados quanto a sua existência na sociedade de forma mais saudável.

Esta pesquisa se preocupou também em identificar o quantitativo de mulheres que trabalham dentro do galpão, mas não foi possível, pois são apenas quantificadas as mulheres que desenvolvem o trabalho de costura, como exemplificado a seguir. Como registramos anteriormente, os vínculos subcontratados das outras demais trabalhadoras são realizados sem nenhum tipo de registro administrativo; a subcontratação é feita por parte dos artistas de ponta, que contratam informalmente essas mulheres.

Quem trabalha diretamente no boi são as costureiras que são pagas pelo boi. Agora se tem mais mulheres, são de equipes, mas quem contrata é o artista e consequentemente quem paga o artista é o boi e o artista paga elas. São os artistas de ponta, que fazem isso; o presidente reúne com eles e diz “olha Fulano de tal, você vai fazer o ritual, o outro vai fazer lenda, você vai fazer isso ou aquilo. Aí aos poucos os artistas chegam: “olha que eu preciso de tantos isso, de tantos aquilo!”. Até mesmo o Conselho de Arte que faz os desenhos não tem esse gabarito perfeito [...] São os próprios artistas né que organizam, ou seja, só eles podem dar a notícia (Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

Como dito acima, elas são subcontratadas pelos artistas que desejam ter seus serviços; isso ocorre quando os mesmos têm acesso ao módulo alegórico que ficarão responsáveis, sendo identificado como um trabalho fragmentado, de acordo com a necessidade de cada artista, pois eles analisam a quantidade de mão obra necessária e o tipo de serviço.

Para entender um pouco mais sobre a rotina de trabalho das trabalhadoras de galpão, foram os seguintes relatos que subsidiaram o desvelamento e a interpretação da segunda condição de trabalho: a “precariedade”. Estrela evidenciou que

o trabalho que eu faço é um pouco cansativo, porque a gente fica mais todo tempo sentado, às vezes cortando, às vezes riscando, aí tem que ficar andando, levando as coisas pros meninos, ter que pegar material, às vezes

tem que se abaixar pra colar as coisas, é um pouco cansativo, mas nada a reclamar né. Eu gosto do meu trabalho, sempre gostei de trabalhar no boi, é muito bom (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

Aqui sinalizamos algumas inquietações e preocupações de Estrela, pois mesmo que de forma tímida, para que não parecesse que a mesma estivesse reclamando do trabalho que desenvolveu, demonstrou receios em questionar essa realidade de trabalho cansativo e repetitivo. Além das condições precárias de trabalho descritas pelas nossas interlocutoras, há também uma insegurança em questionar a dinâmica do trabalho por medo de demissão. Tais condições de trabalho, conforme Tavares (2002), é totalmente intencional, pois na lógica precária do capitalismo não existe vantagens a serem oferecidas para a classe trabalhadora; pelo contrário, despertam o medo e a insegurança devido ao grande contingente de trabalhadores desempregados. É o que aconteceu com a Estrela:

Meu trabalho dentro do boi começa a ficar acelerado próximo ao festival. Logo no começo é mil maravilhas, mas perto do festival é uma correria, é cansativo, é estressante, mas depois tudo se acalma. Mas perto do festival é uma correria, vai pra concentração, vai num galpão, pegar as coisas, volta pra concentração, enfrenta aquele solzão. Pega sol, pega chuva, é cansativo. Eu fico debilitada né? Mas eu vou, eu fico firme até o fim. Não desisto. Mas é bom. Meu horário logo no começo é igual de todo mundo, a gente entra oito ou sete da manhã, sai meio-dia pro almoço, aí entra uma hora e sai cinco ou seis horas, logo no começo. Mais próximo do festival a gente já dobra os horários, já entra normal também de manhã, oito horas e sai meio-dia e entra uma e sai sete ou oito horas; a gente já começa a prolongar os horários perto do festival, às vezes a gente já dobra o horário. À noite, a gente já fica até nove horas, dez horas, depende. Isso daí perto do festival mesmo começa a redobrar os horários pra gente. Já começa a puxar, a prolongar mesmo (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

Assim, constatou-se que para não alongar o tempo de trabalho e “economizar”, ocorreu o desdobramento de horário dessas trabalhadoras, para darem conta da finalização dos trabalhos; recorreu-se aqui a expedientes irregulares, onde se teve uma carga exaustiva de trabalho para que não ultrapassasse o prazo de entrega; evitou-se com isso o pagamento de hora extra, mas, por outro lado, não se evitou os possíveis influxos graves na saúde delas. Antunes (2011) reitera que

a forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS,

auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. Não há horário fixo de trabalho, e as jornadas de trabalho levam frequentemente ao uso das *horas vagas* para aumentar a renda oriunda da atividade (ANTUNES, 2011, p. 409).

Por outro lado, Sol confirmou que

em relação ao galpão, tenho certeza eles oferecem assim uma situação muito desumana pros trabalhadores, em questão de respeito mesmo, vamos dizer assim, que é um período que ocorre um desrespeito quanto à mão de obra. Poxa, puxávamos a tarde todinha e quando chegava aquele horário os trabalhadores iam atrás daquele alimento. Eles não dão suporte pras pessoas, entendeu. Na verdade, ultimamente, nós trabalhadores, temos trabalhado nessa condição né? Bem desumana mesmo. Eles cobram que finalizem, mas não dão a condição devida. É o triste, muitas vezes o artista tem que meter a mão no bolso pra correr atrás de material, tem que tirar do bolso pra pagar um alimento pro seu funcionário, pra estender, pra poder terminar, não precisava ser dessa forma, até pelo curto período eles tinham que dar um suporte maior nessa questão (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

A questão do alimento aparece nessa fala como uma forma de reivindicação; pelo que se observa, esse ambiente de trabalho tem uma funcionalidade adversa ao horário que é previsto na contratação, pois inicialmente até cumprem o horário comercial, mas depois tem que “dobrar” os horários para dar conta do trabalho que deve ser entregue; sendo assim, não possuem o suporte necessário para permanecerem de forma saudável nesse ambiente do galpão. Além disso, uma trabalhadora sinaliza o seguinte relato: “No meu último ano de serviço, não me pagaram meu contrato, foi aí que eu decidi botar o boi na justiça, hoje a dívida já tá em 10 mil reais, e eu ainda não fiz nenhuma negociação” (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

Ou seja, não houve o pagamento pelos trabalhos desenvolvidos, sendo então uma forma severa de precarização que atravessava essas estruturas de trabalho informais na contemporaneidade, onde a trabalhadora só possuía as condições mínimas de trabalho, horários e cargas exaustivas, mas tinha também sua forma de subsistência negada, ou seja, a negação do seu “salário”, e posterior a isso, a mesma tem que esperar anos e anos para que haja o pagamento da dívida, e pelo que se consta, através dos grandes índices de processos trabalhistas contra a Associação Cultural, não se tem uma resolução fácil, devendo então recorrer à

espera de um dia acontecer a disposição legal na justiça. O funcionário João relata que

a intensidade de trabalho varia muito de artista pra artista. Se o artista tiver muito atrasado, usamos hoje a expressão de “virar”. Ou seja, eles aguentam o máximo possível até dar um bom adiantamento, mas a princípio eles cumprem um horário que é comercial. Entra oito, sai as onze, volta uma e sai cinco. Esse é o horário que funciona, porque se é assinado a carteira então tem que pressionar que não pode passar desse horário, o boi tem por obrigação pagar hora extra caso passe do horário, mas não é o caso (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

Essa fala confirma que se tem uma carga horária a ser cumprida inicialmente por todos, mas que vai sendo contornada por mudanças conforme o tempo e a dinamicidade do processo. O controle dessa situação fica por conta do artista, ou seja, é uma contradição que se apresenta constantemente, pois se houver fiscalização, terão uma válvula de escape exemplificada pela “opção” dos próprios trabalhadores em escolher estar descumprindo horários que estão estipulados em contrato. Santos (2021) esclarece que, nessa dinâmica, os próprios trabalhadores têm que assumir a responsabilidade pela efetivação dos seus serviços, tendo então custos que deveriam ser disponibilizados pelos empregadores. Essa realidade pode ser demonstrada na fala a seguir:

A não ser que o artista queira mostrar serviço um pro outro, então eles fazem turnos diferentes, uma turma volta, a outra turma entra, pra dar continuidade no trabalho e pra ficar mais acelerado, pra acabar mais rápido (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

O cenário demonstrado acima é uma evidência que tem se tornado frequente pelas condições flexibilizadas de trabalho dentro do galpão. Diante disso, entende-se que essa “autonomia” dada às trabalhadoras, na verdade, mascara a precariedade existente nesse referido território de trabalho. É neste sentido que Proni e Krein (2010) evidenciam que há uma desproteção para a classe trabalhadora, estando sinalizadas na falta de formalidade contratual, nas condições que levam a trabalhadora a ter exaustivas horas de trabalho, podendo trazer malefícios a sua saúde e a sua própria segurança, além de intensificar a jornada de trabalho para dar conta de finalizar o produto final, desenvolvendo trabalhos de forma irregular. O relato abaixo exemplifica, na prática, como funciona:

A gente nunca faz hora extra, não é pago por fora, só bate o ponto do começo ao fim logo no começo é um horário mais perto do festival já fica naquela correria, a gente, já como eu falei, já prolonga, já vai até mais tarde; no máximo que a gente fica num galpão até nove e meia, dez horas, no máximo; é mais cansativo quando a gente vai né pra concentração, já é mais pesado, porque é sol e chuva. Tem que se manter firme, mas sempre gostei de trabalhar, sempre gostei de ajudar, vou aprendendo mais e mais com isso. Ganho bem graças a Deus. Todos os artistas que eu já trabalhei nunca pude reclamar de nenhum, foram bem, é tipo me pagaram bem, fecharam comigo num bom dinheiro. (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023)

Essa fala nos remete a muitas reflexões, mas essencialmente por não ter sido possível desvelar o salário na linguagem utilizada pela trabalhadora, quando menciona “bom valor”; foi uma lacuna que surgiu, pois pode ser que essa subcontratação tenha um valor muito abaixo do que se deve estar respaldado em contrato. De fato, é uma realidade desafiadora, onde Alves (1999) sinaliza que existe a questão de uma dualidade entre aqueles que tem melhores estabilidades em relação salarial e aqueles que são subcontratados. Neste caso, o papel de mulheres dentro do galpão é de subcontratação, ou seja, essa mão de obra tem baixo custo para a Associação, visto que o pagamento sai do bolso dos artistas de ponta. Evidentemente uma condição estipulada pelo capitalismo global, que fere de forma árdua os direitos da classe trabalhadora.

Devido a essa realidade acima demonstrada, a pesquisa também se preocupou em se aproximar do entendimento sobre as condições de prevenção e de segurança oferecidas às trabalhadoras no território de trabalho do boi Caprichoso (o galpão), pois se trata de um trabalho de alta periculosidade, e que se intensifica gradualmente, fazendo com que haja exposição a riscos. Deste modo, essa realidade é retratada da seguinte forma:

O meu equipamento o sempre é calça jeans, tênis ou bota. Sempre trabalho bem equipada pra não ter nenhum tipo de acidente. Eh sempre com o chapéu que eles dão, por causa de ferro, quando a gente passa por debaixo das alegorias, pra ter todo o cuidado, mas sempre eu trabalho no meu setor e os meninos no deles; só quando eles precisam de alguma coisa eles me chamam, e eu vou lá e ajudo. Eu nunca sofri nenhum tipo de acidente dentro do galpão, graças a Deus. Porque eu sempre fui equipada, sempre tomo bastante cuidado, nunca sofri nenhum tipo de acidente nem os meus amigos que trabalham comigo no meu setor (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

La dentro eles usavam muita droga, era muito nojento ainda mais no dia de pagamento, eles usavam muita droga, aí eu disse pro meu coordenador que eu não ia mais limpar o banheiro, por conta disso. E ainda tinha a minha parceira de trabalho que bebia muito; cansei de buscar ela na frente do



galpão no bar pra ela ir fazer o serviço dela (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

As evidências das referidas falas é o reconhecimento da importância do uso de EPI's de segurança, por estar dentro de um ambiente que apresenta riscos, tendo então a consciência dos fatores eminentes ao acontecimento de acidentes nesse lugar; mas também surge uma fala importante sobre a necessidade de prevenção no ambiente de trabalho, em relação a utilização de entorpecentes e bebidas alcoólicas por trabalhadores, ou seja, expõe a falta de controle específico e inspeção nesse território, pois sabe-se que a segurança não se limita ao uso de equipamentos, mas também pela segurança pessoal e integral dessas trabalhadoras. O relato a seguir evidencia que a ACBBC tem se preocupado especificamente com o uso de EPI's:

[...] os equipamentos são o boi que disponibiliza, o negócio de capacete, máscara, bota, macacão, o boi que dá pra todos, pra todos do escritório e das equipes. Relacionado a acidente já parou. Esses tempos não houve nem um acidente. O acidente que teve, se eu não me engano, foi há três anos atrás, que até hoje ninguém sabe, que foi aquela alegoria que queimou lá do artista Kenedy. Então ninguém sabe o que foi que determinou, mas dentro do Galpão em si, graças a Deus não houve há mais de dois anos, que não há um acidente dentro do galpão. Porque, abre aspa aí, a gente trabalha com humano e humano não se torna perfeito, porque a gente pede pro boi disponibilizar os EPI's mas tu vê soldador trabalhando sem máscara, soldador sem luva. Apesar de o boi ter dado, mas ele não usa (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

As várias expressões, que aparecem a partir desses relatos, demonstram a realidade vivida dentro do ambiente de trabalho e sua (des) organização. É um ambiente que expõe as trabalhadoras a riscos diários pelas estruturas enormes de ferro, materiais considerados de altos riscos, e na utilização de drogas e bebidas alcoólicas para que o corpo se mantenha acelerado para lidar com a dinamicidade exaustiva, dentro desse ambiente. Deste modo, a construção do festival é permeada por muitas adversidades, que são expressões da questão social, e adentram todas as áreas da vida das trabalhadoras do galpão.

Tais condições analisadas no galpão, como território de trabalho, propôs a discussão da última condição emergente nesse ambiente, sendo então a desigualdade de gênero. Assim, mesmo que o ambiente de trabalho seja de predominância masculina em todas as funções, as trabalhadoras relatam questões como prós e contras nessas relações. As falas a seguir demonstram essa dinâmica:

Em termos disso, nunca me senti mal trabalhando no galpão, muito menos assim de desrespeito, me dou super bem com os meninos, são pessoas muito muito legais (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

Essa questão das mulheres ainda é mínima no galpão. É mínima. Assim na questão das mulheres também eu acredito muito que deveria sim tá se admitindo mais mulheres no galpão, seria ótimo, legal, mas também que daqui pra frente a mulher possa trabalhar com mais dignidade. Eu trabalhei muito por aí, já viajei muito então eu também acredito que se a mulher está no meio de trocentos homens, ela também tem que estar adequada, é um ambiente de trabalho, aí rola o desrespeito por parte do homem. No galpão a vestimenta que você tem que se vestir é uma calça jeans, entendeu? Dentro do galpão é quase cem por cento homem. Eu no galpão trabalhei, já virei madrugada e nunca me desrespeitaram. O assédio rola, não é colocado em questão, mas a gente sabe que acontece, nunca ninguém se queixou, mas a gente sabe que é assim, por conta dessas situações e pra mim é uma pauta administrativa que ninguém ainda se moveu, ou seja, tá tudo fora do que é pra ser. Além da mulher ser minoria, ainda é colocada fora de questão. (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Essa fala apresenta uma complexidade advinda da própria construção histórica que envolve questionamentos relacionados aos espaços da mulher no ambiente de trabalho; muitas vezes o lugar que ela ocupa não está regulamentado, têm poucas estruturas, evidenciando a indisposição em fortalecer melhores condições. Além disso, por consequência da informalidade, ocorre conflitos entre os próprios trabalhadores, evidenciando a culpabilização do indivíduo como solução. Sem dúvidas é uma realidade territorial que é contraditória ao que se vê nos grandes marketings do festival mundo a fora, e que faz parte do debate de Antunes (2014), onde o mesmo enfatiza que é um processo de descentralização da organização da classe trabalhadora, promovendo e incentivando trabalhadores “isolados” e “autônomos”. Neste caso, as mulheres, conforme Silva e Almeida (2017), tem suas necessidades trabalhistas caminhando em passos lentos. A outra trabalhadora evidencia que “quando eles me viam eles não bagunçaram, me respeitavam. Mas a mulherada lá dentro reclamava que os homens mexiam, eram muitas situações que a gente via ali, era muita gente” (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023), podendo então reafirmar a complexidade entre as relações existentes na confecção das alegorias.

Sendo assim, nos relatos que evidenciam as relações diversificadas dentro do ambiente de trabalho, percebe-se que a vestimenta da mulher surge como pauta de assédio na instituição, apesar das trabalhadoras entrevistadas terem relatado que sempre foram respeitadas dentro desses *lôcus*; elas também relataram que já

presenciaram algum tipo de desrespeito, seja pela roupa, seja pela função. Cabe ressaltar que esses dois aspectos que surgiram da mulher como “minoría” e sobre sua “vestimenta” refletem o pensamento de Alves (1999), onde o mesmo ressalta que a forma precária de contratação faz com que haja esses tipos de conflitos dentro do ambiente de trabalho, seja pela instabilidade, pelas condições salariais ou mesmo pelas divisões sexuais de trabalho estabelecidas

Diante disso, a estratégia do grande capital, aparece expressivamente nessas condições empregatícias informais, onde o mesmo está engendrado e articulado com um plano de diminuição de gastos dentro das instituições, ou seja, enxugando os contratos, apresentando-se na versão mais globalizada da informalidade, instituindo uma trabalhadora multifuncional. Ainda nesse sentido, Nogueira (2010) afirma que a diminuição dos salários dentro dessas instituições, torna-se mais frequente no trabalho da mulher, pela lógica dominadora do capital estar sobre os homens. Dessa forma, a autora apresenta uma importante contribuição, nos dizendo que

nesse processo, a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular (NOGUEIRA, 2010, p.61).

Sendo assim, propor um ambiente de trabalho, que se apresente de forma saudável, sem dúvidas não tem sido uma preocupação das instituições. Neste caso, principalmente relacionado a atuação de mulheres dentro de um local de trabalho intensivo, além de fatores de risco à sua vida, integridade e à própria saúde.

#### **3.4.4 Trabalho precário e a saúde das trabalhadoras do boi caprichoso**

Sabe-se que trabalho e saúde estão indispensavelmente ligados, pois se o ambiente for desfavorável, conseqüentemente várias implicações iram surgir. Nesse sentido, a pesquisa se propôs em compreender como o galpão tem se mobilizado para manter as trabalhadoras com uma vida de qualidade, e além disso desvelar os mecanismos que esses *lócus* têm apresentado e colocado em prática, principalmente por se tratar de um trabalho informal com entraves causados pela precariedade.

Afinal, muito além do planejamento estratégico de arena, que fundamenta a festa folclórica em Parintins, está a importância de fomentar e dar condições de saúde de acordo com a necessidade da classe que vivencia a dinâmica do território do galpão, pois, “mesmo com os grandes avanços, ainda há desafios a serem vencidos, como, por exemplo, favorecer a real participação do trabalhador no seu processo de saúde e trabalho [...]” (PICHEK-SANTOS et al, 2019, p. 14).

A pesquisa, assim, identificou algumas relações entre trabalho e saúde enfrentadas pelas trabalhadoras e suas formas de equacionamento, produzidas em sua arena de trabalho. Temos um exemplo:

Já procurei a enfermaria umas duas vezes, no tempo que eu trabalhei, por conta da cola, né? Que é muito forte e dói muito a minha cabeça; então quando eu procuro, eles me atendem super bem, são pessoas dentro do galpão que são contratados, são enfermeiros, bombeiros, sempre estão prontos a atender a gente (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

Percebe-se que a trabalhadora tem o conhecimento do funcionamento da enfermaria dentro do galpão, e tem histórico de adoecimento e impactos em sua saúde por conta do uso e do contato diário com a cola; a referida cola, que é utilizada na confecção das alegorias, é a chamada “cola de sapateiro”, uma substância de uso para colar os adereços nas alegorias, tendo uma alta durabilidade e resistência. As trabalhadoras, sujeitas de nossa pesquisa, registrou que a cola é uma das ferramentas que se utiliza diariamente, provocando, através de exposição a esse material, alguns efeitos, reações, como a dor de cabeça, mal-estar e seus afins. Além disso,

sempre que tem alguém passando mal, ou acontece algum acidente, o boi sempre se responsabiliza com isso; no meu setor, nunca ninguém passou mal, nunca ninguém caiu de alturas, mas sempre os bombeiros estão por lá, por cada setor olhando, fiscalizando pra ver como é que está. Nunca tive nenhum tipo de acidente, nunca me senti mal trabalhando dentro do galpão em termo de saúde. Assim, a única coisa que dói é a minha cabeça, só quando estou mexendo com a cola que é muito forte, mas nunca tive nenhum problema de saúde, graças a Deus. A única coisa é quando dói a minha cabeça por conta da cola, aí eu vou e peço remédio, vou lá na enfermaria aí eles me passam remédio. Nunca precisei ir pra uma puxadeira quando saí de dentro do galpão graças a Deus nunca passei por isso (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

Conforme os registros de Estrela, ela nunca presenciou nenhum tipo de acidente grave nos anos que trabalhou, mas a mesma reitera as implicações, em

sua saúde, pela utilidade ou aproximações de materiais como a cola, para realizar os serviços que estão sob sua responsabilidade. As outras trabalhadoras também têm seus relatos, suas queixas e críticas:

Ali dentro a equipe médica é uma coisa muito vaga, geralmente uma dipirona, né? Um remédio básico, na verdade. Quando funcionou mais isso foi quando o Babá era presidente, fora isso nos outros anos, não teve (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

La dentro só tinha mesmo a enfermaria e uma enfermeira, nunca vi médico né. Nesse tempo era só isso. O tempo que eu trabalhei lá quem atendia mais era a France, ela que trabalhava lá, então eu trabalhei muito tempo com ela. E depois foi o Clerton, ele trabalhou um tempo lá também (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

De acordo com as falas acima, compreende-se a importância da manutenção e disponibilização de serviços ligados à saúde da trabalhadora, pois elas trabalham com materiais que causam reações, além do ambiente também proporcionar outros riscos à saúde delas. Constata-se então que a equipe funcional de saúde, dentro desse território, ainda é mínima em relação ao quantitativo de trabalhadores anuais da Associação, viabilizando então, conforme Pichek-Santos et al (2019), um atendimento imediatista, sem muitos profissionais que detenham o domínio das especificidades relacionadas a saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Para tanto, identificou-se então como procede a funcionalidade dessa equipe, que é descrita aqui da seguinte maneira:

[...] dentro do galpão existe assim uma equipe de enfermeiro e técnico. Existe também Bombeiro civil, bombeiro militar e Segurança do trabalho, engenheiro. Até porque se você não tiver isso no boi, aí entra o papel do Ministério do Trabalho. Por exemplo, se o Ministério do Trabalho for lá e pergunta cadê os técnicos de enfermagem? Cadê o técnico de segurança? Eles precisam comprovar que tem. Inclusive são dois por turno. Se não tiver, eles fazem um relatório que na próxima vez que eles chegarem vai ter que apresentar. Eles também verificam se existe a enfermaria, “Cadê enfermaria? Cadê os bombeiros civis? Cadê o extintor de incêndio? Temos a enfermaria, e ela atende a todos, não existe possibilidade de ela só atender o pessoal do escritório; vamos supor que aconteceu um ferimento, aconteceu o negócio, é só encaminhar pra enfermaria. E quando assim não pode resolver lá, aí encaminham pro bombeiro civil, o bombeiro civil chama o resgate e leva até o hospital. Só que quando as alegorias tão pra concentração, que vai tipo assim lá pra praça, toda a estrutura vai lá pra praça, entendeu? A enfermaria se torna dentro do container, os Bombeiros ficam lá, entendeu? Os técnicos de segurança também estão lá pra ver se precisam fazer alguma coisa, se o pessoal tá usando bota, luva, essas coisas. Funciona onde é o fluxo maior (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

Essa fala nos remete a vários questionamentos. Afinal, essa logística, mesmo que seja minimamente apresentada, só é executada por conta da visita do Ministério do Trabalho? Se não fosse essas visitas de fiscalização, as trabalhadoras teriam acesso aos cuidados necessários à saúde?

Mesmo com a criação da PNSTT (Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), que teve sua homologação em 2012, pela Portaria n. 1.823, muitos têm sido as negligências dentro dos ambientes de trabalho. Do mesmo modo como diz Rafagnin e Rafagnin (2020), essa política tem um viés contra hegemônico, atua de encontro a exploração da classe trabalhadora, buscando compreender e prevenir os fatores que influenciam o adoecimento do trabalhador e da trabalhadora, sendo assim tendo uma forte articulação com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, “[...] a saúde não é apenas a ausência de doenças, mas sim o completo bem-estar físico, mental e social” (RAFAGNIN; RAFAGNIN, 2020, p. 98).

Mesmo que a ACBBC tenha tido avanços com a disponibilização de equipamentos, por outro lado, tem se mantido estagnada sob essa lógica de oferta mínima de serviços, não seguindo as formulações previstas na PNSTT.

Ainda dentro da estrutura do galpão, outra implicação que foi sinalizada, em campo, foi a percepção das trabalhadoras sobre os acidentes, muito típicos desse lugar. Ou seja,

quando os colegas sofrem acidente eles são atendidos lá mesmo; quando não dá pra resolver dentro do galpão eles são levados pro hospital pra ser atendido quando é bem grave. Mas graças a Deus não teve mais isso dentro do Galpão Central, nenhum tipo de acidente. A gente trabalha bem equipado pra não ter nenhum tipo de acidente, pra não acontecer nenhum tipo dessas coisas (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

já presenciei alguns tipos de acidente, principalmente nas montagens né? Nas montagens assim é um corre corre né; uma vez aconteceu que um trabalhador nosso da minha equipe já foi lambado (empressado) numa alegoria e (...) ele só não caiu porque graças a Deus ele se prendeu né? Ele se atracou, mas esse ano eu fiquei mesmo muito, muito, muito com medo que acontecesse o pior. E fora outros riscos, né? Que eles correm ali dentro (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Pelos relatos, compreende-se que o uso de equipamentos é fundamental, pois acidentes nesse território podem ser fatais, devido a sua característica particular em montar os módulos alegóricos, quando estão prontos; assim, as trabalhadoras têm se mantido atentas para que suas vidas não estejam sobre riscos. Como forma de prevenção, a ACBBC tem a seguinte estratégia:

Vamos supor que tá acontecendo um incêndio: as pessoas que trabalham no boi tem por obrigação de saber sobre rota de fuga (a rota de fuga do local é onde tu deve correr, é onde está aberto pra ti sair). É uma saída de emergência. Por isso que eles chamam de rota de fuga. Aí no caso, os trabalhadores são orientados sobre essa rota de fuga. O boi tem por obrigação deixar um metro e vinte, tipo um corredor marcado no chão, com uma seta. Tipo assim, vai em frente, frente...não tem aquela seta tipo uma flecha!!? Então é isso, é uma marcação. Nenhuma alegoria pode ficar encostada na parede, tem que ter esses um metro e vinte longe da parede que é justamente pra dar o espaço pra pessoa correr, caso venha acontecer um acidente em relação a fogo (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

Essa estratégia tem um único objetivo que é apenas cumprir o espaçamento de rota de fuga, mas salientamos que o ambiente apresenta vários riscos, além da possibilidade de incêndio, sendo então pela exposição da trabalhadora ao sol, a inalação de produtos de proveniência tóxica, além dos fungos e bactérias presentes nos vários materiais, que são reutilizados pelas trabalhadoras.

De certa maneira, a saúde da trabalhadora, no território de trabalho do galpão, proporciona muitas reflexões. O SUS, por exemplo, tem aparecido como um órgão que é solicitado apenas para atender os casos graves (quedas, ferimentos expostos, etc.), ou seja, tendo um papel de atendimento de últimos casos. Além disso, essa forma de contratação informal contribui para que as mulheres trabalhadoras sejam muito afetadas, ou seja, não sabem exatamente quais profissionais da área da saúde devem estar por direito nesse ambiente para atendê-las, além da falta de abertura em procurar seus direitos. Por isto, em diálogo com Rafagnin e Rafagnin (2020), muitas implicações são agravadas pela falta de comunicação por conta da informalidade, não havendo então a solução necessária e diagnósticos precisos quando solicitado.

Algumas outras falas demonstram os influxos das condições de trabalho na saúde das trabalhadoras entrevistadas, mesmo que de forma não tão exposta. Elas declaram as seguintes afirmações:

Quando eu estou me sentindo mal em termo de saúde eu não vou. Eu mando mensagem falando que eu não estou bem, com problema de saúde. No caso, se eu não posso ir de manhã mas eu vou à tarde. Mas eu nunca deixei de faltar assim, é bem difícil graças a Deus eu ficar doente; no tempo que eu trabalho dentro galpão nunca passei por isso, é como eu falei, é só mais as dores de cabeça, por causa da cola, mas nunca precisei procurar um médico ou uma puxadeira não (Estrela, 29, anos, entrevista concedida em 18/01/2023).

[...]uma situação no galpão que ocorre todo ano, quando todos os trabalhadores começam, eles começam limpando tudo do ano que passou. Então eles trabalham reciclando, e a maioria de muitos trabalhadores, inclusive os meninos que eu conheço todos eles pegam uma alergia que é de material envelhecido, de um material mal guardado. É tudo muito desorganizado, então eles pegam aquela alergia e eu e meu esposo pega alergia do galpão, fora os outros também. E na verdade acho que é do xixi do rato. E pra isso eles, lógico, não vão comprar remédio, mas eles sabem que existe isso, eu acredito que seja até aquele rói-rói. Eles sabem que todos os trabalhadores passam por esse momento, teria que ter ali equipamento, os trabalhadores, tem que tirar do próprio bolso muitas vezes pra comprar uma pomada até melhorar. Eu conheço pessoas assim que não tem condição nenhuma de comprar esses medicamentos. Eu acho que procurei só umas duas vezes a enfermaria pros funcionários da minha equipe, mas é como eu te falo são só remédios básicos. Pra dor de cabeça, pra esses sintomas assim. Poxa, terminando uma pandemia eu que trabalhador está necessitando, e não tem. (Sol, 43 anos, entrevista concedida em 24/01/2023).

Assim, em relação ao meu trabalho, pra ti falar a verdade, adoeci muito dentro do galpão; quem descobriu que eu tava doente foi o enfermeiro de lá. Comecei a sentir cansaço nas minhas pernas, muita dor, [...] nas minhas mãos. O enfermeiro fez o pedido pra eu ir ao médico pra fazer exames de sangue, urina. E eu fiz, quando eu peguei pra ver o resultado do meu exame ele me chamou, e perguntou de mim, se eu tava me alimentando bem e eu disse “eu tô”; eu saio de casa, tomo café, eu saio, eu vou almoçar, eu volto. Ai ele disse “porque aqui no seu exame parece que você está com uma anemia muito forte”. E nisso ó eu já tinha marcado um preventivo [...] peguei uma ficha e fui pro médico, de tanta dor que eu sentia. Aí quando chegou o meu exame eu peguei e joguei lá no guarda-roupa, e falei “deixa terminar o trabalho do boi que eu levo pro médico”. [...] eu resolvi fora do galpão. Porque eu já tava terminando no boi, né? Aí quando eu cheguei lá com ele, ele perguntou o que eu tava sentindo e eu dizia que tava sentindo muita dor nas minhas pernas, muito sono. Ele me disse que eu estava com a lesão no colo do útero. Eu não posso te afirmar que eu adoeci no galpão, ou se foi coisa de mulher, mas eu te afirmo que eu trabalhei a maior parte do meu tempo doente. Fiquei fazendo tratamento, fui em Manaus, retornei e continuei trabalhando, eu só parei mesmo depois que descobri pedra na vesícula, aí eu não fui mais, porque tive que fazer a cirurgia no início do ano, e não dava mais pra ir e eu parei. É porque também era muito movimento de varrer, muito trabalho mesmo (Lua, 63 anos, entrevista concedida em 26/01/2023).

Dor de cabeça, alergia, fungos, cansaço nas pernas, dor nas mãos, anemia, lesão no colo do útero (a maioria das trabalhadoras pesquisadas não conseguem fazer conexão do seu estado de saúde e as condições de trabalho a que estão submetidas): são alguns efeitos, influxos e alterações identificadas nas falas das interlocutoras da pesquisa e esses relatos demonstram a importância do cumprimento da Política de Saúde no ambiente de trabalho, mas pelos grandes desmontes causados a esse segmento, assim como tantos outros, essas ofertas ficam cada vez mais negligenciadas e superficiais, especialmente pela (não) presença de um médico no *locus*.



Conforme a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu), há situações no ambiente de trabalho que são deferidas como “doenças de mulher”, ou seja, são retratadas como se não tivessem conexão com o trabalho que essa mulher desenvolve, mesmo que ela esteja inserida numa conjuntura precária de trabalho, como cargas exaustivas, novas tecnologias, mudanças de horário, contato com materiais de alta periculosidade, e produção em tempo recorde; essa mulher não possui uma estrutura que facilite a prevenção e seu próprio tratamento. Cativo e Weil (2015) enfatizam que isso ocorre devido a precária relação dentro desse ambiente, até mesmo pelo fato das entrevistadas não terem levantado o conhecimento sobre a sua contribuição previdenciária, sendo então algo tão pouco mencionado nesse modelo de trabalho. Além disso, Boschetti (2009) reitera que o trabalho deveria assegurar, a essa trabalhadora, seguro, aposentadoria, plano de saúde, assistência social e etc., mas o que tem sido observado é uma constante inadimplência, nesse caso, na estrutura de trabalho do galpão (território de confecção de produtos alegóricos).

Além disso, a atuação do Ministério do Trabalho no galpão central de alegoria é retratada de forma muito previsível, sendo descrita a seguir:

[...] o Ministério do Trabalho é fiscalização de documento, ele fiscaliza tipo assim se estão sendo assinada a carteira. Eles não fiscalizam se tu tomou uma vacina, vamos supor a da COVID. Entendeu? Eles vão pra parte burocrática, se por exemplo tem uma rota de fuga, se tem um extintor de incêndios pra cada equipe, a forma que foi contratado, se foi contratado pela carteira assinada, se foi contratada pela forma avulso, se foi contratada só de boca. É a parte burocrática deles. Mas eu falo burocrática. Eu não falo tipo direcionada a saúde, por exemplo eles não fazem nada relacionado a saúde tipo “vem cá vamos verificar como tá tua vacina, como está a tua alimentação”, eles vão só nas coisas mais burocrática. Eles se preocupam só com a forma você está sendo contratado, que horas entram, que horas saem, Ministério do trabalho no galpão é isso (João, Administrativo da ACBBC, entrevista concedida em 24/01/2023).

Portanto, nossa imersão na pesquisa de campo constatou que o território de trabalho do galpão é uma arena conflituosa, assim como a arena do Bumbódromo, ou seja, como denomina Catalão (2014), as “mãos que tecem o Festival folclórico de Parintins”, fora da arena, enfrentam indiscutíveis precarizações na manutenção de direitos para um bom funcionamento de sua saúde, enquanto mulher trabalhadora. Como protagonistas, são trabalhadoras que todos os anos especificamente nos meses de abril, maio e junho saem de suas casas em direção ao seu território de

trabalho galpão, em busca de sua subsistência. E mesmo enfrentando muitas adversidades e riscos, não desistem de suas lidas e almejam a possibilidade de um ambiente de trabalho melhor e mais digno, que proporcione a efetivação das bases que já estão asseguradas constitucionalmente, alcançadas pelos grandes movimentos da classe trabalhadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa científica, em seu trajeto, é desafiadora. Senão não teria muito sentido a busca de tornar inteligível a complexidade da vida social. Nosso trajeto foi desafiador; mas, mesmo diante de muitos impasses relacionados ao tempo e a alta complexidade do tema, ela nos permitiu que nossas inquietações iniciais, de estudar as conexões entre as condições de trabalho e a saúde das trabalhadoras de galpão do boi caprichoso, fosse possível e pudéssemos contribuir com a sociedade.

Evidencia-se que o mundo do trabalho e sua dinamicidade na contemporaneidade tem tornado a classe que vive do trabalho mais doente, pelas grandes cargas exaustivas de trabalho, pela precarização advinda da flexibilidade fetichizada, além de sua forma globalizada que se instaurou dentre os territórios de trabalho que mudaram suas configurações comunais drasticamente. Embora sejam processos entendidos como avanços significativos na sociedade, evidencia-se que é necessário tecer críticas e desvelar a essência das desigualdades, das condições e falta oferta de políticas públicas de direitos nos ambientes de trabalho, e que muitas vezes passam despercebidos pela grande magnitude espetacularizada como é o caso da cidade de Parintins e seu eventual festival folclórico.

A pesquisa delineou através do capítulo I um longo percurso que evidenciou as transformações ocorridas no mundo do trabalho, além de evidenciar que as novas morfologias do trabalho não trouxeram benefícios aos trabalhadores, pela apropriação da sua força de trabalho, fazendo então com que emergisse a construção de vários movimentos sociais, em busca de melhores condições de subsistência, além disso a mulher trabalhadora teve entraves causados pela construção patriarcal e pelas sequelas do capitalismo contemporâneo, que tem constringido constantemente a classe que vive do trabalho.

Além disso, os estudos advindos na trajetória do capítulo II demonstram que a nova funcionalidade do trabalho e saúde da classe trabalhadora traz um debate acerca de avanços e retrocessos, devido a mesma está sobre uma lógica lucrativa e perversa do capitalismo contemporâneo, onde recorreremos a Rafagnin e Rafagnin (2020) demonstrando que a exploração do trabalhador é essencial para o funcionamento das empresas, e quando demanda-se a viabilização de acesso a direitos, relacionados a sua saúde, são excluídos de suas funções, ou seja, além da precarização do ambiente, também são descartados caso sejam acometidos por

alguma doença, e logo substituídos pelo grande exército industrial de reservas existente nessa construção histórica. De fato, a construção de uma (um) trabalhadora (or) saudável, em tempos de retrocessos de direitos sociais básicos, é desafiante.

Toda essa realidade percorrida foi essencial para o desvelamento das novas formas de trabalho emergentes na sociedade moderna, especificadamente sob a lógica da informalidade instaurada no território de trabalho do galpão central de alegorias da ACBBC, que foi o objetivo central dessa pesquisa. Sendo assim, através do capítulo III, foi possível aproximar-se das protagonistas desse estudo; embora tenha sido um quantitativo realinhado, a qualidade expressada pelas suas narrativas evidenciou a possibilidade de compreender a realidade vivida anualmente por essas trabalhadoras.

O estudo identificou que essas mulheres não possuem em sua maioria uma contratação que assegure seus direitos trabalhistas; além disso, são subcontratadas por artistas de ponta contratados pela ACBBC, evidenciando uma grave irregularidade. Dentro desse território não existe fiscalizações pontuais, se os serviços de saúde estão sendo assegurados e ofertados com qualidade nesse ambiente, pois, através das falas, constatou-se que pouco se sabe dos serviços constitucionalmente assegurado pela política de saúde; além disso, a equipe disponibilizada dentro desse ambiente é mínima, apenas para casos básicos.

Diante disso, o galpão, como território de trabalho, evidenciado nessa pesquisa, trouxe o desvelamento de mudanças recorrentes baseadas no sistema neoliberal, que se apropria dos direitos trabalhistas, oferecendo condições mínimas contratuais e que refletem drasticamente na saúde da mulher trabalhadora; de fato são entraves entre viver, sobreviver e necessidade, mas, em contrapartida, é necessário promover a construção de um espaço de fala e reivindicação dentro desse território. As mulheres, apesar de ainda ser minoria, são grandes profissionais e protagonistas que têm alcançado espaços importantes dentro da sociedade. Desse modo, evidencia-se que a narrativa das trabalhadoras, descritas nessa pesquisa, podem alcançar grandes transformações relacionadas a melhores condições de trabalho e saúde nessa territorialidade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. “O que é o Contemporâneo? ” In: O que é o Contemporâneo? E outros ensaios; [tradutor Vinícius Nicastro Honesko]. — Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, castanhais do povo, faxinais e fundo de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA, 2007.
- ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital. A nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho/ Ricardo L. Antunes. -12. Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ANTUNES, R. Org. Riqueza e miséria do trabalho. V.III. São Paulo: Boi tempo, 2014.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Ser. soc. soc. 2011.
- Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS / org. Álvaro Roberto Crespo Merlo, Carla Garcia Bottega, Karine Vanessa Perez; il. Augusto Franke Bier-Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- AZEVEDO. G.N. A pintura de alegoria do boi-bumbá de Parintins: reflexos históricos e sua contemporaneidade. Monografia do curso de artes visuais. Parintins: UFAM, 2015.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.
- BARROCO, M. L. S. Ética: fundamentos sócio históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica para o Serviço Social, v. 4.)
- BAYLÃO, A, L, S; SCHETTINO, E. M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: XI simpósio e excelência em gestão e tecnologia. 2014, simpósio [...] 2014.
- BENTES, F. B. A Teatralidade no Festival Folclórico de Parintins: O Jogo dos Brincantes dos Bois-Bumbás. 2017. 152p. Dissertação (Mestrado) - PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, Mestrado em Artes Cênicas. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2018.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. Política Social – fundamentos e história. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

BITTENCOUR, I. S. et al. Políticas públicas de saúde no Brasil: evolução histórica. *Enfermagem Brasil*. 10(2), 131-136, Março / Abril, 2011.

BIRIBA, R. B. Parintins cidade ritual: boi-bumbá, performance e espetacularidade. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. *Revista Inscrita, CFESS*, 2009.

BLEGER, J. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. Trad. Rita Maria M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BRAGA, S. I. G. Os Bois Bumbás de Parintins. Rio de Janeiro: Funarte\ Editora Universidade do Amazonas, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília (DF), 2012. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html) . Acesso em: 01 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Brasília (DF), 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Relatório final da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 1994. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/relatorio-2a-conferencia-nacional-saude-trabalhador> Acesso em: 04 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº 8080/90, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 1990.

BRAVO, M.I. A Política de Saúde no Brasil. *In*: Mota et.al.(Orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as “novas” ocupações. *Mulher e Ocupação*, 1999.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais- Anais, 10, 1996, Caxambu. Campinas: ABEP, vol. 1, 1996. Disponível em: <http://>

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.602-2011?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.602-2011?OpenDocument) . Acesso em: 01 dez. 2022.

CANCLINI, N. G. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CACCIMALI, M. C. Globalização e o processo de informalidade. Campinas: Economia e Sociedade, 2000.

CARVALHO, M. C. M. D. Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas. 8ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1998.

CATALÃO, L. P; NOGUEIRA, A. R. B. MUNDO DO TRABALHO NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS/AM: primeiras aproximações teóricas. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luiz- Maranhão, 01- 09, agosto, 2013.

CATALÃO, L. P. Mãos que tecem o festival folclórico de Parintins: Um estudo sobre as condições de trabalho e saúde dos artistas de galpão do boi-bumbá. 2014. 108p. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2014.

CATALÃO, L. P. NOGUEIRA, A. R. B. O mundo do trabalho no festival folclórico de Parintins/am: primeiras aproximações teóricas. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013, São Luís/Maranhão. Anais Eletrônico [...] São Luís/Maranhão, 2013. P. 01-09. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2transformacoesnomundodotrabalho/omundodotrabalhonofestivalfolcloricodeparintins-am-primeirasaproximacoesteoricas.pdf>. Acesso em: 23 de jan.

CATIVO, C. K; Weil, V. A. G. TRABALHO E MORTE: estudo sobre as condições de vida e os impactos sobre a saúde dos coveiros do município de Parintins. VII Jornada de Políticas Públicas, 2015, São Luís/Maranhão. Anais Eletrônicos[...] São Luís/Maranhão, 2015. 01-13. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/trabalho-e-morte-estudo-sobre-as-condicoes-de-vida-e-os-impactos-sobre-a-saude-dos-coveiros-do-municipio-de-parintins.pdf>. Acesso em: 01 de fev.

CAVALCANTE, R. M. F. Guerreiras da Arte: Uma análise da atuação feminina nos galpões dos bois Garantido e Caprichoso na cidade Parintins/Am. 18º REDOR, Recife. 3382- 3391, nov. 2014.

CAVALCANTI, M. L. V. C. O boi-bumbá de Parintins: breve história e etnografia da festa. *História, Ciência e Saúde: Manguinhos*, 2000 (suplemento especial Visões da Amazônia).

CAVALCANTI, M. L. V. C. Formas do efêmero: alegorias em performances rituais ILHA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2011.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo (a) / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2008.

COSTA, A. J; CRAF, M. E. C (Org.). Estratégia de desenvolvimento urbano e regional. Curitiba: Juaruá, 2004.

COSTA, D *et al.* Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 38, n. 127, p. 11-21, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S030376572013000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572013000100003&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 02 dez. 2022.

CISNE, M. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CBCA. Manual de Construção em Aço - Galpões para Usos Gerais. Rio de Janeiro: Instituto Aço Brasil/ Centro Brasileiro da Construção em Aço IABr/CBCA, 2010.

DIAS, J. S. O trabalho, suas metamorfoses e o serviço social no cenário de luta e resistência. In: Seminário Cetros, 14, 2018. Anais eletrônicos, Itaperi, 2018.

DIAS, E. C. HOEFEL, M.G. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 4, p. 817-827, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000400007&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000400007&script=sci_abstract&lng=pt) . Acesso em: 02 dez. 2022.

DOBZHANSKY, T. A evolução humana. Revista de antropologia. v. 4, n. 4, p. 97-102, dez, 1956.

DUAYER, M. ESCURRA, M. F. SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx, revista Katál., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan. /jun. 2013.

ELEY, G. Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

FACHIN, J. B. Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, n. 1, v. 27, p. 25-42, 2013.

FERNANDO, Adelson. C; CATALÃO, Larana. P. Porto como território de trabalho: Manifestações de trabalho no porto de Parintins. Somanlu, n. 2, p.54-77jul/dez, 2015. Disponível em: [www.periodicos.ufam.edu.br](http://www.periodicos.ufam.edu.br). Acesso em: 01 fev.

FORACCHI, M. M; MARTINS, J. D. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1985.



FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. [online]. 2010, Vol. 35, nº 122.

GOMEZ, Carlos Minayo. Introdução: Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: GOMEZ, Carlos Minayo; MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (Orgs.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

GONÇALVES, I. P. *et al.* "Nós éramos tidas como mulheres radicais": O movimento das mulheres em Parintins (1980 - 1990). [S.l.: S.n.].

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.13-20, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF) ano 2, n. 3, jan. /jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócios ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 23ª ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

JORDÃO A. P. F; STAMPA, I.T. Precarização e informalidade no “mundo do trabalho” no Brasil: notas para reflexão. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015, São Luís/Maranhão. *Anais Eletrônicos [...]*, São Luís/Maranhão: 2015., p. 01-13. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/eixo2.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

KARAM, C. M. C; PEREIRA, A. M; MINASI, L. F. A contradição entre trabalho ontológico e trabalho no modo de produção capitalista na perspectiva marxista. *Problemata: Revista. Intern. Fil.* V. 11. n. 1, p. 5-21, 2020.

Konder, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONE, Org. E.T; KREIN, J. D; OLIVEIRA M.T. *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

LEMOS, V. C. S. O Festival Folclórico de Parintins. Centro Universitário de Brasília UNICEUB. 2005.

LESSA, S. e TONET, I. Proletariado e Sujeito Revolucionário. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. Coleção Filosofia, 19.3a ed. Rev. E ampl. -Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSARD, H. M et al. Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. Lisboa: Artes Gráficas LTDA, 2008.

LOLE, A; ALMEIDA, C. C. L. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. Argum., Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017.

LOURENÇO, E. Â. S.; LACAZ, F. A. C. Os desafios para a implantação da política de Saúde do Trabalhador no SUS: o caso da região de Franca-SP. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2013.

LUKÁCS, G. Ontología del ser social: el trabajo. Traducción de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, E. K, et al. Novos arranjos familiares: ampliação da inserção laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias. In: FEE – Fundação de Economia e Estatística. Mulher e Trabalho. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE, V5. 2005.

MARITÂNIA, S. SALVI RAFAGNIN, T. R. R. Política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora: uma reflexão sobre a gestão da saúde e doença da *classe-que-vive-do-trabalho*. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<88-102>, jul./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.15069>

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, H. P; SABBATO, A. Trabalhadoras domesticas: eterna ocupação feminina. Até quando? In: BASTED, L. L; PITANGUY, J. O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

MENDES, J, M. R et al. Saúde do trabalhador: desafios na efetivação do direito à saúde. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 194-207, jul./dez. 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10349>

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista saúde pública*, São Paulo, 25, p. 341-349, 1991. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>. Acesso em: 12 de jan.

MENDES, E. V. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 27-34, 2013.

MINAYO, M.C.S.org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, Petrópolis, RJ, Vozes 1994.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S, M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 13 (supl. 2), p. S21-S32, 1997.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Díficeis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

Ministério da Saúde - Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária 1991. *Saúde do Trabalhador: Diretrizes de Ação para o SUS*. Brasília.

MOURA, J. C. da Silva; SILVA, S; CERQUEIRA, C. A evolução humana sob a ótica do professor do ensino médio. In: *Revista Metáfora Educacional* (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez. /2012.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. s/d. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 25, n. 5, p. 341-349, Oct. 1991.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, São Paulo, n. 6, p. 59-62, 2010.

NAVARRO, V.L.; Padilha, V. “Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo”. *Psicologia & Sociedade*, Ribeirão Preto, 19, Edição Especial 1, p.14-20, 2007.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, São Paulo, n. 6, p. 59-62, 2010.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64*. São Paulo: Cortez, 2010.

PAIM, J et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *The Lancet*, [online] 9 may, 2011.

PEREIRA, R. S. et al. A mulher no mercado de trabalho. In: II jornada internacional de políticas públicas. Anais, 2005, São Luís – MA, 2005.

PEREIRA, C. F. *et al.* Territorialidades específicas e formas de apropriação dos territórios aquáticos no Baixo Solimões. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto et al. (Org.). A pesca na Amazônia Central – Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: EDUA, 2009.

PICHEK-SANTOS, E. at al. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, perspectivas e desafios no cenário contemporâneo. *Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais*. ISSN: 2447-4622. 2019 Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. Seminário. Santa Cruz. p. 01-17.

PIMENTA, G. F. et al. Influência da precarização no processo de trabalho e na saúde do trabalhador de enfermagem. *Ver Enferm. UFSM*. 2018, Out/Dez; 8(4).

PRONI, M. W; KREIN, J. D;. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

ROCHA, A. A evolução das perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Princípios*, nº159, p. 151-179, JUL.– OUT,2020.

RODRIGUES, T. R. M. S. Metamorfoses do mundo do trabalho: reflexos na agroindústria canavieira piauiense. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luiz- Maranhão, p. 01-12, agosto, 2015.

RAFAGNIN, M. S. S; RAFAGNIN, T. R. Política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora: uma reflexão sobre a gestão da saúde e doença da *classe-que-vive-do-trabalho*. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.88-102, jul./dez. 2020. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.15069>. Acesso em: 30 de jan.

SAUNIER, T. O Magnífico Folclore de Parintins. Parintins: Edições Parintintin/ Governo do Estado do Amazonas, 1989. Séculos XVII e XX: Historicidade, aspectos sócio-econômicos e culturais/ Hermilia.

SALVADOR, M. A. C. et al. Política de saúde no Brasil: história e desafios atuais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VII., 2015, São Luís/Maranhão. Anais, Luís/Maranhão. p. 01-12. SANTOS, S. D. Informalidade e precarização do trabalho na reestruturação produtiva contemporânea. 2021. 79. Monografia (Trabalho de conclusão de curso bacharel em Serviço) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2021.

SANTOS, S. D. Informalidade e precarização do trabalho na reestruturação produtiva contemporânea. Monografia do curso de Serviço Social. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2021.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SARRETA, F. O. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. Available from SciELO Books Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/29k48/pdf/sarreta-9788579830099.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SILVA, M. H.M. CAPITAL (ISMO) COMERCIAL E A DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA FEUDAL, *in*: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III SEPE ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Anais [...] Jundiá - Anápolis-GO. 2017.

SILVA, E. V; DIAS, J. M. O mundo do trabalho e suas metamorfoses: um estudo acerca do livro “adeus ao trabalho? ”. Anais do EVINCI – Uni Brasil, Curitiba, v.3, n.2, p. 1022-1032, out. 2017.

SILVA, G. L. R; MATA, V. A; KLEIN, L. R. Ontologia do trabalho e trabalho alienado: a psicologia histórico-cultural e a formação do aluno trabalhador. Revista eletrônica arma da crítica, ano 2: número especial, dezembro, 2010.

SILVA, A. A. B.; MARLEA, N. C. M. Metamorfoses do mundo do trabalho e o dano existencial: o direito à desconexão do trabalho. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 117, p. 11-53, jul. /dez. 2018.

SILVA, E. A; ALMEIDA, S. S. C. Mulher e trabalho no mundo contemporâneo: a conquista do espaço e as implicações para o processo saúde-doença. História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.306-324, dez-mar. 2017.

SOARES, P. T. P. L. Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo. Revista Fim do Mundo, nº 6, p. 231-254, set/dez, 2021.

SOUSA, C. F. M, et al. O campo da saúde do trabalhador e o conceito “processo de trabalho” em marx. Revista LABOR. v.1, nº 10, p. 50-59, 2013.

SOUZA, T. S et al. Saúde do trabalhador na Atenção Básica: interfaces e desafios. Rev. bras. saúde ocupacional, v. 38, n. 128, p. 292-301, 2013.

STEIN, M. L. T. Trabalho Feminino no Setor Eletroeletrônico de Curitiba. In: Armando Dalla Costa; Márcia Graf. (Org.). Estratégias de Desenvolvimento Urbano e Regional. 22ed.Curitiba: Juruá Editora, 2004.

SILVA, K. C. O; CAVAINAC, M. D. Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *In*: VI Seminário CETROS, Crise e Mundo do Trabalho no Brasil, desafios para a classe trabalhadora, Itaperi, 2018.

SILVA, C. O. As ações de Saúde do Trabalhador como dispositivo de intervenção nas relações de Trabalho. 2005.

SILVA, E. A; ALMEIDA, S. S. C. Mulher e trabalho no mundo contemporâneo: a conquista do espaço e as implicações para o processo saúde-doença. História e

Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.306-324, dez-mar, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6234991>. Acesso em: 20 de jan.

SILVA, M. B. A espetacularização da festa do boi-bumbá de Parintins: Novos modos de produção artística. 2009. 244p. Dissertação (Mestrado) – Escola das Belas Artes, Mestrado em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, E. G. A mulher na brincadeira do boi-bumbá de Parintins: No ritmo da exploração e da opressão. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador*, v. 12, n. 1, p. 365-377, abr. 2020. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.37059>. Acesso em: 23 de jan.

SCODRO, C. L; FONSECA, M, H. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST): possíveis estratégias rumo à implementação à pluralidade de categorias de trabalhadores. 2021.

STEHLING, M. A. A precarização e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Monografia do curso em ciências econômicas. Mariana: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2019.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas, n. 7, 2002.

TAVARES, M. A. O TRABALHO INFORMAL E SUA SUPOSTA AUTONOMIA: UMA MODALIDADE FLEXÍVEL DE EXPLORAÇÃO. REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 39-58, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8739> . Acesso em: 18 dez. 2022.

TEIXEIRA, B. J; BRAZ, M. O Projeto ético-político do Serviço Social. 2009.

TIBURTINO, L. C. Relações de gênero e processos de trabalho no serviço social. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, p. 247-264, jan./jun. 2015.

TOSI, G. Os direitos humanos: reflexões iniciais. *In: TOSI, G. (org.). Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

TUMOLO, P. S. Metamorfoses no mundo do trabalho: Revisão de algumas linhas de análise. Educação & Sociedade, Santa Catarina, ano XVIII, nº 59, agosto/97.  
TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.

VALENTIN, A. Contrários: A celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins. Manaus: Editora Valer, 2005.

VASCONCELLOS, L. C. F; AGUIAR, L. Saúde do Trabalhador: necessidades desconsideradas pela gestão do Sistema Único de Saúde. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 605-617, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000200605&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000200605&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 01 dez., 2022.

VIEIRA, R. S. C. Saúde e Segurança no Trabalho das Mulheres: a perspectiva de gênero para a proteção e promoção do meio ambiente laboral equilibrado, 2018.

VIEIRA, R. B.S; FEITOSA, N. F. M. Trabalho na relação sociedade x indivíduo: da ontologia do ser social aos reflexos no mundo dos homens. *In*: VI seminário cetros. 244-8126, 2018, Itaperi, Anais[...] Itaperi, 2018.

II Seminário Nacional de Saúde das Mulheres 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres: Fortalecimento do Controle Social no SUS, 2018, Brasília. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/16cns/assets/files/relatorios/II\\_Seminario\\_SNSMU.pdf](http://conselho.saude.gov.br/16cns/assets/files/relatorios/II_Seminario_SNSMU.pdf). Acesso em: 02 de fev.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa “Condições de trabalho e saúde das trabalhadoras do galpão de alegorias do boi Caprichoso”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Glenda Nogueira Azevedo**. (Endereço: Estrada-Parintins/Macurany 1805 – Jacareacanga – Fone-fax: (092) 3533-2251/3533-373 CEP. 69. 153-010 – Parintins-AM, E-mail: glendhanogueira17@gmail.com, graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ Universidade Federal do Amazonas, sob orientação do Professor Doutor **Adelson da Costa Fernando**, tendo por endereço profissional na Universidade Federal do Amazonas, localizado na Estrada-Parintins/Macurany 1805 – Jacareacanga – Fone-fax: (092) 3533-2251/3533-373 CEP. 69. 153-010 – Parintins-AM, E-mail: acostaf@ufam.edu.br. Sabe-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Contudo, os riscos atinentes a esta pesquisa são mínimos (baixos riscos), pois esta será direcionada a informantes com formação instrucional técnica (nível médio), de nível superior e/ou com pós-graduação. Se houver algum tipo de risco relevante prestaremos assistência ao participante da pesquisa de acordo com a resolução 466 de dezembro de 2012: II. 3.1 – assistência imediata – é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e II.3.2 - assistência integral – é aquela prestada para atender complicações e danos. Esta pesquisa pretende analisar as condições de trabalho e saúde das mulheres trabalhadoras do galpão na Associação Cultural Boi-bumbá Caprichoso, do município de Parintins/AM. Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada, respondendo questões sobre os temas: trabalho e saúde no galpão. Os benefícios desta pesquisa voltam-se para a contribuição no desvelamento dos elementos que potencializem a integralidade na Atenção primária à Saúde nos ambientes de trabalho. Se depois de consentir sua participação o Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço, telefone ou e-mail acima descrito, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004. Contato por Celular: (92) 99171-2496. E-mail: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com)

### Consentimento pós-informação:

Eu \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas. Tenho ciência, ainda, de que o presente TCLE fora apresentado em duas vias (e não cópia) ficando uma via sob meus cuidados e a outra com o pesquisador. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador



Polegar direito

Data / /



## APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA 1

### I. DADOS

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Profissão atual: \_\_\_\_\_

### II. PERGUNTAS

Quantos anos você trabalha no boi-bumbá de Parintins?

Qual função você desenvolve ou já desenvolveu nesse trabalho? E que tipos de serviços foram designados a você?

Você tem conhecimento de quem desenvolvia essas atividades antigamente?

Como você foi contratada? Você estava em situação de desemprego?

Durante sua trajetória dentro do galpão você foi transferida de cargo ou função devido a alguma habilidade?

As atividades que você realiza é de sua escolha?

Vocês compreendem que existe desigualdade salarial entre homens e mulheres dentro do galpão?

O salário que você ganha é justo para o trabalho que você desenvolve?

Existe pressão por resultados?

Por qual motivo você se inseriu nesse trabalho? Você consegue se realizar pelo papel que exerce ou exerceu?

É perceptível para você que existe algum tipo de conflito entre homens e mulheres nesse espaço?

As atividades que foram destinadas a você foram pela condição de ser mulher?

Os homens são maioria nesse ambiente? Existe dificuldades de aceitação?

Como você lida com o trabalho, família e vida social?

Você é a única renda da sua família? Ou é uma complementação?

Existem tensões entre homens e mulheres em relação as atividades destinadas a vocês? Vocês já questionaram em algum momento suas funções?

O que é o trabalho para você? E as condições oferecidas nesse espaço?

O que no trabalho não te faz sentir bem?

Como você percebe as condições de trabalho (ambiente físico, instrumentos e equipamentos, organização) no galpão?

**INFORMAÇÕES SOBRE A SAÚDE DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO**

Existe o funcionamento de uma equipe no galpão para lidar com as ocorrências relacionadas a saúde? Você sabe quais são esses profissionais?

Você como uma trabalhadora adquiriu algum tipo de implicação na sua saúde sendo (psíquica, física, emocional ou outra)?

Você já resolveu sozinha algum problema de saúde mesmo sendo uma implicação do seu ambiente trabalho?

## APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA 2

Roteiro destinado a coleta de informações sobre a saúde da mulher no mundo do trabalho no galpão central de alegorias da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso - ACBBC

1. As condições de trabalho ofertadas dentro desse ambiente são propícias para que ocorra acidentes? Já presenciou algum?
2. Durante você está inserida nesse ambiente de trabalho, você necessitou de algum atendimento médico devido ao trabalho que desenvolve?
3. Dentro do galpão como se resolve os problemas de saúde dos trabalhadores e os acidentes? São encaminhados para alguma instituição?
4. Existe o funcionamento de uma equipe no galpão para lidar com as ocorrências relacionadas a saúde? Você sabe quais são esses profissionais?
5. Você como uma trabalhadora adquiriu algum tipo de implicação na sua saúde sendo (psíquica, física, emocional ou outra)?
6. Você já resolveu sozinha algum problema de saúde mesmo sendo uma implicação do seu ambiente trabalho?
7. Você procurou médico ou métodos tradicionais (puxação, benzedeira, etc.)?
8. Caso aconteça algum incidente com o trabalhador, são afastados?
9. O trabalho que você realiza é cansativo? Repetitivo? Perigoso?
10. O ritmo de trabalho é mais acelerado próximo ao festival?
11. Você já foi substituída por outra trabalhadora por estar com algum problema de saúde?
12. Vocês são orientadas a utilizar equipamentos de proteção? Recebem quais equipamentos?
13. Você considera que o galpão deveria ofertar condições melhores de trabalho para que sua saúde não fosse afetada a curto e longo prazo?

## APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA 3

### I. Dados da Pesquisa

Roteiro destinado a coordenação do galpão central de alegorias da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso - ACBBC

### II. DADOS

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

### I. PERGUNTAS

1. Como ocorre a contratação de mulheres para trabalhar no galpão? Explique-nos um pouco desse processo.

2. Qual sua percepção sobre as mulheres que estão inseridas nesse espaço? Para você elas são importantes nesse espaço?

4. A quantidade de mulheres nesse espaço ainda é mínima? Em que função você mais vê elas trabalhando?

5. Você considera que deveria ter mais contratação de mulheres para trabalhara no galpão?

6. Todas as equipes dentro do galpão têm mulheres inseridas? Existe alguma equipe liderada por mulher? Caso não tenha, explique-nos sua percepção sobre isso?